HIPÓLITO RAPOSO

FOLHAS DO MEU CADASTRO

D25
23.2(469)
AP
945

323.2(469)
"1911-1925"
RAP.

MFN = 2672

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Centro de Estudos Sociais

1329349294

FÔLHAS
DO MEU CADASTRO

José Gonçalo de Carvalho
Lex.ª 8/II/45

323.2(469)"1911-1925" RAP

DO MESMO AUTOR:

Coimbra Doutora (1910).
Boa Gente (1911).
A Expressão no Teatro (1912). *Fora do mercado.*
Livro de Horas (1913).
Sentido do Humanismo (1914). *Esgotado.*
A Questão Ibérica — *A Língua e a Arte* (1916). *Esgotado.*
Outro Mundo (1917).
Ana Maria (1918). *Esgotado.*
Caras e Corações (1921). *Esgotado.*
Seara Nova (1922).
Ana a Kalunga — *Os Filhos do Mar* (1926). *Esgotado.*
O Berço — *Drama da Serra* (1928).
Um Sorriso de Santo António (1929).
Dois Nacionalismos (1929).
A Reconquista das Liberdades (1930). *Esgotado.*
Santo António no Teatro Português (1931).
Pedras para o Templo (1933). *Esgotado.*
Fôrça e Beleza (1934).
Areias de Portugal (1935). *Esgotado.*
A Beira Baixa ao Serviço da Nação (1935).
Aula Régia (1936). *Esgotado.*
Pátria Morena (1937).
Direito e Doutores na Sucessão Filipina (1938). *Fora do mercado.*
Mulheres na Conquista e Navegação (1938). *Fora do mercado.*
Amar e Servir — *História & Doutrina* (1940). *Esgotado.*
Lagoa Escura (1941). *Esgotado.*
Painéis Quinhentistas de Santa Cruz da Graciosa (1941).
Descobrindo Ilhas Descobertas (1942).
Insurreição da Carne (1944).

A SEGUIR:

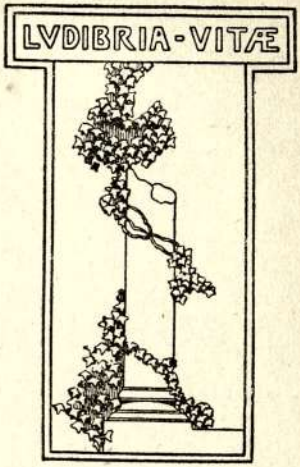
Fôlhas do meu Cadastro, vol. II (1926 a ....).
Nos Caminhos da Esperança.
Estética da Língua Portuguesa.

HIPÓLITO RAPOSO

FÔLHAS
DO MEU
CADASTRO

VOLUME I
(1911-1925)

MCMXLV


LVDIBRIA · VITÆ

O livro é que há-de definir o título. Se o leitor, voltada a página final, não tiver encontrado a causa que motivou semelhante rótulo, também eu não poderei esclarecê-lo.

CAMILO CASTELO BRANCO — *Bohemia do Espírito* — Preâmbulo.

Da terra vos sei dizer que é mãe de vilões ruins e madrasta de homens honrados.

CAMÕES — *Carta I.*

Quem serve ao comum, não serve nenhum.

PROV. POPULAR.

A QUEM LER

I

PELO decénio de 1900-1910, o fervor de esperança na República palpitava ansiosamente em todos os aspectos da vida mental portuguesa.

Essa aspiração de ventura popular pela simples mudança de instituïções políticas, equivalia a indomável impulso de messianismo colectivo.

Anunciado por arengadores ocos e publícolas ardorosos, vivia nas escolas, nas oficinas, nos campos, nos livros de história ou de crítica e nos jornais dos próprios partidos monárquicos, por azedume de oposição.

E se qualquer indagador intento fôsse levado até às câmaras do Paço Real, lá surpreenderia o mesmo alvorôço, dentro do peito de cortesãos menos leais, ou bafejados por aragens de desvairado sentimentalismo político.

Aos golpes de sátiras inflamadas, ao retumbar da escumante retórica dos clubes e dos comícios, a Realeza vinha sendo ultrajada e reduzida a fórmula

caduca de govêrno, defrontando-se-lhe a sedutora miragem da igualdade que já então dominava os sentimentos e aliciava as vontades.

Vitoriosa nos espíritos que presumiam de esclarecidos, também na ponderação de muitos ambiciosos prudentes a República deveria ainda retardar-se, por não estar o Povo suficientemente preparado para compreender e gozar as delícias da prometida redenção.

Se havia professores e escritores pessoalmente afeiçoados ao Rei D. Carlos, nenhum dêles ousava sustentar com ardor convicções que não tinha: todos se acomodavam na tímida reserva do hábito ou do interêsse, bem longe do intento de enunciar doutrina ou defender o nosso glorioso património de experiência histórico-política. Intimamente, *in pectore,* as suas preferências ligavam-se às idéias vivas daquela época, quando já no silêncio das sepulturas se haviam sumido as vozes dos grandes mentores contra-revolucionários que por mais de trinta anos de doutrina e polémica, com honra e brilho serviram o Pensamento construtivo do interêsse nacional. Muito poucos portugueses já sabiam guardar-lhes fidelidade, apenas alguns sacerdotes cultos e velhos legitimistas de boa cepa, enquanto dos mestres doutrinadores de mais remotos tempos, filósofos e tratadistas, ninguém dava conta, nem da sua existência suspeitava.

Assim, despertados para a vida do espírito em

literárias e tendências filosóficas, ali se recebiam as mais perturbadoras influïções. Nas livrarias, no Choupal e nos serões das repúblicas, discutiam-se Spencer, Nietzche e Max Stirner, Littré, Le Dantec e Bergson, mas a ausência de segura orientação expunha aquela mocidade aos mais perigosos desvarios, de que só por grande esfôrço de revisão e penitência, alguns viriam mais tarde a libertar-se.

A estas brisas insalubres que sopravam de diversos quadrantes da Europa, juntava-se a mais directa sugestão dos autores portugueses em milhares de páginas dissolventes ou estimuladoras de indisciplina moral e intelectual — Eça de Queirós, Fialho de Almeida, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Gomes Leal, Camilo Castelo Branco..., dos quais aliás nunca se aproveitava o pouco ou muito que de construtivo houvesse nas palavras e nas figuras dos seus livros.

Êles foram, então, os preceptores dos descaminhos da Juventude, insultadores da Tradição e da Religião, acusadores da Monarquia e da Coroa, que, não se revelando impecáveis à serena observação dos nossos olhos, ainda podiam impor-se-nos por grandes méritos de inteligência (1).

---

(1) Teófilo Braga e Guerra Junqueiro, os dois maiores desorientadores, estão hoje no abrigo das abóbadas de Santa

Por nossa boa fé e ingenuïdade, êsses brilhantes julgadores pareciam sinceros e exactos nos seus libelos e veredictos, embora se enganassem e muitas vezes nos iludissem, por bem ou por mal...

Neste alvorôço de avançar, porque *avançado* era o título mais fascinante para a aspiração febril e para o ardente olhar dêsses rapazes, fundava-se em Coimbra o Centro Académico Republicano, e por êle renascia a agremiação política que noutro tempo já existira com semelhante chamadouro.

Quem agora lhe não pertencesse, seria retrógrado, destinado a viver em miserando obscurantismo, muito fora dos prestígios da moderna e verdadeira intelectualidade.

Após o regicídio, por impulso de alguns estudantes entusiastas ou já muito desejosos de triunfar

---

Maria de Belém, por sacrílego aproveitamento desta igreja cristã para panteão de escritores pagãos.

Se os tivessem consultado a tempo, êles recusariam por certo a afronta de tal destino para as suas cinzas, negando-se a aceitar na morte as sagradas sombras de que tanto renegaram em vida.

Se se querem dar honras e glórias cívicas a cidadãos sem crença, então enterrem-nos nas praças, onde não haja cruzes, nem imagens, nem orações, ou destinem-lhes num cemitério o mausoléu apropriado que a todos possa acolher sem reparo nem contradições na paz da sepultura.

na vida pública, constituía-se também o Centro Monárquico, agremiação da mocidade mais limpa e engomada, mas sem apreciável alcance na formação mental e política dos seus filiados.

Mais antigo que ambos êstes, era o Centro Académico de Democracia Cristã que nesse tempo vivia sob a protecção e estímulo do Professor Sousa Gomes, digno chefe de família e crente de exemplar observância. Neste alvorôço de agregação política, os rapazes católicos declaravam-se democratas cristãos no sentido das encíclicas de Leão XIII, vivendo de acôrdo e em relações com os neo-monárquicos e com muitos dêles fàcilmente confundíveis, pois era pequeno o seu número.

Ninguém se admirará de que assim acontecesse porque nos *avançados* era lógica, quási obrigatória, a atitude anti-religiosa, também chamada anti-clerical, por especiosa distinção da tolerância maçónico-republicana... Para êstes, o Deus dos cristãos era um mito obsoleto; divulgara-se até a tradução de um escandaloso livreco que negava a existência histórica de Jesus Cristo, renovando e ampliando o *romance* de David Strauss.

Para os bons paladares intelectuais, deuses verdadeiros eram a Ciência e o Progresso, a Razão e a Consciência. Com êste variegado politeísmo, fàcilmente tais fiéis se dispensavam de cumprir manda-

mentos pertencentes à honra de Deus e ao proveito do próximo.

Ora, de entre a Academia dêsses anos, foram os estudantes católicos os únicos que escaparam dos mais graves erros de orientação mental, guiados pelas luzes da Fé e fortalecidos pela disciplina da Moral. Outros muitos, se ainda permaneciam fiéis ao sentimento religioso dos seus lares, também eram vítimas da desorientação comum, perdendo o fervor da crença e a fé do Baptismo.

O interêsse por certas manifestações de vida religiosa, prédicas, conferências, congressos, já para êles era predominantemente intelectual.

Por então, nos quadros docentes da Universidade tinha o primeiro lugar a Faculdade de Teologia, única escola de altos estudos eclesiásticos aberta em Portugal.

Nela ensinavam vários doutores de quem correntemente se dizia não professarem a fé católica, e outros dêsses presbíteros-lentes não celebravam o sacrifício da missa, contentando-se no disfarçado laicato de empregados públicos, dentro de um Estado que viera descaindo em apostasia prática.

Parecia que a Faculdade de Coimbra até se tornara suspeita à vigilância da Cúria Romana, de forma que os seus membros já não transitavam da cátedra para o sólio episcopal, como tantas vezes noutros tempos acontecia.

Assim vicejavam em diversos alegretes as malignas flores do velho racionalismo da Enciclopédia, aqui e além se revelavam os efeitos dos sarcasmos do Satanismo literário e os êxitos da clandestina actividade da Maçonaria que no século XIX viera exercendo o mais poderoso e soberano império em tôda a Europa.

Por tão deletérias influências na extinção das ordens monásticas em 1834, já Portugal sofrera o mais violento traumatismo espiritual da sua história, e na constante ofensiva ao prestígio do ceptro, se deverá um dia filiar a crise da disciplina social que talvez ainda tenhamos de suportar até ao último extremo da desordem e do sacrifício.

Não excederiam algumas dezenas, nessa época, os universitários católicos, dos quais aqui se relembram, para exemplo, alguns dos que não eram sacerdotes: Barreiros Tavares, Pacheco de Amorim, D. José de Lencastre, Carlos Mendes, Tomás de Gamboa, Leite de Amorim, José do Patrocínio Dias, irmãos Dinises da Fonseca, José Pequito Rebêlo, Braga da Cruz, Ferreira Cardoso, Vasco de Carvalho...

E porque não eram numerosos num convívio escolar francamente hostil ou desdenhoso, justo é registar com louvor a sua inabalável firmeza, no meio da desordem em que tantos de nós se perdiam dos verdadeiros caminhos.

Com justiça, bem merece assinalar-se a grande parte que aos jesuítas pertencia nas excepções dêsses e de outros estudantes, muitos dêles discípulos de Campolide e de São Fiel, que pelas tortuosas vielas de Coimbra souberam manter a formação religiosa daqueles colégios e o convívio dos bons companheiros que lhes haviam dado.

II

Por fôrça do carácter humano do seu poder e pelo prestígio inerente à própria dignidade real, os monarcas europeus do século passado ainda conseguiam moderar certos vícios do Sistema-Liberal, recorrendo ao odiado expediente das ditaduras políticas e administrativas.

Mas, se, por vezes, dominavam as crises mais agudas, apenas prolongavam a agonia das instituïções que deveriam personificar, pois tal doença jamais perdoa aos infelizes povos que por ela são contagiados.

Entre nós, a tentativa de engrandecimento ou restauração do Poder Real, alimentada à roda do Príncipe D. Carlos e com algum comêço de execução no princípio do seu reinado pelo grupo dos *Vencidos da Vida,* veio a malograr-se inteiramente e tristemente, embora servida por alguns dos maiores talentos que em nossa terra viram a luz.

Quando mais tarde o Rei, por impulso de dignidade política e com a melhor intenção de serviço nacional, se propôs renovar a sua aspiração por meio da ditadura de João Franco, foi morto a tiro com o Príncipe D. Luís Filipe no assalto do Terreiro do

Paço, em que os alfurjas haviam decidido exterminar a Família Real Portuguesa.

Nesse triste ano de 1908, às claras ou às escondidas, festejava-se o Regicídio, o maior crime da nossa história política; e passados vinte meses em que ninguém soube meditar a trágica lição, a secular Monarquia Portuguesa lògicamente viria a sucumbir por falta de convicções, de fé e de lealdade dos que haviam jurado servi-la.

Mais uma vez se cumpriam os fados, em signo de Liberalismo Político na velha Europa Continental: desde que a soberania transitara do Trono para a Urna, a Realeza estava condenada a desaparecer.

Era inevitável o dia em que o Presidente Vitalício cederia o lugar ao Presidente Eleito, mudando-se o Trono em Poltrona, a Coroa em Barrete Frígio, o Rei em Cidadão.

E na confiança geral, gritada nas praças e festejada nas gazetas, tudo iria por bem e para melhor, no melhor dos mundos possíveis... O que alguns monárquicos liberais supunham ser uma fôrça de adaptação da Realeza às exigências dos tempos novos, equivalia à sua contínua abdicação, por doença de morte, sem remédio.

O século XIX fôra passando em tumultos eleitorais, com a Monarquia sempre envolta em nuvens de crepúsculo. Assim, a República Portuguesa viria a

ser proclamada com enganosa espectativa, mas com aliciante lógica e ingénuo sonho de esperança.

Os que hoje se impertigam a apregoar a indiferença dos regimes políticos, por estreita ou vesga visão do maior problema relacionado com o bem temporal das nações, ou aquêles que por covardia de inteligência e dispensa da dignidade, sempre engordam na acomodação a interêsses criados com todos os governos, nunca poderão compreender os perturbadores conflitos de inteligência dessas outras gerações de portugueses.

De um lado, o violento esfôrço dos vencedores a consolidar o êrro da República; do outro, o imperativo nacional de procurar derruí-la nos seus fundamentos, aproveitando para lição o descrédito das suas diversas realizações.

Por triste paradoxo, nos primeiros anos do novo regime, os jornalistas monárquicos e aquêles seus partidários que ainda queriam exercitar a função de orientar os outros, zelosamente e ardentemente procuravam deprimir a República; mas, por carência de razões, só o faziam e podiam fazer irònicamente, pelo contraste da estatura dos homens do govêrno dos chamados *tempos ominosos* (Monarquia) e dos *tempos luminosos,* iniciados com os vermelhos fulgores da *Aurora do 5 de Outubro.*

Se as ideologias eram próximas pela mesma

superstição de Liberdade abstracta, igual convicção da soberania do Povo, confiança nas expressões do sufrágio, nas virtudes do sistema parlamentar, de pouco valimento já se podiam mostrar as suas constantes e monótonas diatribes.

Nas apregoadas aspirações de moralidade e tolerância, na justiça prometida aos méritos, no respeito falsamente assegurado à Religião Católica, no barateamento da vida, na felicidade do paraíso na terra, a República começara a falir no sereno juízo dos que a observavam, logo nos primeiros passos da sua administração e govêrno.

Cedo se revelaram e executaram os ímpetos de violar os domicílios dos cidadãos e de manter presos sem culpa formada e durante meses incomunicáveis, muitos portugueses suspeitos à polícia por qualquer denúncia anónima.

Por amor e culto da nova liberdade, quebravam-se as coroas nos escudos de pedra das fontes e dos velhos monumentos, e para evitar que lhes estilhaçassem os vidros ou quebrassem as costelas, pelo menos, até os pasteleiros eram obrigados a crismar o bôlo-rei de *bôlo nacional*... Seguia-se o alucinado e tormentoso período de saquear igrejas, demolir altares, queimar imagens, com o satânico furor de roubar ou vender em almoeda as alfaias, os sinos e os vasos sagrados. Prendiam-se bispos, enxovalhavam-se nos

adros os padres rurais, proïbia-se o culto externo, cujo exercício ficava dependente de regedores emproados, semi-analfabetos, e muitas vezes velhacos em efectivo serviço (1).

Simultâneamente, sacerdotes, frades e freiras que fôssem estrangeiros, podiam circular nas ruas e outros lugares públicos, revestidos dos seus hábitos, sob a protecção das autoridades e da polícia!

Por caprichoso exercício da lógica democrática, a República afirmava claramente o seu carácter anti-nacional, concedendo a estrangeiros direitos e regalias que se negavam aos Portugueses.

Tudo obedecia ao imperioso desígnio de aniquilar o Passado, de renegar de todos os valores tradicionais, provindos do Trono e do Altar, para que a História de Portugal só começasse no glorioso ano de 1910! Segundo a velha fórmula dos amoucos, o Povo só poderia alcançar a felicidade plena, quando conseguisse *enforcar o último rei nas tripas do último papa.*

Esta conduta de excessos já seria suficiente para

---

(1) No seu justo protesto ao Presidente da República, após a Lei de Separação, diziam os prelados portugueses: *São inverosímeis os abusos e excessos que por tôda a parte se têm dado. Os vexames sofridos pelo clero e pelos fiéis católicos envergonhariam um povo que apenas aspirasse a ser civilizado.*

revigorar o sentimento monárquico, aliás muito débil e inexpressivo, quando a República venceu na Avenida da Liberdade e se proclamou na Câmara Municipal de Lisboa.

O espectáculo de tantas violências a todos patenteava a mentira do novo regime, e, por contraste, ia provocando e movendo à saüdade da Realeza que fôra morta e sepultada, mas ainda com brios de honra e vergonha.

Surdamente e por diversos meios, cedo começaria a resistência: à volta de Henrique Paiva Couceiro, glorioso capitão de África que até à última hora, quási só lutara pela bandeira real nos dias 3-5 de Outubro, juntavam-se antigos oficiais, padres, populares e filhos de famílias nobres ou religiosas, todos resolutos e bem dispostos ao sacrifício da vida pelo Rei e pelo Trono.

Entre todos, *os cadetes da Galiza* marcam a primeira reacção monárquica da juventude portuguesa, revoltado o seu sentimento pelas armas, ainda sem razões de doutrina que dissipasse nas inteligências as ficções do Liberalismo e da Democracia Política.

Por então, os monárquicos de maior influência de língua ou de eleitorado, fumavam, chalaceavam còmodamente, repetindo e esperando ver realizado o conselho de José Luciano de Castro sôbre a funesta sina da República: *Não se mexam, nem lhe mexam...*

No juízo do experiente estadista do Constitucionalismo, o melhor seria confiar o trágico desfecho à acção do tempo, pelos embates das contendas e ambições dos homens. Com muito sabor se contavam anedotas depreciativas, distribuíam-se mordentes alcunhas aos tribunos da plebe, ridicularizavam-se as suas mulheres pelo mau gôsto dos vestidos e rústica feição da compostura, pensando todos, firmemente, voltar às situações perdidas e às delícias do mando com o seu partido no poder...

Outros que durante a Monarquia ostensivamente eram irreligiosos e sem religião continuavam na República, começavam a dar esmola para as festas dos Santos, só por vingança da fúria jacobina e da Lei de Separação das Igrejas; e ainda eram muitos os entusiastas que por ódio recozido e impotente, punham aos cães os nomes dos chefes demagogos, colavam as estampilhas com a efígie da República de cabeça para baixo, assim gozando a inefável ilusão de a ver derrubada...

Nestes acintes e noutros semelhantes se manifestava a dispersa e inoperante hostilidade a um regime político que era preciso combater com armas de guerra ou com razões de inteligência, embora o sentimento sempre deva ter o seu lugar próprio nas aspirações colectivas.

À minha geração de Coimbra, oferecia a nas-

cente República encruzilhada decisiva: entrar na fácil carreira política com honras e empregos, ou alinhar na oposição para incómodos e sacrifícios, com renúncia aos proventos sempre assegurados aos amigos e aduladores do Poder.

Já com o sentimento monárquico em vibração contra as repetidas ofensas aos grandes valores tradicionais que me eram caros, saüdosamente deixava eu a Universidade que em Política a todos nos ensinara os piores erros daquele tempo.

Mas, se um sereno cepticismo nunca me permitira abraçar a solução republicana, agora já caminhando aos atropelos, ainda eu não saberia justificar tôdas as razões da minha convicção, gerecida na leitura da História de Portugal e fortalecida nas reflexões de Renan e de Taine, por entre o fogo vivo dos livros de *L'Action Française*. A eloqüente lição dos factos, dia a dia recebida, também me dava favor à repulsa do título de republicano; mas não estava senhor de eficaz processo de persuadir os outros, a concluir pela Monarquia em nome da inteligência, para que, bem apercebido de razões, me julgasse apto a entrar em decisivo combate.

Na contraditória aglomeração dos juízos de filósofos e pensadores políticos, a mim e a outros sempre faltava a sólida armadura de um sistema.

A doutrina de total renascimento das aspirações

nacionais, fogosamente discutida e sumàriamente formulada em 1913, já por 1914 era divulgada, sob a designação de *Integralismo Lusitano.*

Cabia-lhe o destino de erguer a voz de combate à República em nome da razão política e dos verdadeiros ditames do bem comum, tão gloriosamente servido pela Realeza em sete séculos de experiência histórica.

Estávamos vivendo numa nação a decompor-se ou a dissociar-se por vil cegueira: economia sem plano, entregue a jogos de acaso; contas públicas sempre deficitárias, em perpétuo ciclo de fatalidade; agricultura sem estímulos, nem compensações seguras; indústria infantil, sempre carecida de capitais estrangeiros, por estrangeiros dominada e a viver da protecção pautal.

Apontavam-se altos escândalos de desordem e corrupção administrativa, metropolitana e ultramarina, com os selos do Estado nas mãos de políticos sem escrúpulos nem elegância moral; acentuava-se a falta de gôsto em arte, o desfavor para a actividade intelectual dos melhores professores, com a conseqüente anarquia pedagógica, a propor e impor o redentorismo da *educação republicana* nas escolas primárias e liceus.

Da apostasia do Poder derivava para o ensino o mais vesgo jacobinismo de que logo vimos e depois

fomos suportando os efeitos, na extinção das congregações e missões religiosas, no aumento da criminalidade, na virulenta indisciplina social e na provocadora intolerância de que estão cheios os primeiros anais da República Portuguesa.

A todos êstes males se juntava e em progressão crescente, o descrédito externo, com o constante sorvedouro do sangue português pelo recurso da emigração para o estrangeiro, em prejuízo do povoamento das nossas Províncias de Além-Mar.

Tantas eram as improvisações, algumas aliás bem intencionadas, que até poderia assinar-se como a única maravilha da República a perturbadora surprêsa da sua vinda para os mais ilustres republicanos que, a gozar a vida, muito còmodamente se haviam dispensado de estudar e de prever...

Os repetidos insucessos das providências e das leis, as violências e os escândalos, a sanha anti-católica das autoridades e dos defensores, também ofereciam o mais vivo e expressivo documentário para ilustração do sincero apostolado a que meia dúzia de rapazes iam consagrar a mocidade e a vida, no meio da hostilidade, do riso e da incompreensão geral.

Bem sentiam êles nas inteligências e nos corações, a dor de ver Portugal despersonalizado ou falsificado: importava cumprir o dever de trabalhar para o restituir a si mesmo, pela renovação das suas acti-

vidades económicas, pela vida e saúde do sentimento colectivo e pelo alcance da clara razão política.

Êsses rapazes confessavam-se tradicionalistas por Deus, pela Pátria e pelo Rei. Mas o seu tradicionalismo proclamado aos vinte anos, não era hermético nem contemplativo.

Variadas foram as expressões dêsse conceito, formuladas por êles, sempre que o propósito se lhes oferecia, mas em tôdas se afirmando o essencial princípio da permanência da acção, segundo o qual, o tradicionalismo é o sistema da harmonização dos valores constantes com os variáveis, pela continuïdade do tempo e das gerações.

Por êsse sistema se proclamava o imperativo da unidade nacional, durante cem anos desfeita pela guerra civil das fôrças armadas e dos partidos; o reconhecimento da diferenciação regional com o fervoroso culto das pátrias locais; a necessidade da organização profissional pelas corporações da Inteligência e do Trabalho, em fórmulas de gremialismo actualizado; a solução do problema espiritual da vida das pessoas e da Nação pelo respeito e obediência à doutrina da Igreja Católica, em oito séculos professada pelas pelas Escolas e pelo Povo Português.

Família, Propriedade, Profissão, Município, Religião, Pátria, Realeza, impunham-se-lhes com o prestígio de verdades fundamentais, eram as mais sólidas

constantes que haviam tornado possível a coexistência dos Portugueses no cumprimento do seu destino histórico, e sôbre as quais seria forçoso firmar uma ordem político-social regenerada.

A Família exigia coesão e estabilidade: éramos contra o reconhecimento dos filhos adulterinos, contra o divórcio e contra os excessos fiscais, defendendo o Casal de Família e o Morgadio.

À propriedade privada competia uma função social que a subordinava ao bem da colectividade: lutávamos contra o absentismo vicioso, reclamávamos providências para valorizar os incultos e baldios, a intervenção do Estado no aperfeiçoamento dos métodos de cultura e no regular povoamento da Metrópole e das Províncias de África.

Pugnávamos pela dignificação e maior eficácia do Trabalho de qualquer natureza e pela sua justa remuneração: éramos contra as greves, defendíamos o Salário-familiar, compatível com os recursos da Emprêsa, as Caixas de Reforma para subsídios na invalidez, o Socorro Mútuo e a Corporação Livre em Estado Livre, enfim, a hierarquia e a devida compensação do Trabalho, desde a oficina aos graus corporativos superiores.

Por imperativa inspiração, não prescindíamos das liberdades inerentes à pessoa humana e cristã: queríamos o respeito da autonomia do Espírito nas esfe-

ras de qualquer actividade do pensamento, dentro da ordem social.

Preconizávamos o revigoramento do Municipalismo e, em precisos têrmos, a consagração administrativa do antigo conceito de Província e suas expressões regionais: levantávamo-nos contra os malefícios da centralização e contra os códigos de abstractas normas, alheias às realidades da terra e das actividades da nossa gente.

Éramos por Deus e pela Fé de Cristo: reclamávamos liberdades, privilégios e subsídios para a Igreja Católica em regime concordatário, a manutenção dos deveres e privilégios do Padroado do Oriente, a liberdade de ensino e de associação religiosa, para os institutos monásticos de qualquer estatuto ou regra.

Assim, por conclusão lógica e serviço do maior bem nacional, por imperativo de ordem prática, tínhamos de ser pela Monarquia contra a República, o que valia dizer: unidade contra a divisão constitucional dos partidos; Rei vitalício e hereditário contra Presidente-empregado público; fiador-nato do interêsse público contra o delegado-eleito de uma facção, vencedora de outra menos potente ou menos ardilosa.

Queríamos, e era muito, reorganizar ou formar a Nação consciente, a Pátria forte, aceitando para lições de estímulo os exemplos da História e do Heroísmo antigo. Sonhávamos com uma grei orgulhosa da sua

grandeza e do seu grande destino no Mundo, para que nos futuros séculos Portugal se continuasse, sempre fiel à sua vocação civilizadora e imperial, pela Cruz e pela Espada.

O desvairo da República dividia-nos, lançava a Nação contra si mesma, renegava do Passado, quebrando a solidariedade dos vivos, dos mortos e dos vindouros, ultrajando o espírito de comunidade permanente, aquêle afecto das almas e do sangue que todos herdáramos no berço.

A nossa aspiração continha-se num sistema de idéias que ao mesmo tempo era um mandato e um protesto de justiça contra violências e, absurdos afrontosos diàriamente vistos a triunfar na Política, na Administração e no Pensamento.

Na fórmula enunciada, não se inscreviam para os resolver, difíceis problemas que ainda não existiam, agora relacionados com o Comunismo, Totalitarismo ou Caudilhismo; mas os doutrinadores integralistas não deixaram de os estudar depois em livros, conferências e jornais, até quando e até onde lhes foi possível exercer com independência a sua acção orientadora.

Para o conseguir, bastava-lhes o exercício da segura lógica do seu sistema, pois que, podendo por êle condicionar-se o equilíbrio social e nacional, nenhuma das soluções fundamentais tinha (ou tem) de ser alterada. Os inimigos foram mudando de nome

e de tática, mas o combate deveria fazer-se dos mesmos redutos da fortaleza. Assim, por seu destino, êsses rapazes seriam enviados a *preegar pello rreino ho evangelho portuguees,* e por êle todos decidiram entregar as melhores energias da alma ao apostolado da salvação nacional.

Talvez agora haja quem encontre hesitações no índice das aspirações ou no andamento dos primeiros passos do Integralismo Lusitano.

Mas só quem fôr mal dotado de discernimento crítico, sem noção ou consciência do estado de espírito em Portugal nas primeiras décadas dêste século, poderá desconhecer a audácia e o desassombro que semelhante doutrina representava êm tal momento.

À falta de qualquer outro mérito, insisto em dizê-lo, a êsses obscuros iniciadores terá de ser reconhecido ao menos, por elementar justiça, o valor da sua sinceridade em tão temerário atrevimento.

Depois, a *seara era grande e muito poucos os obreiros,* sendo-lhes necessário actuar em todos os aspectos da vida nacional, para a libertar das más tendências na política, nas idéias religiosas, na literatura, nas artes e no convívio social, por onde se estendia o influxo dos baluartes jacobinos das escolas, dos vários clubes e gazetas.

À influência da palavra falada e escrita dêsses

poucos idealistas, juntava-se o esfôrço da sua desconhecida acção directa, o impulso pessoal, a sugestão, a crítica construtiva e a presença, como funções de quem ia fazendo da existência um combate vivo.

Se o quisessem, algumas centenas de homens de hoje poderiam confessar quanto ficaram devendo à orientação da doutrina integralista, pelo conselho e pelo exemplo, em muitos passos da sua vida mental, artística ou religiosa.

Havia almas a salvar e tornava-se necessário desimpedir os caminhos da vida eterna. Essa grande tarefa competia especialmente aos sacerdotes e aos bispos que no plano sobrenatural vieram a ter o celeste socôrro das Aparições de Fátima, cuja luz em poucos anos irradiaria pelo mundo inteiro.

Mas era também instante dever de outros portugueses descobrir os estímulos e empregar os meios de salvar a Nação, suscitando o César que fielmente respeitasse os direitos de Deus e não mandasse crucificar à Cristo todos os dias...

Assim, o que se tentou pela Política, se foi malogrado nas armas até agora, sempre terá alcançado algum êxito nas esferas do Pensamento e na consciência das virtudes da Cidadania.

Quanto depois acertadamente se pôde fazer, cremos que dessa primeira cruzada trazia as justas razões e o verdadeiro sentido dos passos.

Dêste modo, alguma parte tiveram essas audácias de moços no impulso do renascimento espiritual e político, desde há trinta anos até aos nossos dias.

Se tal serviço não se reconhece ou sistemàticamente se oculta, por azêda vaidade e por triste submissão às variações de côr do sol-nascente, também não é de censurar que algum dos sobreviventes reivindique essa reparação de justiça, constituindo-se advogado em causa própria, embora, neste caso, com menos títulos de que outro qualquer dos bons companheiros de batalha.

Certo é que já vão longos os nossos trabalhos, sem encontrar a devida satisfação dêles no êxito que outros proclamam e que infelizmente não podem aplaudir os que, por devoção à Causa Pública, se foram exercitando na vigilância dos erros e culpas dos numerosos desgovernos de Portugal.

E se aqui se descobre vaidade, que os verdadeiros modestos a desculpem...

Não era o menor encargo dêsse alto e renovador intuito, aluir directa ou indirectamente o prestígio intelectual e político de que gozavam certos homens e certos preconceitos. Por êles, dominavam o cepticismo e a sistemática negação dos valores nacionais, desde os antigos heróis da Índia aos modernos soldados de África que por então eram discutidos com mesquinha-

ria, ridicularizados nos seus méritos e na alta glória dos seus sacrifícios.

Parecia que certos escritores e oradores se compraziam e esforçavam por negar quanto à Nação pertencia em valores eternos, alienando de Portugal o património que por Armas e Letras fôra adquirido com honra e fama imortal.

Por instinto e inteligência, íamos lutando contra tais desvarios, mas com fôrças desproporcionadas às montanhas de erros e mentiras triunfantes.

Do que se conseguiu em tão vasto arraial com os limitados recursos de que podíamos dispor e com os poucos evangelizadores que contávamos, alguns resultados reconhecerá quem souber ver para além das rendosas lisonjarias e das *espontâneas* aclamações que depois neste País foram promovidas, para deslumbradora ilusão do Povo.

A República continuou (e continuará) a negar-se a si mesma, desmentindo com as realidades de hoje as sinceras esperanças do dia de ontem: à empolada teoria de hipérboles e devaneios sempre puderam fàcilmente opor-se os constantes desastres e as violências da vida pública.

O caminho seguido por êsses rapazes e outros de igual formação que depois se lhes juntaram, teria de ocasionar algum conhecimento das suas pessoas. Mas sempre se viram malquistos e abominados nas

nários de nomes já esquecidos, e do diário *a Monarquia,* o que sempre nos haveria de manter entre o disfarçado menosprêzo dos monárquicos liberais e o desdém pseudo-intelectual ou a sanhuda hostilidade das fôlhas republicanas.

Para defesa de uma doutrina que se afirmava contra tudo e contra todos, procurando servir com as suas luzes o corpo e a alma da Nação, era preciso lutar com tenacidade e fé ardente.

Muitas vezes fomos vencidos pelo arbítrio da fôrça pública, outras tantas nos castigaram com a cadeia, sem que alguém tentásse e conseguisse convencer-nos de erros substanciais nos princípios enunciados.

Da sua deformação ou perversão alguns ambiciosos se aproveitaram depois para ganhar títulos de reformadores, mas a falsificação do sistema não a podem encobrir cautelas nem disfarces, pois que em desastrosos resultados ela terá de assinalar-se tristemente, e a olhos vistos.

redacções e nas salas, como se fôssem impertinentes agitadores e perturbadores da relativa quietude, em que se permitia à fruïção dos bens próprios, quando também era possível a luta legal pela imprensa e pelas urnas eleitorais.

Por diversas vezes, os próprios livros de feição literária, iguais em mérito a muitos outros, para sempre ficariam indesejados e suspeitos, aplicando-lhes a pena de vingativo silêncio os maiores jornais, para reduzir tais obras à condição prática de volumes clandestinos.

Era a represália das *vítimas* dos ataques, a reacção do espírito de alfurja que dominava a vida jornalística nesses confusos tempos, em que renascia e audazmente renascido campeava em Lisboa, o famoso Palma Cavalão.

Depois de sucessivos meses de estudo e reflexão, formulara-se o sistema em têrmos muito genéricos, e ainda hoje é grande o prazer de recordar a satisfação advinda aos anseios da nossa mocidade, ao reconhecer-se adestrada e armada para o combate em campo aberto onde não se temiam controvérsias e até se desafiavam ou provocavam os ataques dos adversários.

Com êsse claro índice inscrito na bandeira, alguma projecção doutrinária começou a revelar-se nas escolas, nas profissões económicas e liberais, por meio de palestras, de folhetos, de pequenas revistas, de sema-

nários de nomes já esquecidos, e do diário *a Monarquia,* o que sempre nos haveria de manter entre o disfarçado menosprêzo dos monárquicos liberais e o desdém pseudo-intelectual ou a sanhuda hostilidade das fôlhas republicanas.

Para defesa de uma doutrina que se afirmava contra tudo e contra todos, procurando servir com as suas luzes o corpo e a alma da Nação, era preciso lutar com tenacidade e fé ardente.

Muitas vezes fomos vencidos pelo arbítrio da fôrça pública, outras tantas nos castigaram com a cadeia, sem que alguém tentásse e conseguisse convencer-nos de erros substanciais nos princípios enunciados.

Da sua deformação ou perversão alguns ambiciosos se aproveitaram depois para ganhar títulos de reformadores, mas a falsificação do sistema não a podem encobrir cautelas nem disfarces, pois que em desastrosos resultados ela terá de assinalar-se tristemente, e a olhos vistos.

III

A persistente indisposição contra o mundo oficial, revelada nas fôlhas dêste livro, não provinha de despeito do autor, do azedume de falidas ambições ou de alguma vingança insofrida: nascia da natural repulsa do seu espírito pelo que observava e sabia, pelos factos notórios que iam ecoando por todo o País.

Os primeiros escândalos ruïdosos (bens das congregações religiosas, assassínios, agressões cruéis, assaltos, lei das binubas, questão de Ambaca, etc.), feriam gravemente a consciência dos sinceros e honrados republicanos, e exautoravam os arengadores que haviam embriagado com impossíveis promessas, o bom povo e a populaça das ruas.

Escândalos modestos e ingénuos se mostrariam êles, é dever confessá-lo, em confronto de outros que mais tarde viríamos a conhecer, sem possibilidade de protesto público ou defesa judicial, em tempos em que as melhores leis cederiam o lugar aos piores arbítrios...

Durante o largo período que as páginas dêste volume hão-de abranger, conforme o intento do autor, viu êle atropelar a Razão pela Sandice, corromper a Justiça pelo Oiro, prevalecer a Torpeza à Honesti-

dade, exaltar o Vício com desprêzo da Moral, ultrajar Deus pelos fiéis de Satã.

Mas também a Razão nunca deixou de o ser, com alegria observou decretos de justiça incorrupta, presenciou exemplos de alta Virtude e Bondade, enquanto em muitos lares e nos altares, Deus continuava a ser amado e louvado como Princípio e Fim da existência.

Pela lição de todos os tempos, desde Caim e Abel, o mesmo barro humano servia de instrumento ao Bem e ao Mal, embora, pelo sabido desconcêrto do Mundo, mais ditosos parecessem os que viviam surdos às vozes da Consciência e rebeldes às disciplinas da Moral e da Honra.

Não aceitando a forma do Estado ou o regime republicano, fazia-lhe o autor firme oposição, enquanto queria e precisava viver dos proventos da pequena situação que dentro dos quadros oficiais conquistara, em concursos de provas públicas.

E não via em tal desígnio incoerência ou contradição, pois que nas disposições da Constituïção que êle, aliás, não redigira nem votara, os chamados *direitos e garantias individuais* eram tantos que poucos ou nenhuns meios de defesa ficavam ao Estado para resistir aos cidadãos discordantes ou contraditores.

Pela ética política do Individualismo, o Poder tinha de admitir e aceitar o seu próprio aniquila-

mento. Para bem se defender, só com processo extra-legal ou ilegal de extrema eficácia, pela fôrça ou pela injustiça, o que importava o seu desprestígio na consciência pública.

O sagrado respeito dos direitos e liberdades do cidadão-funcionário, vinha da tradição da Monarquia Constitucional, em cujos quadros exerceram altos cargos de administração, de comando militar e de ensino, muitos republicanos de grande vulto, que invectivavam todos os governos e injuriavam as próprias pessoas da Família Real.

Os que lerem êste livro com o critério formado e os olhos esclarecidos pelo testemunho de realidades posteriores, bem poderão pensar que o Regime Republicano não perseguiu muito o autor pela oposição intelectual que lhe declarou e pelos agravos que lhe procurou fazer.

Em verdade, por êsses tempos, muitas inteligências viviam à luz dos últimos clarões do Romantismo Político, buliçoso avatar da antiga Cavalaria; ainda então os homens eram considerados pessoas ou sêres racionais pela temperança do Poder Público. E todos os portugueses usavam pràticamente de alguma independência de idéias e de atitudes, gozando do exercício daquelas concretas liberdades que se traduziam na justiça escrita nas leis, sem nenhum temor aplicadas por juízes livres e independentes.

Ainda não existiam os totalitarismos eslavo, germânico e latino, que pela máquina do Estado, reduziram as pessoas humanas a peças utilizáveis ou desprezíveis e as relações sociais a movimentos ordenados por coerção, como se as nações fôssem rebanhos de rêses ou fábricas de materiais de construção económica e destruïção militar.

As violações das leis ou as transgressões dos preceitos da Ética Republicana causavam o desgôsto e provocavam os protestos dos mais altos corifeus da Democracia, e assim era ainda possível a um funcionário, acusado de inimigo intelectual do Regime, oferecer para testemunhas da sua defesa, ilustres republicanos e até exaltados revolucionários civis.

A pretexto e a despropósito de homenagens (e tantas elas foram que tem perdurado, entusiàsticamente, o neologismo *homenagear*), alastravam pelas ruas e praças sinistras marchas de rancor ou de vingança, instigadas pelos jornais e alfurjas: mais pés do que sapatos, menos cabeças do que chapéus...

Era prudente evitar esses remoinhos gregários, generosos umas vezes, outras terrìvelmente crueis, conforme o capricho dos cabecilhas, enfim, a multidão humana a vestir-se com peles de cordeiros ou de lobos, à mercê da boa ou má guia.

Vivia-se no convulso período das associações secretas, da maçonaria ostentosa, com estandartes,

aventais e insígnias, na era da carbonária e da celebrada formiga branca, cujos membros, pelo lema da defesa da República, freqüentemente cometiam arbitrariedades e violências repugnantes, contra os intentos dos próprios Governos.

A tais quadrilhas se devem muitos crimes que nunca poderão ser absolvidos pela verdadeira justiça da consciência pública. Desde o Regicido (1908), repetiram-se os assassínios impunes, e vieram depois as sevícias e injúrias a presos, desacatos e vexames a pessoas eclesiásticas e civis — essas desordens e odientos motins que tingiram de sangue as mãos de muitos cidadãos que eram considerados salvadores da República.

Para falar dos piores crimes (incêndios, assaltos, morticínios) até se empregava uma velatura de simpatia: chamavam-se *delitos sociais*. Era já meia absolvição, preparada por gazetas atrabiliárias, e por igual processo de eufemismo covarde, jornais moderados chamariam *autor do atentado contra a vida do Dr. Sidónio Pais,* ao criminoso que em 1918, a tiros de pistola assassinou aquêle Presidente da República.

Com sincera coragem de chacais e com expressa cumplicidade moral se apelidaram de *libertadores* os regicidas Alfredo da Costa e Manuel Buíça, cujas façanhas até há pouco estiveram glorificadas em monumento sepulcral no cemitério do Alto de São-João.

Noutros aspectos, verificavam-se impulsos de virulento e ridículo rancor: um dia, com cínico desprêzo pela verdade e pelos direitos do espírito, foi riscado do recenseamento eleitoral por não saber ler nem escrever, o insigne professor da Faculdade de Letras, José Maria Rodrigues! Por tal sanção, expiava o sábio doutor os crimes da sua fé política e de haver sido algum dia mestre dos Príncipes, filhos de D. Carlos I.

Por 1915, após a revolta de 14 de Maio para o restabelecimento da Constituïção, generalizou-se o axioma de aberta intolerância: *a Nação é dos Portugueses, mas o Estado é dos Republicanos.* Assim, à mesa do orçamento, uns comiam, gozando, enquanto os outros pagavam, servindo. E pudemos depois verificar o alargamento da experiência, com o exemplo a frutificar com fartura e prodigalídade para uns, com limitações e miséria para outros...

Com êste espírito se promulgaram as leis de defesa da República, obrigando qualquer funcionário ou professor a apresentar prèviamente para o exercício do seu cargo, o competente atestado de fidelidade ao regime, assinado às vezes pelo soberano tendeiro, à esquina da rua em que morava.

Em Política, não se deve prescindir das lições da Tradição, para ensinamento de espíritos curiosos de verdade e justiça entre os homens, embora sem-

pre êles teimem em manter-se quási iguais ou semelhantes a si mesmos, no longo rodar dos anos.

Ontem como hoje, muitos são os defeitos, poucas as virtudes, e a de mais vulgar observância não é por certo a coerência...

Muitas vezes, ela sacrifica os que a respeitam, não deixando de molestar os que a desprezam pelo vil prémio de negar a própria identidade de espírito e de consciência moral.

IV

Se puser os óculos para folhear êste livro, o próspero Bom-Senso castigará o autor com silenciosa e vingadora reflexão, censurando-o por ter assentado nas nuvens um miradouro de Sonho.

Remar contra as marés, endireitar o mundo, simbolizado em chavelho de nascença, ou rectificar a sombra de uma vara torta, consideram-se impossíveis morais e físicos, contra os quais inglòriamente se inutilizam os melhores apostolados, malogrando êxitos ou vedando merecidos triunfos.

Mas foi a lutar contra êsses e outros impossíveis que no mundo se colheram as mais belas flores do ideal humano, desde a Ordem da Cavalaria à Cruzada Ultramarina dos Portugueses; e a combater por altas emprêsas, a nobreza do Homem se sobrepôs ao ruminante egoísmo da Alimária.

E por enquanto, embora pelos desvarios da prática, a Humanidade se mostre muito alheia a tal herança, ainda não chegou ao impudor de solenemente a repudiar.

Seria então o perfeito regresso à animalidade, à escuridão da vida do instinto, sem Honra nem Moral, para onde parece que nos encaminham certos con-

dutores da era do animatógrafo, da telefonia e do bombardeiro, em que as almas vão vivendo a morrer, sempre afogadas em ondas de sangue e de perversão.

Para quem procura satisfações, interêsses e vaidades, no teatro da vida, como no de indústria, o mais vantajoso lugar encontra-se na *claque:* não se paga bilhete, e às vezes ainda se recebe remuneração.

Mas neste teatro do mundo político, o mais completo de elencos e o mais variado de repertórios, já para não aplaudir é preciso ter coragem, e qualquer rumor de justa pateada pode pagar-se com a prisão, com o destêrro e até com a morte.

No ciclo abrangido pelos limites cronológicos dêste livro, todos fomos vendo repetir-se o que a sagacidade do clássico D. Francisco Manuel observava no seu tempo, já lá vão três séculos:

O merito e virtude envergonhados havião fugido da Republica, em seu lugar pezavão as Praças, e não so dominavão o Capitolio o interêsse como o vício: não vio o Mundo idade tanto de ouro e de ferro (1).

Em Portugal, bem desgastado e mal resgatado pela República, os beneficiários do bôlo orçamental chegaram um dia a formular êste cínico axioma: *Quem não é democrático, é ladrão de si mesmo...* E a provei-

(1) *Tacito Portuguez*, ed. brasileira, 1940, pág. 52.

tosa sentença não deixou de ter equivalentes expressões, mantendo-se em vigor a sua verdade, pelo andar dos tempos...

Fazendo exame de consciência cívica, ao longo dêste depoïmento de vida sofrida, não pode confessar-se arrependido quem, voltando à mocidade, com certeza retomaria o caminho dos sobressaltos, dos maus encontros e das expiações sem culpa ou até com culpa deformada...

Aceitar o destino que nos cabe ou voluntàriamente preparamos, é dever de humana dignidade ou de simples coerência, nobreza de honra que limpidamente poderá reflectir-se do cristal de qualquer alma sincera.

De dentro das portas de bronze do seu Banco, a sorrir sardònicamente e a contar os seus títulos de crédito mais numerosos do que as linhas dêste livro, o espêsso plutocrata chamará ingénuo ao seu autor; do polido assento da poltrona de onde só se levanta para mesuras, o melífluo director geral o terá por desobediente ou rebelde; o ditoso aventureiro e salteador de qualquer classe ou profissão, há de considerá-lo um tolo rematado, e sem cura possível.

Êsses e muitos outros terão razões de condenar tal réu com sobranceiro desdém, alegres e satisfeitos com o daltonismo do seu critério de dignidade cívica.

E se em português de lei lhes quisesse retorquir, chamando corrupto ao primeiro, ao segundo covarde, e ladrão ao terceiro, escrevendo aqui alguns nomes dêsses bem conhecidos triunfadores, a justiça oficial mais uma vez o condenaria a dura pena, e agora por difamação ou injúria, por fôrça do artigo tantos do Código Penal.

Não têm número os Sanchos Panças em terra portuguesa, e por sua lustrosa corpulência, muito pesam nas assembléias, mandam por favor nos mais altos domínios da Administração e do Govêrno, sempre felizes por não ousarem lembrar-se de que o Dom Quixote, à sombra de quem medrou o seu modêlo, acabou por morrer louco, a sonhar em ardente delírio com o Bem e a Justiça.

Em data incerta (mas poderá averiguar-se, havendo empenho...), operou-se em Portugal a transmigração das almas dos cágados para a espécie humana.

Caso é êste de frutuosa meditação, para tentar os nossos meta-físicos bem intencionados, pois cada vez é mais elucidativo e ilustrado o diorama social do nosso tempo.

Então, continuemos a considerar:

O jovem leitor que professa e disfruta o ideal da inquietação em cómodo repouso; o condutor de automóvel cromado e de companheira colorida e fotogénica, por muito bem saber *fazer sobrancelha,*

a deslumbrar caixeiros nos bailes do Estoril — êsses produtos sintéticos do chamado *Corporativismo,* não poderão compreender a verdade vivida e sofrida nas recordações dêste livro. Devem parecer-lhes apócrifas ou absurdas certas revelações do tempo antigo.

E com íntimo desprêzo pela pena que as escreveu, hão de considerar que muito mais vale hoje a compensadora propriedade da caneta de tinta e aluguel permanente, manejada por qualquer moço-de-fretes intelectuais...

Por certo, é de muito proveito desconhecer o sacrifício por idéias, com independência de espírito, quando a adulação e a subserviência andam bem cotadas na feira das vaidades e interêsses, quando pela destreza de praticá-las, se ganha alto prestígio e até se alcança a imortalidade. Êsses rapazes-velhos são os que procuram e encontram chefes de ocasiões venturosas, para se dispensarem do esfôrço de ganhar e manter autonomia mental nos passos da vida.

Certamente, bem o sei, não faltará a êste documentário a piedosa censura do velho marralheiro, a abarcar céu e inferno com ambas as mãos, em todos os lances propiciatórios... Sem perda nem perigo, a subordinar os princípios morais aos fins do lucro, a própria verdade à cadeia dos oportunismos, será êle por ventura, o mais perfeito *duplo* da tartaruga terrestre neste signo de metempsicose, nesta hora de rendosa

acomodação dos valores do Espírito à mais disfarçada e abjecta Materialidade.

Mas tenhamos por certo que tão vigilante timidez nem sempre o livra de sentir estilhaçada a carapaça da hipocrisia, pois já muitos temos visto morrer e sepultar nas escórias da própria imundície.

Também, ao longo destas fôlhas, se as soubessem ler, ao autor não faltaria o brunido desdém dos titulares de iniciativa própria, verdadeira nobreza de autoclismo, que na lista dos telefones encontra, para seu vaidoso registo, o sucedâneo do celebrado e honroso *Livro do Armeiro-Mór*...

Parece que existe agora numerosa descendência daqueles charlatães quinhentistas, cujas demasias já mereceram o remoque de Garcia Resende:

.....
.....
já se hos reys nõ hãa mester,
pois toma dõ quẽ no quer,
& armas nobres tambem
toma, quem armas nam tem
& dá ho dom aa molher.

Para tais exibições de falsa honra e mérito nulo, também os de hoje se julgam dispensados de qualquer dever para com o natural Chefe da Nobreza,

atendo-se às seguras mercês da República, deslumbrando-se com as graças judaicas que nela consagram e prosperam os mais exigentes e ambiciosos.

No abundante mostruário de maldita riqueza e de miséria de almas, bem se revela a repulsiva gafaria moral em que degenerou a sociedade portuguesa, para a reconhecermos capaz de afrontar os desvairados perigos e calamidades que a podem vir a saltear.

Para tão salutar destino, nada valerão êsses vultos empalhados, essas inteligências sem ordem e sem rumo, que se aprestam para qualquer conformidade e aceitam a sorrir a própria servidão.

V

Mudam os trabalhos, passam os dias e não deixa de continuar a verificar-se a exactidão da conhecida sentença latina: *Ratio stultorum exitus.*

Assim, no conceito geral, só têm razão os triunfadores, por fás ou por nefas que fôsse ou seja atingida a sua ambição.

O juízo da História também sempre glorifica os vencedores de oportunismos políticos, militares ou intelectuais, não cuidando de saber se outros teriam maior causa e justiça de vencer, se lhes assistiria aquela nobre razão de verdade que a vitória dos contrários bastou para logo a converter em sem-razão...

As consagrações oficiais deixam obscuros os que começaram as emprêsas e lhes deram sangue de vida, guardando os nimbos da glória para os que, sem trabalho nem risco, se aprestam a gozar os frutos do alheio esfôrço.

Parece que sempre assim foi e talvez haja de continuar a ser, para triste lição e desproveito dos vindouros. Deus queira que não!

Conhecendo estas verdades de elementar observação e reflexão, o autor não vem aqui apresentar

queixas, nem tem reparações a requerer e muito menos a desejar.

De boamente se conforma com a pouquidade dos seus merecimentos que até agora o tem livrado de ser deputado sem votos, académico sem títulos ou comendador de Cristo sem fé religiosa...

Afigurou-se-lhe que a revelação de certos documentos e de muitos factos esquecidos poderia oferecer algum interêsse para apreciação de uma época, de cujos sucessos políticos o autor participou, muitas vezes envolvido em lutas e perseguições, à sombra das cadeias ou enredado em querelas, sem jamais deixar de se considerar falso réu e legítimo acusador.

Por modéstia ou por condenável orgulho de modéstia, hesitou êle em publicar certas páginas do verdadeiro drama e comédia dos seus dias, em que tinha de aparecer como autor e actor, entrando, sem o querer, em exercício de memorialista, com o desculpável, mas triste jus dos que já podem recordar, por não terem muito que viver...

Mas, para além dos sentimentos e susceptibilidades pessoais, havia a verdade a afirmar e defender — essa verdade a que se comunica a fôrça da própria vida, incompreensível para os comodistas da era judeo-bancária, em que as próprias idéias se alugam e tôdas as palavras de encómio são pagas aos fogosos aduladores, a preço certo por linha.

Havia também o dever de atender às instantes solicitações de algumas dezenas de estudantes e outros fiéis continuadores das normas da intransigência e boa moral política em Portugal.

Dos mais velhos sempre êles reclamam luzes de experiência para sua instrução nas realidades que foram, e para julgamento de um remoto passado, de que nem todos os integralistas de êsse tempo poderão altivamente recordar-se até ao dia de hoje.

O presente volume e outro que, sob o mesmo título, há-de seguir-se-lhe, quando puder ser, destinam-se especialmente a documentar algumas das vicissitudes, trabalhos, dores de alma e de inteligência, em que foram decorrendo trinta e mais anos da vida de um cidadão da República Portuguesa.

Das lembranças que guarda, algumas aqui serão oferecidas, pedindo desculpa da insignificância aos que mais e melhor hajam alcançado, e confessando especial admiração por aquêles que tudo depreciam, sem nada ter feito...

Importa ainda prevenir que estas impressões só pretendem reflectir aspectos de uma agitada época da nossa história política e não foram escritas com qualquer intento de autobiografia e muito menos de panegírico do autor.

Se da leitura a malevolência quiser colher essa cavilosa opinião, também os espíritos de boa fé fàcil-

mente compreenderão que não seria lícito omitir ou mutilar documentos, sem lhes fazer perder o valor probativo que dêles haja de aproveitar-se, para a instrução de um processo público em que todos podem ler e julgar como souberem.

Por tais provas e pelos relatos que os elucidam ou explicam o seu carácter, não é propósito do autor dar a conhecer aqui as suas já longas memórias políticas, mas apenas revelar delas alguns casos de repetida divergência ou oposição às normas e princípios da República Portuguesa: ofensivas do Estado contra o cidadão, do cidadão contra o Estado, fôlha corrida de crimes políticos, verdadeiras fôlhas de cadastro.

Fora dos aspectos exclusivamente pessoais, neste tumulto de tantos anos passados, quero e devo abranger com espírito fraterno, os companheiros de Esperança, de Ansiedade e Sofrimento, e todos aquêles nobres Portugueses, soldados e paladinos, que por tenaz esfôrço contra um Poder Público, fraudulento de natureza e funesto por destino, souberam combater com denodo e heroísmo, perdendo uns a liberdade, outros a vida na peleja.

Desprezadores da retórica empalhada, com que se proclamavam os triunfos das mediocridades dos partidos — a sua vigilância e o seu protesto em voz alta eram função e dever de patriotismo militante.

A formar legião na lembrança, numerosos são os mortos e os vivos, e dos responsáveis do seu comando bem poderia agora organizar-se uma galeria, reünindo nela todos êsses que pelos adversários tantas vezes foram considerados criminosos célebres e que a melhor parte das suas vidas consumiram em sacrifícios pela honra e legítimo interêsse da Nação.

Com seus inevitáveis erros e imperfeições, foi essa juventude uma primavera de almas, alvoroçada, fogosa, que intensamente viveu e sonhou, procurando iluminar de fé o destino do Povo Português, exaltando-o sempre pelas razões e esperanças de vitória nas esferas da inteligência.

Eram de bom ânimo êsses rapazes, ardentes corações onde pulsava o sangue dos Avós, cultivadores da terra, soldados e matalotes, reconhecendo-se com êles sempre solidários nesse inflamado amor de família nacional que para triunfar da morte, manda fielmente embalar os berços sôbre a terra das sepulturas.

Os sobreviventes dessas alvoradas de Esperança não se lastimam de esforços e sacrifícios perdidos, pois não foram enganados da causa. Mas nas sombras da tarde, quando lhes começa a anoitecer, apenas sentem a turva mágoa de não a ver sentenciada com a devida justiça e glorificada em profícuas e definitivas realizações.

Para prosseguir em tão longa e fastidiosa alegação, fazendo jornada por domínios desconhecidos onde a saüdade mora, não faltariam outros episódios a referir, confrontos a tentar, almas e dores a relembrar, culpas a confessar, defeitos e virtudes a descobrir.

Mortos que ainda falam alto e claro, vivos que para sempre se calaram, esperanças fátuas, energias rendidas, enfim muitos reflexos da grandeza e da miséria das gerações de Adão em gente portuguesa que não é a menos humana de todos...

Mas, como já se fêz notar, êstes volumes não pretendem narrar a história de trinta e mais anos de República, não fazem retratos nem paralelos dos seus homens, nem rol dos seus escândalos ou louvor dos merecimentos de alcance nacional que devam ser-lhe atribuídos.

A todos êsses temas históricos poderão aqui dirigir-se algumas referências acidentais de aspecto político ou mental.

Em tantas páginas, apenas se procura afirmar responsabilidades, defender justiça e acertar contas. Nelas alguém verificará algum saldo negativo para o autor que não terá feito o que seria necessário para os seus intuitos, na parte que lhe competia, embora nunca deixasse de levar a cabo quanto pôde e o melhor que soube.

E de suas faltas se quiser agora pedir desculpa, não sabe bem a quem se há de dirigir...

Esclarecidos e explicados assim os intuitos destas fôlhas, nelas ficarão a ressoar em perdidos ecos, os gritos e protestos de uma consciência de português que sempre preferiu a livre obscuridade à dourada escravatura, deliciosa morte para vidas sem honra moral e sem vergonha política.

VI

Quando o autor era pequeno, na selecta da sua escola, lia-se uma parte da *Regra para quem quiser viver em paz,* do poeta D. João Manuel, homem de alto estado na côrte do Venturoso.

Depois, pelo progresso dos estudos, possível lhe foi vir a conhecer integralmente tão avisadas sentenças na lição que se transcreve:

Ouue, ve, & calla,
& viuerás vida folgada:
tua porta çerrarás
teu vezinho louuarás
quãto podes nã farás
quãto sabes nã dirás,
quãto ves nã julgarás,
se queres viuer ẽ paz.
Seys cousas sempre ve,
quando falares te mando,
de quẽ fallas, onde & que,
& a quem, como & quando:
nũca fyes nem perfyes
nem a outro enjuries,
nõ estes muyto na praça
nem terryas de quem passa;
seja teu todo o que vestes,
a rrybaldos nam doestes;
nam caualgarás em potro.
Nẽ ta molher gabes a outro;
nom cures de ser picam
nẽ trauar contra rrezam.
Assi lograrás tas cãas
cõ tuas queixadas sãas (1).

(1) *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende.* Coimbra: Imprensa da Universidade, MDCCCCX, vol. II, pág. 29-30.

Apar de normas de boa conduta, que a todos cumpre louvar e seguir pela sua justiça e acêrto, a *Regra* do camareiro-mor de D. Manuel encerra vários conselhos que, por discreta ironia, parecem ditados para o coelho, o menos agressivo dos mamíferos dêste Planeta.

Lendo e seguindo com rigor a cartilha, do alcaide-mor de Santarém, os homens prudentes e sensatos alcançarão no mundo quanto ambicionarem, chegando à velhice com os queixos inteiros e aptos para bem mastigar, conforme nos assegura o experiente cortesão.

Só uma certeza nos compete relembrar: êsses ditosos mortais que da vida fizeram cevadouro, em troca do lauto banquete das suas gorduras, nem sequer já poderão ouvir os subterrâneos louvores dos gusanos, por longas sonatas sem fuga, em dó maior...

Tendo-se esforçado por cumprir as normas destinadas à pessoa humana e cristã, o autor convictamente desprezou aquelas que, por justa interpretação, mais respeitariam ao saboroso roedor, e assim, com altiva fidelidade, cuidou ir defendendo os direitos e honras da espécie, em que por Deus foi nado e criado.

Do que por tal procedimento lhe veio a acon-

tecer, poderão com segurança ajuïzar aquêles que resolverem afadigar-se na tarefa de ler os autos e assentos dêstes feitos findos.

Sintra, Santa-Maria — Agôsto, 1942.

H. R.

INTRÓITO DE VIDA PRÁTICA

PELO triste Novembro do ano de 1911, vinha eu para Lisboa sem quaisquer protecções no mundo oficial e com o grau de bacharel formado em Direito, como tôda a gente que o era, nesses tempos já remotos na esperança e na saüdade.

Tinha de começar a ganhar a vida pelo trabalho do espírito, e desde muito novo a êsse destino me fôra acomodando, para poder aliviar os encargos do orçamento paterno.

Sentindo sempre maior gôsto de aprender e ensinar letras do que teria em folhear e discutir códigos, tratei logo de me propor a professor provisório de qualquer dos liceus de Lisboa.

Como então acreditava nas fórmulas e no prestígio do papel selado, ingènuamente esperei para o meu requerimento um despacho ministerial que não vinha, nem jamais viria, se um acaso não tivesse decidido da minha pretensão e dos meus primeiros passos na vida oficial, dentro do regime republicano.

Numa brumosa noite do mês seguinte, encontrou comigo no Café Martinho o meu condiscípulo Joaquim Tavares da Silva, bom e inteligente rapaz, republicano

histórico que logo interessadamente quis saber da minha saúde e do meu destino na vida prática, a grande planície de cardos, em que ambos iamos entrar.

Informado da minha modesta pretensão e da demora do respectivo despacho, ali mesmo afectuosamente me interpelou:

— E tu não sabias que sou secretário do Ministro do Interior?

— Só agora o fico sabendo: desculpa esta ignorância a quem vive fora das zonas do poder...

— Pois vamos tratar do caso, e, se queres ser professor, serás nomeado, logo que haja vaga.

E assim foi. Nenhuma imposição me era feita nesta intervenção do amigo e companheiro de Coimbra, nem qualquer compromisso tomava com tal despacho que poucos dias demorou.

Por decreto de 10 de Janeiro de 1912 *(Diário do Govêrno* de 23), era o novo bacharel nomeado professor provisório do Liceu de Passos Manuel.

Assim principiava a minha tumultuária carreira de servidor do Estado, nesses dias distantes da República, quando o supersticioso respeito pelos princípios da Liberdade, ainda às vezes permitia o legal acesso de qualquer cidadão aos cargos públicos.

No liceu foi-me confiada a regência da disciplina de Geografia em algumas das classes do curso (2.ª, 6.ª e 7.ª). Dêsse encargo que não era pequeno, procurei desempenhar-me o melhor que pude e soube, no intento de ganhar a atenção dos alunos e a estima dos professores que me receberam com alguma confiança.

Mais tarde, numa eventualidade em que tive de recomeçar a vida, o que constantemente me viria acon-

tecendo, para fins convenientes requeri à reitoria do liceu o atestado dos meus primeiros serviços oficiais, o qual me foi passado nos seguintes têrmos:

> António Carlos Cardoso de Lemos, professor e director de classe mais antigo, servindo de Reitor:
>
> Atesto, tendo ouvido o Conselho Escolar e conformando-me com o seu parecer, que o professor José Hipólito Raposo prestou serviço neste Liceu, no ano lectivo de mil novecentos e onze a doze, com competência, zêlo e assiduïdade.
>
> Liceu de Passos Manuel, Lisboa, em treze de Março de mil novecentos e vinte e dois.
>
> O Director de classe mais antigo, servindo de Reitor
>
> a) *António Carlos Cardoso de Lemos.*

Por êste singelo documento, julgo poder considerar saldadas as contas dos meus pequenos serviços de professor do liceu. Sempre é útil ir tomando nota, porque as parcelas são muitas: contas de longo e áspero rosário...

OFICIAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

No comêço dêsse ano de 1912, tendo sido aberto concurso de provas públicas para o provimento de um lugar de segundo oficial da Direcção Geral da Instrução

Secundária, Superior e Especial, requeri no prazo devido a respectiva admissão.

No dia fixado, lá fui ao Ministério do Interior prestar as provas escritas que nos exigiram, vindo a obter, talvez por acaso, a primeira classificação e a documentada preferência, entre os amanuenses da Secretaria e os outros candidatos a ela estranhos.

Nesta conjuntura, logo comecei a sentir os primeiros sobressaltos da adversidade por parte do pessoal interno do Ministério, para onde ia entrar pela janela, segundo se murmurava, a intriga acesa pela minha qualidade de monárquico e os cuidados da Maçonaria em proteger aquêles dos seus fiéis adeptos que eram concorrentes ao lugar. Alguns tinham tão altos serviços que até deviam constar do registo criminal...

O Ministro do Interior a quem então estavam subordinados os serviços da Instrução Pública, era nesse tempo o Dr. Silvestre Falcão, fervoroso republicano desde estudante e verdadeiro homem de bem, assim reconhecido e respeitado por tôda a gente.

Mandou lavrar o decreto da minha nomeação, e publicando-se a respectiva notícia, logo ela mereceu aos jornais adversos ao Ministro muito ásperos e ameaçadores comentários. O meu condiscípulo Tavares da Silva já então não fazia parte do pessoal do gabinete, e desempenhava o cargo de auditor administrativo em Faro, segundo creio.

Conhecedor das contrariedades que acompanhavam a corajosa resolução do Ministro, julguei do meu dever ir pessoalmente agradecer-lhe o meu despacho, e pela primeira vez vi o Dr. Silvestre Falcão.

Cortêsmente repudiou o meu agradecimento, decla-

rando que me nomeara por indicação do júri e também por se haver convencido de que possuía habilitações superiores às dos outros candidatos. Por último, o Ministro acrescentou gravemente:

— Desejo-lhe muitas felicidades na sua carreira de funcionário. Mas acautele-se: isto é uma caverna, e aqui dentro há gente para tudo.

Com o andar do tempo, por várias vezes, viria a sofrer a confirmação dêste severo e triste juízo, como já começaremos a verificar.

O Decreto de 8 de Julho de 1912 que me nomeava, precedendo concurso de provas públicas, segundo oficial da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, tinha de ser visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, sem o quê não se tornaria efectiva a nomeação.

Voltaram-se então para êsse Conselho os desvelos dos meus competidores, com o vil intento de anular um concurso a que haviam sido admitidos todos quantos apresentaram a documentação exigida no respectivo edital.

Por esta sôfrega intervenção, ao menos conseguiriam dilatar algum tempo o acto da posse, para que a eventual substituïção do Ministro viesse a proporcionar-lhes o ensejo do esbulho de um direito, honrada e legalmente adquirido.

Por feliz acaso, era vogal do Conselho o Dr. Joaquim Pedro Martins, meu antigo professor de Direito em Coimbra; e, achando-se presente na sessão em que o processo fôra dado para discussão, nela interveio a defender a justiça e a legalidade do decreto.

A nomeação só viria a aparecer no *Diário do*

Govêrno de 31 de Agôsto, quando já era Ministro do Interior o professor de Matemática, Dr. Duarte Leite. Devo a Júlio Dantas a decisiva intervenção junto dêste governante, para que fôsse mandado publicar na fôlha oficial o despacho de uma nomeação feita com tôdas as condições e exigências legais. Por ter persuadido aquêle Ministro a cumprir o seu dever de republicano, aqui lhe testemunho o meu vivo reconhecimento.

Estávamos a algumas semanas da segunda incursão monárquica e do combate de Chaves. Não tomara eu parte em qualquer dessas mal sucedidas reacções contra o novo regime, mas o bom espírito democrático dava-me a honra de me solidarizar com elas, procurando espoliar-me de um direito adquirido.

Com êstes e outros percalços, em pesada atmosfera de hostilidade começava a minha carreira de burocrata nos serviços da Instrução Pública.

PROFESSOR DO CONSERVATÓRIO

Deixara de ser professor no liceu, mas desejaria continuar a ensinar o pouco que soubesse.

E talvez fôsse apenas uma obsessão. Paciência...

Nesse mesmo ano de 1912, era aberto concurso de provas públicas para o preenchimento de uma vaga de professor da terceira cadeira *(Filosofia Geral das Artes)* da Escola da Arte de Representar (Conservatório de Lisboa).

Juntei os documentos ao requerimento, escrevi à pressa a dissertação e apresentei-me às provas do concurso em que um numeroso júri entendeu dever classificar-me em primeiro lugar. Mas aqui não houve hostilidade, nem intriga, nem perfídia que me amargurasse o desejo de trabalhar.

Por Decreto de 23 de Novembro dêsse mesmo ano, era nomeado, procedendo concurso de provas públicas, professor ordinário da terceira cadeira da Escola da Arte de Representar. Nada então se opôs a que o respectivo despacho logo fôsse publicado no *Diário do Govêrno* (29 do mesmo mês e ano).

Como o exercício daquele magistério, pela sua exígua remuneração, era, por lei, compatível com qualquer outro cargo público, apenas se me exigiu que as aulas fôssem dadas no período da manhã, de maneira que pudesse cumprir o horário da entrada no Ministério. Assim se fêz e assim cumpri sempre, para ganhar o que então se pagava: seiscentos escudos por ano no Ministério e trezentos escudos por ano no Conservatório, vencimentos ainda cativos de descontos...

BUROCRATA DE TODO O SERVIÇO

Mas, se a minha posição de burocrata se mantinha fixa no grau em que nela entrara, bastante variável se ia tornando pelas *aptidões* que em mim eram reconhecidas oficialmente.

Assim, por Decreto de 13 de Outubro de 1913 *(Organização do Ministério da Instrução Pública)*, era colocado na situação de disponibilidade e em serviço na Repartição de Instrução Agrícola; por Decreto n.º 1.126, de 2 de Dezembro de 1914, passava para a Repartição de Instrução Secundária; e por Decreto de 17 de Abril de 1915 *(Diário do Govêrno* n.º 103, de 5 de Maio), como se fôsse para destêrro, dava entrada na Repartição da Instrução Industrial e Comercial que era transferida do Ministério do Comércio.

Estas sucessivas mutações importavam sempre nova preparação e nova adaptação aos serviços, como se houvesse o malígno intento de me cansar a paciência ou de provar a minha incapacidade, esgotando os limitados recursos de que podia dispor.

A minha fôlha de decretos começava a ser considerável pelo número de títulos com que me iam ilustrando... Mas tantas nomeações não vinham sendo feitas para me favorecer, nem podiam ser proveitosas para os serviços de que me ia encarregando, com obscura, mas sempre correcta lealdade.

Tudo se passava como se tivesse sido grave êrro admitirem-me na carreira de funcionário público..., mas não surgia motivo de o emendar pela violência, nem eu o confessava pelo abandono do cargo.

O êrro assim continuava a subsistir, mas não deixaria de ser punido na primeira ocasião...

A REVISTA *NAÇÃO PORTUGUESA*

Em Abril de 1914, publicava-se o primeiro número da revista *Nação Portuguesa,* dirigida por Alberto Monsaraz e colaborada pelos poucos integralistas do primitivo grupo, de entre os quais nenhum ainda se poderia impor pela autoridade dos trinta anos. A organização e a esperança dêsse reduzido núcleo vinham já dos primeiros meses de 1913.

Com um exemplar do folheto nas mãos, comprado pouco antes, dirigiu-se-me uma tarde, no Chiado, o Dr. Coelho de Carvalho, poeta, crítico, dramaturgo, enfim, um bem conhecido agitador de idéias, que formava na primeira linha dos intelectuais da República. Pensei que iria fustigar a nossa audácia com alguma trovejante diatribe, mas do meio da sua barba talmúdica, com voz grave e profética me falou desta sorte:

— Meu caro doutor e amigo: acabo de ler esta *anunciação* e programa. Já sei e lhe digo que os parvos dos meus correligionários vão rir-se destas páginas e pretenderão meter-vos a ridículo. Mas, com a minha autoridade de republicano, quero dizer-lhe que nenhuma incursão, nenhuma conspirata ainda pôs a República em perigo, e todos êsses impulsos só têm servido para afervorar e exaltar as várias espécies de defensores. Mas o perigo verdadeiro aparece agora aqui, nesta nova orientação do combate. Não se derruba uma árvore com pedradas aos ramos. Apenas caiem as fôlhas. O primeiro ataque sério à República

vejo-o eu nestas linhas: é o machado a dar golpes na própria raiz do sistema...

Como o Dr. Coelho de Carvalho era habitual chalaceador dos cafés, julguei ver algum teatro no calor com que ali falava e astuciosa ironia no seu intento.

Mas logo notando a incredulidade do meu sorriso, acrescentou com certa aspereza:

— Não se ria, quando eu penso e falo a sério... Aqui fica a profecia. Passe muito bem!

E apertou-me enèrgicamente a mão, com uma grossa gargalhada de certeza.

Passaram anos, volveram-se décadas, a profecia foi por êle relembrada, repetida várias vezes, mas ainda não se acabou de cumprir, e não sei se Deus me prolongará os dias até se vir a dar inteira razão ao falecido Dr. Coelho de Carvalho...

NORMALIDADE REPUBLICANA

Em 14 de Maio do ano de 1915, deu-se em Lisboa uma segunda revolução para restabelecer a normalidade constitucional, violada e desprezada, em nome do Exército Português, pelo General Pimenta de Castro. A vitória das ruas e das armas, alcançada pelos *normalistas* e revigorada em dias sucessivos por assaltos e morticínios, restituía ao Partido Republicano Português, mais do que os encargos, os proveitos e encantos do Poder.

Pouco tempo depois, saía um folheto intitulado **Da Monarquia à República,** carinhosamente editado pela Imprensa Nacional de Lisboa.

É um documento bastante expressivo da mentalidade e dos escrúpulos de ordem histórica que dominavam êsse período de efervescência demagógica. O referido opúsculo termina por estas palavras:

> Em 31 de Janeiro é assinado o decreto condenando os republicanos ao destêrro, ao exílio forçado, e organizam-se listas com os nomes da gente *suspeita*. Dois homens integraram então a vontade popular: Manuel Buíça e Alfredo Costa. Sós, com a sua grande alma de libertadores, heróis à semelhança de Guilherme Tell, esperaram a família real — para a *visar*, impedindo que centenas de amigos e correligionários sofressem a sorte que a ditadura Carlos-Franco lhes reservava. Foi no dia 1 de Fevereiro de 1908. À tarde, no Terreiro do Paço, caïram, varados pelas balas o rei Carlos e seu filho Luís Filipe.

Por êste estado de espírito em que de novo se oficializava com tôdas as desonras, o maior crime da nossa história, fácil era atear a exaltação da defesa da República e disfarçar em tal misticismo a devoradora ambição dos talheres à mesa do orçamento.

E muito mais defensores se mostravam os que menos luzes e capacidade possuíam, para assim se obedecer à lei das compensações e se poder caminhar a galope para a lezíria da igualdade.

Era preciso *sanear* as repartições públicas, e êste verbo, em viva e complexa evolução semântica, passava a significar: tira-te tu, para me sentar eu...

Nenhum outro conceito se revelou então (e depois)

mais estrutural, mais orgânico, nas diversas fases por que tem passado até hoje a Ética da República Portuguesa.

Havia monárquicos nas fileiras do exército, no magistério, nos cargos públicos — era preciso que das suas posições saíssem, pois havia por tôda a parte *bons republicanos* para os substituir, se raras vezes na capacidade e no trabalho, sempre nas tentações e delírios do recibo mensal. E já não era pequena concessão deixar o benefício da vida, a quási todos os adversários verdadeiros, ou supostos que êles fôssem.

Nesta atmosfera e com êstes salvadores intentos se nomearam juntas em todos ministérios para saneamento político do Estado Republicano, oficiando nêles com a melhor liturgia democrática, as chamadas *comissões de separação dos funcionários*.

Foi por isso que na vida de empregado público me coube então o destino de receber o seguinte ofício:

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

SERVIÇO DA REPÚBLICA

Da Comissão de Separação dos Funcionários ao Ex.mo Sr. Hipólito Raposo:

Existindo nesta Comissão a acusação de que V. Ex.ª tem praticado actos de hostilidade ao Regime, incitando contra êle más vontades por meios diversos de acção, principalmente em conferências e jornais, esta Comissão convida V. Ex.ª a, dentro do prazo de cinco dias, produzir a sua defesa nos têrmos do § 2.º do art.º 5.º do Decreto n.º 1.763 de 22 de Julho último.

Saúde e Fraternidade.

Lisboa, 9 de Setembro de 1915.

O Presidente,
a) *João Soares.*

Da minha Província da Beira, onde então estava com alguns dias de licença, dei a êste documento, na volta do correio, a seguinte resposta:

Ex.mo Sr. Presidente da Comissão de Separação dos Funcionários:

Ausente de Lisboa e do serviço, com licença por motivo de doença, vou procurar responder ao ofício de V. Ex.ª de 9 do corrente, em que me notifica que na Comissão da sua presidência, contra mim existe a *acusação de ter praticado actos de hostilidade ao Regime, incitanto contra êle más vontades por meios diversos de acção, principalmente em conferências e jornais*, e me convida ao mesmo tempo *a produzir a minha defesa no prazo de cinco dias, nos têrmos do § 2.º do art.º 5.º do Decreto n.º 1.763 de 22 de Julho último.*

Diante de uma acusação que por V. Ex.ª apenas me é transmitida, de que ninguém assume a responsabilidade e em que os factos não se concretizam, para poder confessá-los ou com provas contestá-los, lealmente declaro a V. Ex.ª que me vejo na impossibilidade de me defender, nos têrmos em que sou convidado a fazê-lo.

E não me sendo dados elementos mais precisos, decerto não pode a minha defesa corresponder inteiramente aos direitos da verdade, para que me limito, sôbre as simples indicações por V. Ex.ª formuladas, a afirmar o seguinte:

1.º Fiz em tôda a minha vida apenas *uma* conferência, intitulada — *A Questão Ibérica — A Lingua e a Arte* — que agora está sendo impressa e onde pre-

tendo demonstrar a profunda diferenciação das duas nações peninsulares, através das suas manifestações literárias e estéticas, até ao século XVI.

Merece seguramente êsse trabalho todos os reparos e críticas que à sua imperfeição queiram fazer os menos ignorantes do que eu sou, mas com grande mágoa afirmo a V. Ex.ª nunca ter julgado que êle pudesse algum dia e sob qualquer pretexto, converter-se-me em líbelo acusatório, enquanto não fôsse espanhol o govêrno de Portugal...

2.º A minha colaboração política na imprensa (reduzida à da revista *Nação Portuguesa)*, não saíu até hoje do campo das idéias e dos princípios, no seu aspecto histórico e filosófico; e, como possa acontecer que o denunciante não tenha compreendido aquêles artigos, por ser analfabeto, fico certo de que V. Ex.ª, por bem da justiça, não deixará de os ler, cumprindo-me aqui declarar, desde já e para sempre, que mantenho tudo quanto nêles escrevi, como expressão do simples direito de pensar que a Constituïção da República ainda diz garantir a todos e do qual, em caso algum, poderá abdicar a dignidade do meu espírito.

3.º Quanto a *meios diversos de acção* para hostilizar o regime, muito limitado julgo o valimento da minha pessoa, para poder pensar que os possuo, quanto mais pô-los em prática, movendo más vontades alheias, sendo-me impossível a êste respeito deduzir quaisquer razões de defesa, por não ser concreta a acusação.

4.º Se nos têrmos dêste processo, para prova das afirmações que deixo feitas, me fôr facultado o direito de apresentar testemunhas, ofereço as que seguem:

Dr. João de Barros, Secretário Geral do Ministério da Instrução Pública;

Dr. Francisco A. da Costa Cabral, Chefe da Repartição de Instrução Secundária;

Silvério Pereira Júnior, amanuense, dêste Ministério;

Dr. Júlio Dantas, Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos;

Dr. Henrique de Vilhena, Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Em São-Vicente da Beira, 11 de Setembro de 1915.

(a) *José Hipólito Raposo*
2.º Oficial do Ministério de Instrução Pública.

Talvez porque o caso pecasse por demasiado absurdo, ou porque, dentro da República, também às vezes predominasse o critério do bom-senso de alguns ministros e dirigentes honestos, não fui desta vez removido do meu lugar de 2.º Oficial da Instrução Pública, e por lá continuaria a desempenhar com *lealdade as funções do cargo*, conforme os têrmos do compromisso de honra, exarado no diploma de encarte.

APARECIMENTO DE *A MONARQUIA*

Mas quanto mais a República parecia consolidada nas fórmulas, tanto mais se generalizava a descrença na sua viabilidade pelas falsas condições de redentorismo e moralidade com que fôra preconizada nos saüdosos tempos da propaganda.

O movimento integralista já então ia alastrando nas escolas pelas repetidas prelecções particulares e pela acção da revista *Nação Portuguesa* que os republicanos bem faziam em não tomar a sério.

Os monárquicos constitucionais eram também generosos e consideravam aquelas proposições político-sociais como devaneio humorístico que havia de passar com a idade e com a disputa dos cargos na Monarquia..., a restaurar em tempo breve...

Em fins de 1916, já reconhecíamos a necessidade de editar um jornal, porta-voz que diàriamente difundisse a doutrina e por ela se aferisse a actuação da política e da administração republicanas: seriam as melhores lições de propaganda da Realeza.

Dados os passos que tal empreendimento exigia e reünidos os poucos capitais de alguns subscritores, era possível começar a publicação do diário *a Monarquia*, em 12 de Fevereiro de 1917. Fizeram-se anúncios e afixaram-se cartazes que a muitos pareciam bandeirolas de rapaziada literária. O director era Alberto Monsaraz, o redactor principal, António Sardinha.

O destêrro que me haviam dado para a Repartição

da Instrução Industrial e Comercial e a doença grave e prolongada do respectivo chefe, conduziram-me pràticamente à responsabilidade e encargo de todo o expediente, sem por isso me ser atribuída qualquer melhoria de retribuïção. Era o costume...

Mas a situação em que me colocara o destino, levava-me naturalmente a ter freqüentes contactos com o Ministro da Instrução Pública, para informações, estatística, despachos e mais serviço oficial da Secretaria.

O Ministro era agora o meu antigo mestre de Coimbra, Dr. Joaquim Pedro Martins.

No dia 10 dêsse mês de Fevereiro de 1917, pela tarde, mandou-me chamar ao seu gabinete, como várias vezes acontecia. Esperava receber quaisquer ordens ou indicações sôbre assuntos de expediente da Repartição.

Mal entrei, despediu um secretário com quem falava. Depois, diante da minha estranheza, fechou as portas, correu sôbre elas os reposteiros, sentou-se ràpidamente e falou-me assim:

— Sente-se agora ao pé de mim. Aqui não está o Ministro. Vai falar-lhe o seu antigo professor e seu amigo, desde que o teve por discípulo em Coimbra (1). Creio que está neste lugar por não ser rico e

(1) No meu curso que era grande e constituído por estudantes de várias aptidões, fui eu o primeiro aluno a ser chamado à bola, tirada de um saquinho vermelho pelo bedel Perdigão. Pouco tempo durou a regência do Prof. Pedro Martins, atraído e prêso a Lisboa pelos azares da política. Mas dessa primeira e única chamada, sem eu saber porquê, ficou-lhe uma lembrança de estima e simpatia com que me distinguiu até à morte.

precisar de ganhar a vida. Ora anuncia-se o aparecimento de um jornal diário — *a Monarquia*, e nos cartazes, espalhados por tôda a parte, aparece também o seu nome como redactor. Não é verdade?

— É verdade, Sr. Doutor.

— A minha atenção para êsse facto foi chamada por alguém muito altamente colocado dentro da República (1). Enquanto eu aqui estiver, ninguém lhe tocará. Se algum intento houvesse de o perseguir, poria sôbre o caso a minha pasta. Eu paro no limiar de tôdas as consciências e sei respeitar a sinceridade onde a vejo. Mas outro pode vir que não pense nem proceda como eu, e a sua situação aqui dentro correrá perigo certo. Posso mesmo dizer-lhe, com reserva, que não estarei no Govêrno mais do que uns meses. Faço-lhe esta prevenção, para que não sacrifique o seu presente e o seu futuro a um impulso de entusiasmo juvenil de que poderá vir a arrepender-se. Depois de lhe ter dito isto que tanto desejava e tanto satisfaz a minha consciência, pode fazer o que quiser fora das portas dêste Ministério, no pleno uso da sua liberdade.

Não foi sem comoção que recebi esta advertência da bôca e do coração de um homem que, não pensando como eu, nem tendo para comigo especiais deveres de estima, pela segunda vez encontrava a estender-me a mão no incerto caminho da vida pública.

Agradeci-lhe muito rendidamente o seu interêsse, confessei-lhe a necessidade que tinha de viver dos meus modestos empregos, mas não podia aceitar o cómodo

---

(1) Supus tratar-se do Dr. Bernardino Machado, então Presidente da República.

destino de me conter em silêncio ou de manter com disfarce a colaboração devida ao jornal *a Monarquia.*

Informei-o do carácter doutrinário que teria a gazeta, destinada por nós a seguir na imprensa processos e orientação diversos da usual verrina das oposições. Não era por impulso de rapaz insensato que tomava semelhante atitude: considerava o Integralismo a verdade política portuguesa, e por ela decidira simplesmente trabalhar e lutar, ao lado dos meus companheiros. Talvez fôsse o que mais arriscava e mais perderia — pois me expunha a perder tudo quanto tinha.

A nossa cruzada ia ser uma luta de fé nacional, de libertação de inteligências, de culto e amor da Pátria.

E para corresponder à grande bondade do homem que por estima e aprêço por um antigo discípulo, deixava de ser Ministro uns instantes para o aconselhar, disse-lhe então lealmente:

— Tenho no bôlso o artigo de fundo do primeiro número da *Monarquia* que dentro de quarenta-e-oito horas vai sair. Por êle conheceria V. Ex.ª a natureza dos nossos intentos, como lhe digo, se tivesse paciência de o ler ou de o ouvir.

— Com muito gôsto o ouvirei, meu caro amigo.

E foi assim que no silêncio do gabinete de um Ministro da República, pôde ser lido o primeiro artigo da diário integralista *a Monarquia,* com recíproco respeito da dignidade política do leitor e do ouvinte.

No fim da leitura que naturalmente lhe deveria desagradar, mas a que não fêz o mais breve comentário, o Dr. Pedro Martins levantou-se e abraçou-me, enquanto ia dizendo:

— Desculpe: tudo isto é por ser seu amigo...

Muito longe vão os tempos em que ainda eram possíveis estas formas de elegância mental e moral!

Em honra da memória dêsse Ministro da República que com um adversário político soube ser gentil-homem do espírito, é-me grato escrever estas palavras de reconhecimento à sua bondade e de justiça à sua nobreza de alma.

FUMOS DE UNIÃO IBÉRICA

Pelos anos de 1914-1917, foram freqüentes as atoardas de união ibérica com eco na imprensa portuguesa. A cada entrevista, discurso, devaneio de política, qualquer generaleco ou efectivo alfurjeiro do país vizinho, soprava uma brisa de harmonia peninsular, aconselhada pela geografia, pelos interêsses económicos e intelectuais e, segundo a fórmula maçónica, pelo maior bem da Humanidade...

A origem é quási sempre a mesma e os subterrâneos anelos são inconfundíveis.

A essa tendência opôs-se logo de princípio o Integralismo Lusitano e para proclamar razões de autonomia territorial, de individualidade histórica, política, político-militar, económica, artística, jurídica e colonizadora, organizaram-se as conferências da Liga Nacional em 1915, depois reünidas em volume por 1916, com o título *A Questão Ibérica*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL

Dessas conferências, verdadeiro manifesto de resposta às campanhas da imprensa espanhola, não foram proferidas tôdas as que estavam anunciadas.

No prólogo do referido volume, datado de Outubro de 1915, pode ler-se:

Como se vê pelas rubricas, a série não se completou, porque a 15 de Maio dêste ano, um bando de patriotas *armados, dando vivas à República, à Liberdade e à Constituïção, invadiram as salas da Liga Naval, uns quebrando mobília,* apropriando-se *outros de objectos e dinheiro, no delírio do seu triunfo. As conferências foram suspensas, porque a República tinha sido pela segunda vez proclamada e a Constituïção estava novamente em vigor...*

E neste momento escuro em que de todos os lados as cassandras profetizam morte, queremos nós afirmar que a República não é, nem pode ser jamais a Nação Portuguesa, que a todos os tiranos chega o momento de serem vítimas e que em nome da nossa mocidade, da nobreza do nosso espírito e da nossa honra de portugueses — queremos viver!

Dera-se a vitória das fôrças demagógicas ou, mais pròpriamente, do Partido Republicano Português contra a Ditadura Militar do General Pimenta de Castro, primeira tentativa do Exército para reprimir os abusos e escândalos da normalidade constitucional da República.

Como é sabido e a História o confirma, o partido espanhol da união ou anexação cresce sempre na razão directa da fraqueza interna de Portugal. Assim, são mais para recear os adeptos portugueses do que os

corifeus castelhanos que nunca gostaram de entrar em Portugal, sem estarem seguros de que alguns traidores da parte de dentro lhes abrissem as portas a tempo e horas...

E para não fechar os olhos às realidades, para não desprezar os altos interêsses nacionais, sempre vimos conveniência em manter leal amizade com a Espanha, por pactos ou ligas defensivas e ofensivas, contra os inimigos que venham do Mar ou de além Pirinéus. Por isso defendemos então, e ainda agora, a fórmula da *aliança peninsular*, quere dizer, o entendimento de potência com potência, com reciprocidade de direitos e deveres, *mas só eficazmente possível em regime monárquico, num e noutro país*. Foi nessa base indispensável que António Sardinha construíu a sua teoria, tão discutida e tão malsinada, e de que em Espanha e até em Portugal se tem abusado, fazendo do nosso companheiro um fervoroso apóstolo do Iberismo.

Se não se tiver em vista o tradicional paralelismo dos dois tronos, um em Lisboa, outro em Madride, a fórmula está errada, porque não oferece condições de firmeza e duração, sendo sempre e forçosamente, um perigo para Portugal. E contra essas condições essenciais nada provam certos entendimentos oportunos ou algumas combinações policiais, pois que os minutos de amor que assim se vivem, depressa passam e fàcilmente degeneram em desconfiança e hostilidade.

Em negócios de tal monta, se não é possível alcançar a perpetuïdade, deve procurar-se a maior duração, com sólidas bases e fundamentos.

Convém ainda não esquecer que em tôdas as formações de índole militar da Espanha e na aspiração de

muitos dos seus valores intelectuais e políticos, se não se confessa claramente, sempre vive e palpita em segrêdo a aspiração do perigoso dualismo de Filipe II ou o intento da absorção de Filipe IV.

Se o apogeu das maiores glórias da Península Hispânica se verificou na coexistência de duas monarquias, pelos séculos XVI-XX, à luz dos princípios, dentro do nosso sistema político-social, não poderíamos aceitar, e muito menos defender, outra solução.

Só por ela julgamos acautelar e bem servir o supremo interêsse da vida e da independência nacional, com razão e coerência.

É justo reconhecer que muitos republicanos de categoria nunca foram iberistas, nem quiseram perfilhar as conclusões do célebre livro de Magalhães Lima — *La Fédération Ibérique*, verdadeira bíblia do Maçonismo Político Peninsular.

Na Primavera de 1917, recomeçaram mais uma vez do lado de Espanha os projectos, os devaneios, os boatos, as impertinências, em forma de crítica ao volume *A Questão Ibérica*, em que tomavam parte jornais, como *El Imparcial*, e conferentes, como Llanos Torriglia no *Ateneo* de Madride.

No diário *a Monarquia* de 28 de Abril fazia-lhe João do Amaral oportunos e decisivos comentários, relembrando o protesto do semanário académico de Coimbra, *Pátria Nova*, e terminando com estas reflexões:

Por agora, apenas uma certeza possuímos neste melindroso capítulo: é que uma aliança proveitosa só poderá fundar-se sôbre um equilíbrio de fôrças; entre

uma nação forte e uma nação fraca, aliança quere dizer, a breve trecho — absorção. E como a fôrça das nações depende dos regimes que as governam, o Integralismo Lusitano *não pode deixar de afirmar que* tudo, tudo *depende da solução que o futuro virá dar aos problemas da nossa política interna.*

Pouco depois, em 19 de Maio, no artigo *Castelhanos do Interior*, Luís de Almeida Braga relembrava a constante acção da Maçonaria no domínio político da Península e não podia mostrar e documentar as razões que tinha, porque a censura lhas cortara.

E sempre foram muito íntimas as relações das lojas com a censura à imprensa, com grande ofensa ao dogma da liberdade de pensamento dos outros...

Mas não éramos só nós a erguer-nos contra o iberismo. Outras reacções se revelavam, embora sem eficiência nem alcance, como vai ver-se.

SONHO DE ALIANÇA LUSO-BRASILEIRA

Para de algum modo exautorar o iberismo de muitos dos seus correligionários e com intento de fortalecer, sem perigo, a posição internacional do País em guerra, dois ilustres republicanos, os Drs. Bettencourt Rodrigues e Coelho de Carvalho convidaram-me para uma conversa em casa do primeiro, na Rua das Chagas,

se não erro. Tratava-se de chamar a atenção dos Portugueses, por cima das divergências de regime, para a realidade do Brasil, estabelecendo com o país irmão um sistema de relações externas de alta conveniência histórica, intelectual, política e económica, cujas vantagens se viriam a efectivar depois da guerra.

O pensamento do Dr. Bettencourt Rodrigues concretizava-se numa íntima aliança, quási confederação de Portugal-Brasil, com reciprocidade de direitos de cidadania, menos os de natureza política, validade de cursos e exercício de profissões, permuta de professores, enfim, um largo plano de interpenetração que me levava a visionar a ressurreição do Reino Unido de Portugal e Brasil, sob o ceptro de El-Rei D. João VI...

Do Brasil, era certo, não poderiam vir-nos maus intentos nem ocultos desejos de absorver ou matar a sua antiga Mãe-Pátria; êsse país seria, em menos de um século, um dos grandes impérios do mundo, e Portugal, embora com outra bandeira e diverso govêrno, continuaria o seu caminho na História ligado à Nação que criara para além do Atlântico e onde certamente para o futuro se preparava a mais ampla expansão da nossa língua.

Ignorava eu os elementos que possuíam os Drs. Bettencourt Rodrigues e Coelho de Carvalho, assim como a íntima contextura dos segredos dêsses meus colocutores, embora me parecessem fortalecidos com o aplauso de outras individualidades, talvez entre elas o poeta Guerra Junqueiro, amigo e assíduo conviva de ambos.

Pela minha parte, fiz as reservas que o caso aconselhava, por não acreditar na exeqüibilidade de um projecto em que as vantagens eram quási tôdas para Portugal, e

por ignorar, a nosso respeito, o verdadeiro estado de espírito do Brasil aonde nunca fôra.

Mas, se não viesse a alcançar-se tudo quanto sonhavam êsses dois velhos de barbas brancas, afigurava-se-me útil todo o propósito da nossa aproximação com o Brasil, tantas vezes tentada em seguras bases e outras tantas malograda por fúteis pretextos ou pela reacção de interêsses ameaçados.

Como se tratava de um movimento nacional, sem distinção de credos políticos, fôra eu escolhido para se ganhar para o intento a simpatia dos monárquicos activos e pensantes, embora com prejuízo dos votos dos conselheiros. Numa palavra, procurava-se o apoio do Integralismo Lusitano que pelas conferências de *A Questão Ibérica*, proferidas na Liga Naval, já tinha tomado posição clara e decisiva sôbre tal assunto.

Por sugestão do Dr. Coelho de Carvalho, ficava eu ali encarregado de escrever um projecto de manifesto do grupo patriótico que ia constituir-se e que por meio de artigos, conferências e reüniões, procuraria formar o estado de consciência política que levasse o govêrno, fôsse qual fôsse, a entrar por aquêle caminho de largo e futuro alcance.

Simultâneamente, no Brasil far-se-ia semelhante movimento para tal fim e já eram animadoras algumas notícias de lá recebidas.

Elaborei um projecto de manifesto, prudente e brando, que alguns dias depois fui ler aos meus companheiros de miragem atlântica, e logo tive o gôsto de o ver por êles aprovado, sem qualquer emenda.

Ficou na mão do Dr. Bettencourt Rodrigues êsse

original, e talvez ainda se encontre entre outros papéis, em poder de sua família.

Do rascunho que guardei, aqui dou fiel transcrição:

Num dos momentos mais renovadores da História, em que o mundo vai acordar para outra idade, é dever primário não esquecer que para além do Mar-Atlântico, ressurge no Brasil o Portugal Maior, por onde floresce o nosso mais belo esfôrço de colonização e o património glorioso da Raça eternamente se engrandece e perpetua. Para o Povo nosso irmão no sangue e no génio, que por milagre da sua criadora juventude, tanto se exalta entre as modernas nações do mundo, devem ir hoje e sempre os melhores intuitos de ligar as duas pátrias da mesma origem por tão íntimos sentimentos, interêsses e destinos, que elas possam parecer uma só a todos os netos da audaz linhagem dos Navegadores.

Desde os primeiros períodos da independência que um inquietante receio vem acordando no sentimento e na inteligência dos Portugueses, o instinto da defesa nacional.

Renovado sucessivamente em tôdas as nossas crises internas, para estímulo de vida ou para ameaça de morte, o perigo ibérico tornou-se uma conspiração permanente contra as livres aspirações da Nação Portuguesa, cuja vida histórica, pela distância de oito séculos, não pode atribuir-se ao favor do Acaso, mas à virtude das velhas energias que geraram a sua perfeita diferenciação em raça, língua, arte, costumes e instituïções. A todos está aberta a História para a lição persuasiva de que sempre os propósitos de absorção ou os impulsos federativos se destinaram a servir os interêsses de Castela, a maior das nações peninsulares.

Sem erguer o passado em acusador do presente, mas apenas autorizados com a experiência que êle nos oferece para fortalecer os ditames da própria realidade

social, podemos claramente denunciar o êrro daqueles Portugueses que à sedução de um sonho político pretendem sacrificar as melhores condições de autonomia da nossa Pátria.

Não temos para com a Espanha qualquer propósito de hostilidade, persuadidos até de que o futuro aconselhará a conveniência de estabelecer com ela as mais proveitosas e amigáveis relações de vizinhança, como pode acontecer com o Brasil e os outros estados da América Latina.

Dominados pela convicção ardente que determina a nossa atitude, acima de opiniões pessoais sôbre formas de govêrno e em nome da nossa consciência de Portugueses, declaramos julgar neste momento inoportunos e até perigosos todos os projectos de harmonia, federação ou aliança ibérica, afirmando ainda e sempre que o mais alto interêsse nacional impõe a sólida união de Portugal e Brasil, respeitada a individualidade política que o destino assinar a cada uma das Nações Irmãs.

20 de Junho de 1917.

Vieram as férias; sucederam-se os embaraços e perturbações da mobilização de tropas para a guerra; repetiam-se os segredos das conspirações por quartéis militares e cafés da Baixa; vinha dar-se em Dezembro a malfadada revolução de Machado Santos, a qual terminava com o encarceramento do fundador da República e dos seus mais graduados colaboradores.

Um dia, encontrando-nos à porta da Havanesa e falando-lhe eu do nosso antigo projecto, o Dr. Bettencourt Rodrigues disse-me desconsoladamente:

— Agora não há sossêgo. É impossível. Virá um dia a oportunidade de se fazer alguma coisa.

O Brasil e Portugal não devem viver separados e desconfiados, como inimigos... Não acha?

Eu não achava, e com a mais natural franqueza lho afirmei naquele instante.

E assim se extinguiu mais uma vez o fogo-fátuo da aproximação com o Brasil que praza a Deus venha um dia a estabelecer-se em bases seguras e duradouras, para maior bem da Comunidade Portuguesa e do grande Império da América Hispânica.

EM REPÚBLICA NOVA

(1917-1919)

INTEGRALISMO E SIDONISMO

PARA expulsar do poder a oligarquia democrática, muito assinalada por imoralidade administrativa e por violência política, ergueu o professor Sidónio Pais a sua espada de major, acompanhado de alguns oficiais e de umas dúzias de cadetes da Escola Militar.

Depois do triunfo, nessa manhã de 8 de Dezembro de 1917, o antigo mestre de Matemática na Universidade não dispunha de preparação política superior à dos marechais do partido de Brito Camacho, a facção dos chamados intelectuais da República, a que êle pertencia, ou pertencera, pouco tempo antes.

Muito inteligente, nobre e generoso, e com alguns meses de prática da vida diplomática nas suas funções de ministro de Portugal em Berlim, Sidónio Pais revelava-se sùbitamente à melhor parte da Nação como um raro e verdadeiro chefe, gentil-homem da política, civilizado e tolerante.

Mas a sua mentalidade, ainda deformada pelo influxo de fortes ligações e por simpatias de antigo jacobino, não podia visionar outras linhas ou outros planos de reforma que não importassem a reincidência

nos erros que procurava remediar. Talvez para os evitar êle viria a pedir e utilizar os serviços de certas individualidades civis e militares, conduzidas pelos melhores intentos de moralização administrativa.

Nas expressões jurídicas de cesarismo em que por fôrça de vontade e por disposição dos acontecimentos, veio a revelar-se a sua personalidade política, não poderiam coadjuvá-lo alguns dos seus mais leais e inteligentes colaboradores. O tenente Teófilo Duarte, cuja audácia à frente do seu esquadrão, ficaria lendária neste período da nossa história política, Botelho Moniz e outros rapazes que deram nobres testemunhos de coragem contra a demagogia, não podiam oferecer-lhe planos de transformações político-sociais, pois, aos vinte anos, não se possuem nem se improvisam aptidões para tão complexa e perigosa emprêsa.

Desde o seu aparecimento na vida política, em intuitos nacionais e largueza de vistas, Sidónio Pais fàcilmente se revelou superior aos republicanos ortodoxos; a comandar tropa, excederia em muito o lente de Coimbra; mas, pelo antigo título do avental e trolha, haveria de cair às mãos da Maçonaria que não costuma perdoar aos adeptos que se mostram renegados ou rebeldes.

Em Janeiro de 1918, a parte negativa do pronunciamento estava concluída; mas era necessário inovar, reformar, substituir o que se destruíra ou parecia destruído pelas palavras das vitoriosas proclamações.

Foi em tais condições que ao Integralismo Lusitano caberia o destino de inspirar doutrina e colaborar em alguns dos diplomas de renovação política que por terem sido promulgados e divulgados na imprensa, são

já bastante conhecidos para que haja de aqui lhe fazer mais larga referência (1).

Não é, porém, conhecido um projecto de Constituïção Política, elaborado no sobressalto dêsses dias em longas sessões, e cujo original, entregue a Sidónio Pais e por êle aceite com entusiasmo, julgo ter-se perdido para sempre, se é que não foi abafado por cautela...

Na verdade, modificando nêle um só artigo e substituindo pelo monarca a pessoa do presidente, já poderia chamar-se o Rei e pôr em vigor a Constituïção...

Após o regresso da viagem ao Sul do País, à qual se seguiu a retirada do apoio de Brito Camacho pela exoneração do ministro Aresta Branco, manifestou a conduta de Sidónio Pais um receoso retraïmento político. Da Constituïção, lida e meditada por alguns dos seus ministros, nunca mais se falou em todos os outros meses do seu consulado. E foi pena, pois bastante trabalho custara, com sacrifício das distracções do Carnaval dêsse ano, àquêles rapazes que a estiveram redigindo, de dia e de noite, para ser apresentada fielmente no prazo dado e que era muito curto para tal encargo.

Destinava-se a ser votada em livre plebiscito, pelo qual se legalizasse aquela situação revolucionária de Sidónio Pais, chefe do govêrno e presidente da República, durante alguns meses.

Bem aproveitada, a Democracia dá para tudo, até para a investidura do mais ilimitado poder pessoal...

---

(1) Vid. Theophilo Duarte — *Sidónio Pais e o seu Consulado*, págs. 107 e segs., 285 e segs..

Não se reduziu à discussão e elaboração de decretos a colaboração do Integralismo, pois ela revestiria outras diversas formas, convindo aqui relembrar especialmente a que foi pedida por Sidónio Pais a José Pequito Rebêlo numa demorada conferência em Sintra, poucos dias antes de o assassinarem na estação do Rossio.

Convidado ali para Comissário Geral da Agricultura, Pequito Rebêlo recusou-se com a razão de ser monárquico e de não poder aceitar cargos de confiança na República, ainda que presidida por um homem de tal categoria intelectual e moral.

Mas prontificou-se a fornecer-lhe todos os elementos de estudo de que dispunha, para se tentar resolver a grande crise económica por meio de uma diligente e criteriosa organização agrária.

Êsse longo memorial ainda foi entregue a um ajudante de Sidónio Pais no Paço da Pena, e deverá ter desaparecido na confusão dos trágicos acontecimentos que se seguiram nos fastos da política portuguesa.

O Integralismo colaborava também no plano da reforma sistemática de todos os ramos da Instrução Pública, tentada por impulso do Prof. Fidelino de Figueiredo, junto do ministro Alfredo de Magalhães. E podia ainda evitar certas demonstrações de vergonha nacional, como aconteceu com o projectado cortejo do entêrro de Nuno Álvares, de São-Vicente para o Carmo, suspenso na véspera, sùbitamente, à ordem do Presidente Sidónio, após a leitura de um artigo da *Monarquia,* assinado por Afonso Lopes Vieira...

*

* *

Durante alguns meses do govêrno de Sidónio Pais, foi ministro da Justiça o professor de Direito, Martinho Nobre de Melo, meu companheiro na Universidade. Morávamos no mesmo bairro, êle na Rua de Pinheiro Chagas, eu na Rua de Pedro Nunes. Ambos solteiros, essa casual proximidade levou-nos a restabelecer em Lisboa o regime de comunhão de mesa, à maneira das repúblicas de Coimbra, estreitando-se ainda mais a nossa convivência intelectual e política. Assim viria a tornar-se mais fácil e assídua a colaboração dada pelo Integralismo Lusitano à letra e ao espírito das formas do presidencialismo e do profissionalismo, fugazmente experimentadas com Sidónio Pais. Fazia-o sem esperança, mas também sem compromisso algum... Trabalhava-se por imperativo do dever nacional que se invocava.

Depois de tomar conta da sua pasta de ministro, a 8 de Março de 1918, encontrávamo-nos à mesa da nossa habitual refeição, eu e o Martinho, sem outros comensais ou assistentes.

No seu vivo desejo de me ser útil e agradável, Martinho Nobre de Melo disse-me então abertamente:

— Estou agora em condições de poder melhorar a tua vida material. Ganhas pouco e com muito trabalho. Dos lugares vagos para que tenhas habilitação legal e de que eu possa dispor, como ministro, podes escolher o que quiseres e desde já.

A êste valioso e sincero oferecimento respondi com risonha serenidade e elementar coerência:

— Amigo: estamos em República e eu sou monárquico. Os dois pequenos cargos que exerço, obtive-os em concursos de provas públicas, como sabes. Por êles vivo independente e sem qualquer favor de um regime que sempre me julgo no dever de combater politicamente.

Espero que algum dia, por novo concurso ou promoção legal, eu possa subir na escala burocrática...

Por então, vários amigos de Martinho Nobre de Melo foram sendo por êle nomeados para rendosos cargos que ainda hoje exercem, a seu contento, sem lhe ficarem a dever a cabeça nem a fidelidade política.

Restava-me ir esperando o momento oportuno, para não comprometer a elementar, mas teimosa independência da minha posição política.

Continuando as danças e contradanças da vida de funcionário, por Decreto n.º 4.409, de 12 de Junho de 1918 (*Diário do Govêrno* de 14, e Portaria publicada no *Diário do Govêrno* de 29 dêsse mês) era eu transferido para a Secretaria de Estado do Comércio. À sua origem regressavam agora as repartições dos serviços do Ensino Industrial e Comercial, para onde fôra desterrado em 1915 e atrás dêles ia agora também para outro ministério, o modesto funcionário da Instrução Pública. São para registar estas variações de critério...

Mas nesta mudança se me deparava a esperada oportunidade de subir: pouco depois, pela Secretaria Geral do Ministério do Comércio abria-se concurso de provas escritas entre os segundos oficiais, para o preenchimento de uma vaga de primeiro. Já podia

agora e livremente tentar o acesso a um grau superior da minha carreira. Prestei as provas que aos concorrentes foram exigidas, em português e francês, e aconteceu ter sido nelas classificado em primeiro lugar pelo respectivo júri. Desta sorte, por Decreto de 12 de Dezembro de 1918 *(Diário do Govêrno* de 27, III série), era promovido por concurso a primeiro oficial.

Tendo sido decretada uma larga reorganização dos serviços do Ensino Industrial e Comercial (ministro Dr. Azevedo Neves), havia para preencher uma vaga de chefe de repartição. Só poderiam ser admitidos ao concurso que a lei exigia, os primeiros oficiais do Ministério, eu e outro funcionário dessa categoria. Mas êste, já idoso e doente, declarou renunciar ao direito de tal promoção, preferindo tratar imediatamente da sua reforma.

Nestas condições, não podendo existir outro concorrente e não havendo ofensa do direito de ninguém, por Decreto de 28 de Dezembro de 1918 *(Diário do Govêrno* de 7 de Janeiro de 1919), era nomeado chefe da 2.ª Repartição da Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial, sem me serem exigidas provas de concurso e sem directa ou indirectamente haver solicitado tal nomeação que aceitei e estimei, começando imediatamente a exercer as respectivas funções.

Assim avançava dois graus na carreira burocrática em que entrara anos antes, com tão maus auspícios...

DUELO POLÍTICO-MILITAR

Nas semanas que se seguiram ao assassínio do Presidente Sidónio Pais, viriam a suceder-se acontecimentos do maior alcance: as Juntas Militares do Norte, a Revolução dos partidos da República em Santarém, a 11, a Restauração da Monarquia no Pôrto, a 19 de Janeiro de 1919. Desde que se dera o crime da morte de Sidónio Pais, a solução monárquica apresentava-se como a única fórmula política compatível com a paz interna, com a justiça e com o interêsse nacional. Seria também para o Povo Português, uma forma de alto e honroso protesto.

Já eram bastantes as experiências para se descrer da eficácia de um sistema de govêrno que, como é notório, sempre conduz à inversão dos valores, promove a divisão em prejuízo da unidade política e moral, instaurando dentro da Nação, a normalidade e a permanência da guerra civil. Se no dia seguinte ao da morte de Sidónio Pais não se ergueu no Castelo de Lisboa e no Terreiro do Paço a bandeira de Marracuene e dos Dembos, tôda a culpa e responsabilidade devem atribuir-se à indecisão dos dirigentes monárquicos dêsse tempo.

Pelas mensagens que a Lisboa chegavam constantemente, verificava-se que o Pôrto queria antecipar-se na acção do pronunciamento militar pela Monarquia.

O plano secreto do govêrno de Lisboa era já de aliança com os partidos nas conjuras em que se empenhavam os seus caudilhos, dentro e fora das prisões.

Em dia de Natal de 1918, pela tarde, fôra eu à Junqueira prevenir Paiva Couceiro de certas ordens discutidas no Ministério da Guerra e que visavam a substituir os comandos monárquicos da capital, embora em contravenção do que antes fôra estabelecido. O grande soldado de África, homem de extrema boa fé, não acreditava no que, pouco depois, se havia de confirmar tristemente. Malogrados os seus esforços em Lisboa para a realização de um plebiscito, exigido por certos comandantes, e até mesmo para a constituïção de um govêrno militar de componentes homogéneos, Paiva Couceiro seguiu para o Pôrto onde a sua acção de presença iria acelerar e precipitar os acontecimentos. Em tal sentido trabalhavam os bravos rapazes da Galiza, que vieram a Lisboa persuadir Aires de Ornelas, lugar-tenente de D. Manuel II, de que o pronunciamento monárquico se faria com a adesão quási geral das guarnições do Norte, contando-se também com o entusiasmo das populações civis.

Melhor seria antecipar-se êle a um facto considerado inevitável, do que provocar divisões e contendas entre monárquicos, por excessiva reserva ou pela sua terminante recusa em autorizar a Restauração.

Por último, vindo Aires de Ornelas a dar o seu assentimento aos intuitos dos monárquicos do Norte, era necessário fazê-lo num documento escrito que pudesse ser mostrado aos comandantes do cêrco de Santarém e em seguida levado ao Pôrto, para ali se vencerem as hesitações que ainda houvesse.

O acaso de um encontro no Chiado com o meu condiscípulo Rui da Câmara e com José Rino Fróis, destinou que fôsse eu a redigir à pressa êsse memo-

rando sôbre indicações e condições que ambos me foram sugerindo, a uma mesa da Pastelaria Marques, no dia 14 de Janeiro de 1918.

É o celebrado documento *GO ON!*, assim conhecido por ter sido com esta expressão inglesa que o rei D. Manuel II dera um dia a Aires de Ornelas a necessária anuência para, em determinadas condições, se levantar em Portugal a bandeira da Monarquia. *GO ON!, palavras de El-Rei* — foi o deferimento obtido para aquela grande aspiração.

Ao escrever essas palavras à margem do primeiro artigo da consulta, o lugar-tenente queria reforçar o seu assentimento com as próprias expressões do Rei que aliás melhor teria dito em português:

— Para a frente!

O papel que ao conselheiro Aires de Ornelas foi apresentado dizia assim:

MEMORANDUM

1.º Sôbre a possibilidade do assentimento de V. Ex.ª para um movimento militar de carácter monárquico.

2.º Sôbre o assentimento de V. Ex.ª para um movimento militar, promovido por oficiais monárquicos e republicanos, para propor ao País a fórmula do plebiscito sôbre o regime político.

3.º Qual seja a opinião de V. Ex.ª, em qualquer das hipóteses, sôbre o perigo de uma intervenção estrangeira, obstáculo que não deteve os democráticos para a organização e execução do actual movimento revolucionário.

4.º Sôbre a opinião de V. Ex.ª, em caso de vitória, àcêrca do reconhecimento pelas nações estran-

Memorandum

Sr. mr.
Palavras d'El-Rei

1º - Sôbre a possibilidade do assentimento de V. Exª. para um movimento militar de caracter monarquico.

2º - Sôbre o assentimento de V. Exª. para um movimento militar, promovido por oficiais monarquicos e republicanos para propôr ao país a formula do plebiscito sôbre o regimen politico.

não vejo razão para plebiscito

3º - Qual seja a opinião de V. Exª., em qualquer das hipoteses, sôbre o perigo de uma intervenção estrangeira, obstaculo que não deteve os democraticos para a organização e execução do actual movimento revolucionario

não julgo difficil o reconhecimento

4º - Sôbre a opinião de V. Exª., em caso de vitoria, acerca do reconhecimento pelas nações estrangeiras da nova ordem de coisas politicas, levando em conta a acção diplomatica de El-Rei e dos seus amigos junto do Governo inglês e o seu notavel prestigio junto dos outros Governos aliados.

Dr. Arnello.
14 Janº 919.

5º - No caso do seu assentimento, indicação dos nomes que na opinião de V. Exª. devem constituir a Junta de Governo Nacional em nome de El-Rei.

6º - Sem que tal facto importe menos crédito á palavra de V. Exª. e á seriedade do portador, seria conveniente que as opiniões a expor fossem

dados por escrito, para assim lhe ser atribuido todo o valor que merecem pelos elementos de acção que precisam de ser consultados.

geiras da nova ordem de coisas políticas, levando em conta a acção diplomática de El-Rei e dos seus amigos junto do govêrno inglês e o seu notável prestígio junto dos outros governos aliados.

5.º No caso do seu assentimento, indicação dos nomes que na opinião de V. Ex.ª devem constituir a Junta do Govêrno Nacional, em nome de El-Rei.

6.º Sem que tal facto importe menos crédito à palavra de V. Ex.ª e à seriedade do portador, seria conveniente que as opiniões a expor fôssem dadas por escrito, para assim lhes ser atribuído todo o valor que merecem pelos elementos de acção que precisam de ser consultados.

De todos os monárquicos e de muitos portugueses são bem conhecidas as conseqüências da execução do despacho lançado neste papel de consulta: — foi-se para a frente, mas ter-se-ia de andar para trás, voltar ao princípio, continuar...

MONSANTO DA EXPIAÇÃO

A notícia do pronunciamento do Pôrto, provocou a união dos partidos à volta do Govêrno e mais ainda à volta da bandeira da República em perigo, associando democráticos e socialistas aos sidonistas de ontem. Abriram-se as prisões aos maiores inimigos de Sidónio Pais. Numa proclamação do Govêrno (Tamagnini Barbosa), gritava-se com perturbada ansiedade: *Às armas, cidadãos!* Para utilizar os serviços dos bons republicanos, abria-se inscrição para batalhões de voluntários, suprindo a escassez de fôrças regulares de tropa.

Faziam-se concentrações no quartel das Janelas Verdes e no Campo Pequeno. Daqui encaminhava-se a multidão para o Terreiro do Paço, a pedir armas e a rugir de desespêro. Acontecia o que era natural, desde que o sentimento republicano não deixara de ser em Lisboa, uma viva e poderosa realidade.

Ouviam-se ameaças de todos os lados contra os monárquicos. O mais elementar instinto de defesa obrigava-nos a todos a evitar a presença nas imediações dos ajuntamentos, e a sair de casa para não receber visitas indesejáveis, suportando o ímpeto dos amoucos. Pelo receio de tais perigos, os monárquicos mais conhecidos foram-se dirigindo a Belém, concentrando-se principalmente no Regimento de Cavalaria 2. Por elementar cautela, para ali também foram guiados Aires de Ornelas e Azevedo Coutinho.

Na redacção da *Monarquia* onde chegavam as mais terríveis notícias, resolvi suspender o jornal na manhã de 20 e seguir para Belém, à espera dos acontecimentos. Ali compareciam também os redactores Augusto da Costa, Félix Correia, Refoios de Meneses e Castelo Branco Chaves, rapazes de menos de vinte anos.

Os quartéis de Belém, dizia-se, estavam em sério risco de ser assaltados pelos grupos civis republicanos e bombardeados pelos navios do Tejo. Era preciso organizar a defesa e manter a resistência. Por entre a confusão dos que entravam e saíam a porta das armas, encontrava com outros amigos, os alferes Alberto Monsaraz, José Pequito Rebêlo, Álvaro dos Reis Torgal, João Moreira de Almeida e António Calhariz.

Para ter mais alguma fôrça a minha opinião entre graduados militares, com quem teria de tratar, deixara

em casa a farda de 1.º sargento cadete, cujas divisas ganhara de mochila às costas, pelas ladeiras da Ajuda e do Alto do Duque nos exercícios e marchas da Escola de Oficiais Milicianos. Discutia-se muito e resolvia-se pouco ou nada, dentro de um regimento de tropa onde já não se içara a bandeira verde-rubra, desrespeitando uma ordem do Ministério da Guerra, e onde um busto da República já fôra estilhaçado, sem qualquer prejuízo para a arte nacional...

Com a dos rapazes oficiais mais decididos, a opinião dos integralistas era pela acção imediata, pelo movimento de ocupação da cidade e dos ministérios. Como não tinham comandos, não podiam fazer sair tropas, mas não deixavam de combater e repudiar as manobras de questionários, de consultas, de contemporizações em que se perdia o tempo e as energias se esgotavam. Conversas, telefonemas, boatos e intrigas enchiam os dias e as noites de febril excitação, mas as demoras injustificadas entorpeciam os impulsos de decisão e de audácia, a que as circunstâncias facilitariam o êxito.

O Corpo de Tropas da Guarnição de Lisboa fizera um pacto de acção de defesa comum, ainda ao lado do Govêrno e contra a Demagogia. Mas êsse Govêrno convocara e armara civis contra as mesmas tropas, o que importava, pràticamente, a anulação do concêrto feito, pouco antes. Agora, só importava interessar no pronunciamento que iria fazer-se, o maior número de fôrças militares, evitando-se quanto possível o conflito entre unidades, com o triste sacrifício de camaradas, ainda ontem unidos e solidários.

A demora e a hesitação continuavam a favorecer as desinteligências dos nossos e a fortalecer o adversário

que já era o Govêrno, entendido, como estava, com os cabecilhas dos partidos para defesa da República.

Natural e lógico era o que estava acontecendo, dadas as ligações subterrâneas que a todos prendiam.

Nos regimentos de Cavalaria de Belém proclamavam-se ardentemente deveres de lealdade e honra; discutiam-se as vantagens de diversas posições, Campolide, Rotunda, Monsanto, mas ainda com o pretexto de defesa própria e das centenas de monárquicos que, ante o perigo, à protecção das suas armas se acolheram.

Assim se passara todo o dia de segunda-feira, no mesmo indeciso e vão alvorôço correria a noite e já ia adiantado o dia de têrça-feira, sem nada de prático se determinar e tentar. Outra noite vinha, novo dia clareava que se iria consumir em ímpetos e imprecações de desespêro, por parte dos oficiais subalternos e dos civis que os rodeavam, a tôdas as horas do dia e da noite.

Se aos integralistas ninguém poderá negar serviços e sacrifícios neste momento histórico, também lhes assiste o direito de repudiar tôdas as responsabilidades no insucesso que vieram a ter as armas então erguidas pela Monarquia. A entrada em Cavalaria 2 do Grupo de Artilharia de Queluz trouxera grande estímulo de confiança, mas as negociações continuavam arrastadamente e pareciam não ter fim naquela tarde.

Oferecera-se favorável ocasião de prender no Palácio de Belém, o Presidente da República e o Govêrno ali com êle reünido em conselho de Ministros.

Por discreta incumbência do oficial da guarda do Palácio, vinham sargentos sugerir a prisão dos homens que ainda representavam a legalidade do Poder. Pois

tal hipótese era repelida pelos comandos, alegando-se até não haver ali graduado com patente igual à do almirante Canto e Castro, para o poder prender sem desacato, nem quebra de disciplina...

Os mais novos estavam com espírito de revolução, os mais velhos mantinham-se em subtis congeminações, dentro dos muros de Bizâncio... Perante a insistência dos alferes e dos tenentes para que fôssem prender o Govêrno e o Presidente da República, eu e outros civis nos oferecíamos de boa vontade para tal diligência, por não têrmos galões e assim não haver razão de ofensa à hierarquia militar...

Mas, informado dêstes subversivos projectos, o comandante Silveira Ramos àsperamente mandou dizer que, se os integralistas não estivessem quietos, os mandava pôr fora da parada do quartel!

*

* *

Assim se ia chegando ao fim da tarde de quarta-feira, 22, e ainda entrava no quartel o capitão Eurico Cameira, Ministro do Trabalho, com a última diligência da parte do Govêrno, para sustar a saída das tropas.

Mas já então o Grupo de Artilharia de Queluz, alguns esquadrões de Cavalaria 2 e os voluntários civis, comandados por Costa Pinto, começavam a subir a Calçada da Ajuda, a caminho de Monsanto.

Enfim, seguia-se para algum destino e acabava aquela demorada e estéril inércia. Com três noites perdidas e três dias de excitado alvorôço, os corpos

pediam merecido repouso, mas as almas queriam ir mais além. Naquelas fôrças em marcha, ia a flor da guarnição de Lisboa que nas suas espadas levava os instrumentos da justiça histórica e da libertação nacional. Caminhava-se para a realização do sonho da nossa juventude, afrontada e ferida em dura provação, por mais de sete anos. Com vários outros voluntários civis que tinham de constituir, à falta de melhor, as fôrças de infantaria daquela coluna, fui também receber a minha arma, levantada de um depósito do Regimento de Cavalaria 4, à ordem do alferes José Sucena.

Pouco depois, com os alferes Alberto de Monsaraz e Pequito Rebêlo, o conde de Arrochela e outros, o nosso automóvel ia subindo para a Serra de Monsanto, sob a impertinência de uma chuva miüdinha e fria.

Cavalaria 4 não vinha naquela primeira formação do pronunciamento. Saïria mais tarde, segundo prometera. E assim veio a ser, por noite alta.

No caminho, o alferes Rebordão aprisiona um oficial de Marinha que voltava do Forte do Alto do Duque aonde fôra com uma viatura e alguns soldados buscar munições que já lhe recusaram os oficiais ali revoltados.

Na Cruz da Oliveira, juntámo-nos a Aires de Ornelas que então nomeia seus ajudantes os alferes Pequito Rebêlo e Monsaraz, escolhendo-me para seu secretário, cargo que me dispus a servir da melhor vontade. Tanto quanto o permitia o nevoeiro, Aires de Ornelas, a meu pedido, esclarecia-nos sôbre a topografia e as vantagens da posição escolhida.

Por causa da chuva e do frio, na desamparada altura, e enquanto mais tropas não chegavam, entramos

na casa de um sapateiro e nela seria o primeiro quartel general daquele levantamento. Como ainda era nulo o meu serviço de secretário militar, comecei a escrever uma lista com os nomes de civis que pudessem pegar em armas, se necessário fôsse.

Diante daquelas inesperadas visitas em sua casa, o sapateiro animou-se de contentamento, com louvores à Monarquia e às pessoas reais que muitas vezes vira de perto, segundo recordava. Era natural de Mafra ou de lá viera, para se fixar em Monsanto, trabalhando no seu ofício. Para nos certificar das suas convicções, com voz alta e sincera ali nos declarava a íntima razão daquela simpatia pela Realeza:

— Desde que veio a República, Portugal nunca mais foi honrado!

Pela primeira vez na vida, encontrava um sapateiro a saber tocar rabecão...

Confraternizamos por instantes com o bom mesteiral que nos abrigava na sua humilde casa, assegurando-lhe desde logo, que a Monarquia era feita para todos os Portugueses e não vinha perseguir ninguém. O Rei era do povo, de pequenos e grandes. A estas velhíssimas novidades, o sapateiro sorria de contente. Eu continuava a escrever na sua mesa de pinho os nomes dos civis que podiam pegar em armas. Era um precário alistamento, para que uns e outros dos presentes me iam dando os nomes e profissões.

A cavalaria já estava acampando pelas terras da Cruz da Oliveira e os soldados amantavam os cavalos em sossêgo, pela noite úmida e regelada.

Àquêle improvisado Quartel General chegou então

a notícia de que pelo capitão Delfim Maia já fôra ocupado o Pôsto da T. S. F..

Para lá nos dirigimos e logo começou o trabalho de ligação com o Pôrto, por esfôrço do alferes António Pinto Castelo Branco, a repetir várias vezes: *Aires de Ornelas e tropas monárquicas, concentradas em Monsanto, pedem notícias.*

Receando a hipótese de um ardil de guerra, preguntavam do Pôrto:

— Quem foi buscar Aires de Ornelas a Carcavelos, na noite da morte de Sidónio Pais?

De Monsanto respondia-se seguramente:

— António Sardinha.

Logo a seguir, recebia-se a transmissão das boas notícias do Norte, em nome de Paiva Couceiro.

António Sardinha estava no Pôrto, para onde seguira no dia 17 à noite, após uma reünião da Junta Central do Integralismo, afim de procurar sustar o pronunciamento, até se ultimarem as ligações que viriam dar-lhe maior carácter de unanimidade em Lisboa e na Província.

No Pôrto se encontravam também João do Amaral e Luís de Almeida Braga que diante do facto da restauração, aceitaram e serviram lealmente as comissões de que foram incumbidos.

Pela noite adentro, começavam a chegar as adesões ao comando de Monsanto: apresentavam-se o capitão Brito e Silva com a sua companhia de Infantaria, arrancada à reserva do Corpo de Tropas, e o capitão Rodrigues da Silveira, à frente da 1.ª companhia de Infantaria 30; aparecia também, sereno e risonho, o capitão Sepúlveda Veloso, sem os esquadrões da Guarda

Republicana do seu comando, apenas acompanhado do capitão António Lôbo.

À minha estranheza e de outros respondia confiadamente o bravo militar:

— Há aqui muita cavalaria. Os esquadrões deixei-os lá para manter a ordem nas ruas.

Na casa da Telegrafia aglomerava-se agora tôda a gente, e o movimento à volta de Aires de Ornelas e Azevedo Coutinho era incessante e confuso.

Interrompendo as minhas funções de secretário que bem inúteis pareciam, procurei onde me aquecer, mas não havia lume, nem era permitido acendê-lo, para não deixar referenciar as posições.

Os oficiais isolados José Supico, Pequito Rebêlo, Reis Torgal e Eugénio de Araújo partiram dali, a meter-se em grande e conhecida aventura, para chegar à Escola de Guerra e obter a adesão dos cadetes.

Seguir-se-ia outra, a da prisão de algumas dezenas de guardas-fiscais em Palhavã que para Monsanto seguiram, desarmados e conformados. Êsse grupo vimo-lo chegar com o primeiro sol da manhã de 23, ao regressar de um serviço de patrulha que me haviam mandado fazer com Gustavo Ferreira Borges e outro, para os lados da Buraca, de onde havia suspeitas de investida.

Na manhã clara e serena, os aderentes iam-se aproximando de um e de outro lado. Chegavam em boa disposição de romeiros para a festa, o pai do capitão Romero, a cavalo, o Joaquim Leopoldo, criado da Pastelaria Bénard, com um pacote de bolos, o jornalista Joaquim Leitão, o escritor Vasco de Mendonça Alves.

Como eram poucos os civis, a êste último voluntário comecei a dar instrução de tiro, junto ao Pôsto da

T. S. F.. Mas o dramaturgo, a sorrir, entregava-me a espingarda, declarando-se incapaz de manejar aquêle instrumento de morte com tão rápida preparação.

Um oficial que nos observava a sorrir, sentenciou judiciosamente:

— Quem não aprendeu até agora, já não tem tempo de o fazer. E é perigoso o brinquedo...

Antes das nove horas, dos lados da Ajuda, já fôrças adversas espreitavam furtivamente. Feito o reconhecimento, sôbre elas abria fogo uma peça da bateria do capitão João Tierno, junto da qual me encontrava com outros civis armados.

Pouco depois, dava-se o assalto de emboscada ao alferes de Lanceiros, José Cirne, que voltava ao seu esquadrão gravemente ferido num braço.

Havia-se entrado em verdadeira hostilidade, mas a indecisão dos chefes ainda se prolongava: eram os pactos, os arranjos, as combinações, o desejo de evitar o duelo das tropas da guarnição, a impedir uma atitude definida. Nesse momento se fêz a última pressão sôbre o irresoluto ânimo de Aires de Ornelas, para mandar hastear a bandeira real. Na presença de outros, representei e enèrgicamente protestei contra o absurdo em que nos encontrávamos, a combater e a ser atacados, sem o testemunho de qualquer insígnia!

Já havia sangue, era necessário definir os campos, acabar de vez com as contemporizações funestas!

A ordem foi dada, e imediatamente começou a subir num dos mastros da T. S. F. a bandeira azul e branca, arvorada com as devidas honras militares, entre as aclamações dos civis e das tropas.

Mas, na altura, o vento foi enrolando a metade azul,

e só ficava a ver-se, a agitar-se no ar, uma flâmula branca, como a anunciar ou a pedir paz. E logo houve quem visse nesse inesperado caso, o primeiro presságio da derrota.

Dali a pouco, subia por uma escada para o telhado da casa das máquinas da Telegrafia, o antigo cadete da Galiza, José Pedro Folque, afim de içar por sua mão outra bandeira, aquela que fôra desfraldada no combate de Chaves, em Julho de 1912.

Enfim, depois de muitos esforços, estas manifestações significavam a decisão de proclamar a Monarquia em Lisboa, e era êsse intento que importava revelar para acender o entusiasmo dos rapazes.

Perante o facto consumado, alguns instantes depois juntavam-se em conferência com Aires de Ornelas e Azevedo Coutinho, os comandantes de Cavalaria 2 (Lanceiros), Silveira Ramos, de Artilharia, Almeida Teixeira, de Cavalaria 4, Álvaro de Mendonça, o qual desdobrava no meio do grupo uma carta do Estado-Maior, talvez para sôbre ela se tomar qualquer decisão.

Eu e outros, militares e civis, estávamos muito próximos dêstes comandantes que, segundo parecia, até ali não tinham fixado qualquer plano de operações, mantendo-se na defensiva organizada durante a noite. Deve ser mais fácil criticar do que manobrar tropas em circunstâncias tão confusas, mas ao nosso instinto impunha-se a urgência da acção de tantas fôrças com unidade de comando, por qualquer daqueles chefes.

Fàcilmente nêles se percebia a hesitação do caminho a seguir ou da melhor resolução a adoptar na grave conjuntura daquela hora. Então Silveira Ramos, com-

pondo o monóculo e estendendo o braço para grande e comprido gesto, opinou em voz alta:

— É dar ordem a essa artilharia que faça uns tiros para os telhados dos ministérios, para saberem que estamos cá!

Desviei-me dali com outros companheiros, para comentar com viva aspereza o que acabávamos de ouvir.

Eram todos bravos oficiais, alguns com páginas de heroísmo nas suas fôlhas de serviços, mas tôda a indecisão se viera prendendo à fraqueza do comando político, rendido às seduções da luta legal contra a República, conforme o pensamento repetidas vezes expresso pelo Rei D. Manuel II. Em todo êste ciclo de acção político-militar, Aires de Ornelas foi sempre mais ou menos conduzido, direi, arrastado pelo entusiasmo dos que o cercavam e pela fôrça dos acontecimentos. Talvez por não crer, talvez por não se achar de acôrdo consigo mesmo — o certo é que o seu espírito de velho e glorioso soldado não teve a necessária iniciativa, entregue a fria passividade, e sempre debaixo de fogo. Não quis ou não soube revelar-se comandante, para tão grave momento, preferindo a sujeição a um cego destino que seria funesto para êle e para nós todos.

A sua plácida e risonha bravura, a indiferença pela morte, eram impressionantes. Estava ali de novo, em frente do perigo, o velho soldado de África, mas ficara ausente o oficial da escola de Mousinho.

Uma voz correu a dizer que os civis armados deveriam ir ocupar posições nas linhas de combate, para além da artilharia, sôbre Alcântara, afim de conter um avanço dos republicanos.

Deixando os alferes Monsaraz, Pequito Rebêlo e Reis Torgal para não mais os tornar a ver, senão nos leitos do Hospital de S. José, com o Rosado da Fonseca e outros civis fui descendo para uma depressão que nos indicaram, onde umas dezenas de voluntários estavam a ser comandados pelo antigo tenente Costa Simas que em Belém passara dias e noites connosco, à espera da saída do regimento de Cavalaria 2.

Por desencontro de ordens ou por qualquer triste engano, dali a pouco começamos a ser alvejados pelos tiros dos nossos que estavam dispostos em linha mais avançada. Foi um momento de perigosa confusão de que escapamos abrigados num barranco, ouvindo os estridentes assobios das balas, a passar por cima das nossas cabeças. De nada valia a potente voz do Rosado da Fonseca para desfazer o equívoco. Connosco se encontrava ao abrigo do fogo dos nossos, o estudante Artur Fevereiro, rapazinho ainda muito novo com o seu calção de mescla, a quem eu, entre dois bocejos de fome e com presumido espírito, cheguei a preguntar se não trouxera a ama para Monsanto... Todos se riram e o pequeno combatente sorriu também, mas com pena de não oferecer à restauração do Trono um corpo de homem que correspondesse à sua grande alma de soldado. Merecia o nosso respeito: a espingarda era do tamanho dêle, ou talvez maior...

Quando a situação se esclareceu, fomos chamados para terrenos onde estacionava a cavalaria, com as praças apeadas, em disposição de combater como infantes. Já então as granadas republicanas repetidas vezes passavam, rugindo tràgicamente nos céus.

Foi ali que ao meu encontro veio um dos soldados

de Cavalaria 4, por nome Agostinho Jerónimo que era meu patrício e que assim me apresentava aos camaradas:

— Vejam um doutor feito revolucionário civil! Comparem êstes homens com os republicanos! Há grande diferença nos revolucionários do Rei...

À falta de melhor alimento, tive de engulir êste louvor do camarada e conterrâneo.

Aquêles soldados não tiveram rancho, nem dispunham de qualquer reserva de pão para me dar, e havia mais de vinte-e-quatro horas que não me alimentava. Andando para a Cruz da Oliveira, numa das casotas encontrei uma tasca e nela o último quarto de pão e uma talhada de queijo fresco. Era uma refeição necessária e muito apreciável.

Por esta incerteza da guerra civil, lutando para a vida e para a morte, não se podia prescindir de munições orgânicas... Desculpem esta insistência aquêles leitores que nunca se bateram com fome.

Nesse sector, comandava agora o capitão Sepúlveda Veloso que nos distribuíu pelas casas e pelos abrigos do terreno, a prevenir e a esperar o assalto que por ali se anunciava, vindo da Ajuda ou de Alcântara, antes da noite. Ao entrar na casa que nos destinaram, a mim e ao José de Almeida e Vasconcelos (Reriz), recebemos uma súplica da sua dona, amargurada e chorosa. Deitara uma galinha a chocar e pedia-nos que não fizéssemos barulho com tiros, para não ver gorar os ovos e perder a criação... O que não podíamos cumprir, solenemente ali o prometemos à pobre mulher que mais pobre ainda terá ficado sem os ganhos da ninhada, embora lhe prestássemos algum socorro preventivo. Mas os tiros não podiam disparar-se em silêncio...

A avançada do assalto começou a revelar-se pouco depois, à nossa esquerda, por civis e marinheiros que surgiam da terra, a peito descoberto, mas ainda a larga distância.

Hesitavam, e repetiam a tentativa várias vezes.

Para essa linha audaciosa, avançava a galope até ao fim do terreno plano, uma fôrça de cavalaria, comandada pelo alferes D. Manuel de Sousa Coutinho.

Era pela tarde, nós guardávamos a posição de uma janela, e não me poderei esquecer do garbo dêsses cavaleiros, seguindo com entusiasmo o seu valente alferes em sucessivas cargas que afugentavam os atiradores, escapando-se por entre as searas. Aqui caía um soldado, além desmandava-se um cavalo. Chegando ao fim da esplanada, tinham de regressar à primitiva posição, pois seria impossível levar a cavalaria a combater em socalcos e pedreiras.

Os assaltantes reapareciam sempre e sempre, à orla da verdura, agitados pontos negros de onde se elevava o fumo de tiros descompassados.

Nestas horas de combate, à luz de um sol doirado e frio, a nossa esperança alvoraçava-se, mas já nos inquietavam as primeiras dúvidas. Não ficara artilharia em Lisboa, mas as granadas continuavam a cair, cada vez com mais freqüência. Dizia-se que eram peças de marinha desembarcadas. Mas não remediava nada a explicação da procedência das bôcas de fogo.

Naquela posição nos iria anoitecer, sem se verificar decisão de vitória para qualquer dos lados. Com a tática de defender a Serra de Monsanto, dava-se tempo de ganho ao inimigo para completar e reforçar o cêrco.

O passeio militar prolongava-se assim, inesperada-

mente, por uma noite e um dia inteiro, contra a natural espectativa e as aclamações de entusiasmo dessa manhã.

Já tinha sido ferido, mortalmente, dizia-se, o alferes Alberto de Monsaraz, com um estilhaço de granada na espinha.

Ali me amargurava a grande dor de perder um amigo-irmão que na morte não podia abraçar. Caïra com honra no cumprimento do seu dever de português.

Apesar da minha pequena iniciação militar, fàcilmente compreendia que as tropas haviam subido a Monsanto, mais para a concentração e imediato desfile de um pronunciamento do que para a resistência a ataques pouco prováveis.

Não havia provisões, nem munições para sucessivos e longos dias de luta. Creio que até faltava uma formação sanitária em condições normais.

Tinham que improvisar-se os meios de acção para opor a circunstâncias inesperadas, e encarar as eventualidades de uma guerra civil. Por onde andei, nunca vi distribuir rancho. E as munições para as espingardas, já não abundavam no fim daquele primeiro dia.

Anoiteceu-nos na casota que estávamos guardando, e por ser muito fácil de referenciar, sempre contávamos que fôsse alvejada pela artilharia inimiga. Sentámo-nos no chão, com as armas nos joelhos, às escuras, por elementar precaução de guerra. Outra noite se iria passar em sobressalto, sofrendo as asperezas daquele triste Janeiro.

Altas horas, chamam por mim na escada. Pensei logo na confirmação da morte do Monsaraz.

Era aquêle soldado Jerónimo, de Cavalaria 4, que vinha trazer-me um recado: Vivia ali, casada na Ilha

Amarela, a Rosa Barata, rapariga da nossa terra, a quem êle por acaso encontrara e logo contara a aventura da minha presença e o mal da minha debilidade. Mandava dizer que alguma coisa de comer me podia dar em casa dela, se lá fôsse. Era perto: uns duzentos metros. Pedi licença a um sargento para me ausentar por aquêle motivo de... fraqueza maior.

Logo se ofereceu para ir comigo o meu companheiro José de Almeida e Vasconcelos, aflito do mesmo mal que a todos tocava. Assim verificávamos que era mau hábito na vida jantar todos os dias...

— A rapariga pouco poderá ter, considerei eu. Mas o que tiver reparte-se irmãmente.

Seguimos o soldado, e instantes depois nos recebiam a Rosa e o marido, um Sr. Silva, guarda do forte de Monsanto.

Ao ver-me, a rapariga desatou a chorar, lastimando a minha Mãe e o meu Pai lá longe, com um filho neste grande perigo e a passar fome, sem necessidade.

Após esta cena de vivo sentimento beirão, sentamo-nos ao lume, e a nossa hospedeira foi preparando uma caçarola de arroz, *de nada*, dizia ela, porque além da água e do azeite, outro condimento não tinha o futuro manjar. Enquanto os grãos brancos ferviam, subindo e descendo na caçarola, a minha patrícia Rosa, mais animada, preguntava-me:

— E se vencer a sua política, volta o concelho para a nossa vila, Sr. Doutor?

— Com certeza, rapariga. É o único pedido que hei-de fazer ao Rei: justiça para a nossa desprezada terra.

A ceia ainda teve pão e mais alguma coisa. Refei-

ção foi ela no sentido etimológico, porque as fôrças dêstes dois bacharéis-soldados estavam esgotadas. O meu companheiro saíu depois a observar o que se passava em volta do campo. Os nossos camaradas dormiam um sono profundo e reparador e só estavam despertos os vigias. Parecia que a noite se havia de passar em relativo sossêgo. Então, resolvemos também descansar os dois numa enxêrga que a Rosa e o marido nos trouxeram para o meio da casa. Aquelas palhas de centeio eram fôfas como penas de águia...

Poucas horas se contaram no mesmo sobressalto, e já vinha alvorescendo, quando o duelo de artilharia voltou a desencadear-se. Monsanto era agora, por todos os lados, um acampamento alvoroçado e ruïdoso. Apressava-se a decisão.

Deslocavam-se fôrças, galopavam cavaleiros, corriam grupos de civis, explodiam granadas nos telhados dos casebres, outras rebentavam no chão, espantando cavalos e muares e obrigando os circunstantes a deitar-se por terra, para evitar os estilhaços.

Daqui e dalém transportavam-se feridos para os automóveis. À medida que o sol ia subindo no céu, parece que aumentava o ardor dos atacantes. A artilharia republicana manifestava-se de todos os lados e já ninguém sabia de onde poderiam ter vindo tantas peças.

— Só artilharia de bordo, continuava a insistir-se. E a explicação já era irritante...

O destemido capitão Costa Pinto organizava agora na Cruz da Oliveira uma coluna de voluntários civis, para ir à Calçada da Ajuda e trazer Infantaria 16 que diziam estar coacta pelo cêrco dos republicanos.

Havia no ar a risonha esperança de uma entrada triunfal em Belém...

Por um instante doloroso, via ali chegar o capitão Prostes da Fonseca no seu cavalo, muito pálido, de olhos cerrados, amparado pela ordenança.

Uma bala atravessara-lhe um dos pulmões, durante uma carga de cavalaria para libertar o corpo do alferes Pequito Rebêlo que ali perto caïra em combate, gravemente ferido no pescoço. Julgavam-no já perdido.

Para conduzir à enfermaria o capitão Prostes da Fonseca, vinha o alferes José Sucena com o seu automóvel que tantas vezes vi circular no campo de batalha, sempre exposto a todos os perigos. Por êle soube então que o alferes Monsaraz, atingido na véspera por um estilhaço de granada, fôra levado para o hospital sem esperança de vida. Devia ter morrido pouco depois.

Com os melhores amigos e companheiros dados por mortos, e já com a certeza da nossa derrota, dentro da minha alma, em dia claro, bem cerrado e escuro via agora o caminho da nossa Esperança. Quási me envergonhava de não estar também ferido. Era dever dar o sangue e a vida, como os outros da irmandade.

Embora sem fôrças físicas e com grande abatimento moral, na coluna organizada pelo bravo Costa Pinto me encorporei então, decidido a encontrar na morte, quanto antes, o têrmo de uma vida sem sentido. Na minha fila, de armas às costas, iam também o jornalista Afonso de Bragança, o tenor António Caldeira e outro voluntário de que não me lembro. Ali marchavam também Félix Correia, Luís Vieira de Castro, Refoios de Meneses, José de Almeida e Vasconcelos e muitos outros bravos rapazes dêste tempo. Para conter o

avanço do inimigo, havia patrulhas de cavalaria abrigadas pelos moinhos do campo.

Pela estrada da Ajuda, caminhávamos em formatura, a descoberto, com as balas a despertar os seixos do caminho. A mais fácil alcance da pontaria, fomos divididos em dois grupos de atiradores, para a esquerda e para a direita da estrada. Coube-me ir para êste último, alinhando-nos deitados à borda de um grande fôsso, para ali se deter o assalto que nos ameaçava. Começou logo o nosso fogo para as linhas inimigas de onde também respondiam descargas cerradas e regulares.

Por imperfeita referenciação ou por indicações erradas, uma das peças da nossa artilharia começou a fazer sucessivos tiros que se aproximavam de nós, cada vez mais. Era manifesto e intento de nos alvejar. Mandou-se um aviso que tardaria demasiado a chegar à bataria, para nos poupar a um perigo iminente.

Então, como o troço da esquerda carecesse de refôrço ou porque a nossa posição, entre dois fogos, fôsse ali perigosa e insustentável, ordenou-se a concentração de todos os atiradores naquele lado, para manter a resistência. Na passagem, pelo menos ao atravessar a estrada, todos tivemos de pôr-nos a descoberto, e alguns ali foram atingidos e feridos. Corria uma azinhaga entre paredes baixas e delas se fêz parapeito e abrigo contra os atacantes, cuja vozearia jubilosa com grosseiras imprecações, bem ouvíamos nos intervalos das descargas.

Nesta altura, já as fôrças não me chegavam para suster a arma nas mãos e muito menos para fazer pontaria. Então, um só serviço útil podia prestar: carre-

gava uma das espingardas, enquanto Refoios de Meneses a meu lado, desfechava os tiros da outra.

Iam escasseando as munições, mas o ímpeto dos republicanos recrudescia. Aproximava-se o barulho, mais alto subia o vivório. Nesta altura, com poucos homens e quási sem munições, Costa Pinto não podia manter aquêle pequeno reduto isolado, e já em risco de ser envolvido. Com uma pistola aperrada, disse mais ou menos estas derradeiras palavras de comando:

— Esta pistola não é para os republicanos. Não chegam lá os tiros. Será para a cabeça daqueles que não cumprirem as minhas ordens. Vamos retirar, mas a passo. Sem tumulto: um a um...

Assim foram retirando todos, obedecendo às severas ordens recebidas. Fui eu o último a subir a outra parede da azinhaga, não por valentia, mas por impossibilidade de o fazer antes. Perto do abrigo que se procurava, havia terra de alqueive, na qual iria cair em desamparo sôbre a espingarda. Ali fui alvejado repetidas vezes. À minha volta soavam as balas surdamente, como grossas gôtas de chuva em terra lavrada. E já não era minha esperança ou desejo levantar-me do chão, chegado àquêle plácido extremo de indiferença da vida ou da morte. Protegidos por um moinho, incitaram-me animosamente a erguer-me Luís Vieira de Castro e Félix Correia, até que êste amigo e companheiro me arrastou para a cavidade de uma velha pedreira onde se reüniam as últimas resistências. Bem se compreendia que, em lugar de combatente, estava eu a servir de obstáculo para os que ainda pudessem lutar. Outros já se tinham retirado da linha, também sem fôrças nem ânimo para mais.

Os atacantes não se precipitaram. Houve uns momentos de calma que nos pareciam longos e suspeitos. Do nosso lado, as munições estavam no fim. Fui então mandado regressar à Cruz da Oliveira, levando um bilhete para o capitão Falcão, a pedir alguns cunhetes de balas.

O oficial recebeu o pedido, e sorriu tristemente: já não tinha quaisquer recursos para satisfazer aquela última requisição.

Comecei a perceber que de todos os lados se operava a nossa retirada. Os civis meus companheiros de há pouco, entre os moinhos que dão para a Ajuda, não fizeram mais fogo e foram recuando para a base do monte em que já se calara a artilharia e para onde agora convergiam fôrças regulares e soldados dispersos. Mas talvez se organizasse ainda uma coluna para romper o cêrco e seguir para Mafra, para o Norte. Contra estas ilusórias suposições, a nossa sorte estava decidida, e os adversários vinham ganhando terreno com firmeza, enquanto as fôrças monárquicas já se iam concentrando nas imediações do Forte. Voltara eu do fogo sem ferimentos na carne, apenas com o fato e o chapéu furados por balas. E surpreendia-me de me ver ileso. Por favor dos altos Céus, não estava marcada para ali a hora da minha morte...

No mesmo abrigo da casa de onde saíramos de manhã cedo, viemos a encontrar-nos de novo, eu e José de Almeida e Vasconcelos; mas agora as balas entravam pela janela com tanta intensidade que só nos era possível rastejar no soalho ou permanecer deitados, à espera de que o fogo cessasse. Mas êle continuava sempre e sempre...

Por cima de nós, no primeiro andar da casota, caía morto, varado por bala, um valente soldado de Cavalaria 4. Nunca me esquecerei do gemido daquela agonia e do estrondo do corpo, tombando pesadamente nas tábuas sôbre a arma abandonada.

Nos intervalos da fusilaria, José de Almeida foi disparando a espingarda, enquanto pôde, mas, a certa altura, começara o Forte do Alto do Duque a bombardear o nosso campo. Êsse facto já nos impunha a certeza da derrota, embora ali não ouvíssemos o toque de cessar fogo. Após um silêncio trágico, silêncio feito para a meditação e contrição no último perigo, começava a ouvir-se a ululante gritaria da vitória.

A Rosa, entre lágrimas, anunciava terrìficamente:

— Êles já lá vêm! São os republicanos! Trazem muitas bandeiras! Vou fechar a porta!

Sem que nós o soubéssemos, no mesmo instante, estava-se dando a investida final e eram prêsos os comandantes, os oficiais e numerosos civis, para serem encarcerados dentro do Forte de Monsanto.

Com presteza e sábia cautela, José de Almeida procura destruir à nossa volta todos os vestígios de combate. Apressa-se a varrer para debaixo de uns feixes de palha, as cápsulas das balas; esconde a pistola e atira para longe a espingarda.

Dispõe-se a ficar ao pé de mim que continuava deitado na enxêrga. Senta-se friamente na mala que ali estava. Conchega o vestuário dêle. Tapa as minhas enlameadas botas com um cobertor e vem-lhe a inspiração de fazer-se médico.

Sùbitamente, entre raivosa gritaria, as portas da rua são sacudidas à coronhada, os vidros das janelas

caiem estilhaçados, e passa por tôda a casa um frémito de pavor e destruïção.

No mortal perigo daquele instante, a minha serenidade era perfeita. Em tal estado, até agradeceria a quem ali me acabasse com a vida, sem mais trabalhos nem sofrimentos. Voltando-me para o leal companheiro, disse-lhe então com amargo gracejo:

— Ó José, estamos aqui à espera da morte, como quem espera um eléctrico...

Entrou a multidão para a saleta, aos gritos — prender! matar! malandros!

À porta da alcova, um guarda-fiscal, com a coronha da espingarda erguida ao alto, de bigode hirsuto, quere saber quem ali fazia fogo:

— Ninguém. Fogo fêz-se lá em cima onde está um homem morto, respondeu José de Almeida.

— E os senhores?

Era a minha vez de falar:

— Eu estou aqui doente, não podia pegar na arma. Mas façam agora o que quiserem...

— Eu vim para tratar dêste senhor, acentuava José de Almeida, sempre sentado na mala, com o mais perfeito sangue frio.

Perante aquela extrema serenidade, os assaltantes ficam surpresos e mudos. Depois, por tácito e unânime consentimento, decidem retroceder.

Daquele magote, apenas se ouve a voz do guarda-fiscal que empunhava a carabina pelo cano:

— Então tivessem logo dito isso, escusávamos de arrombar a porta!

O exaltado grupo, em rápidos instantes acalmado por aquêle súbito ardil de guerra, recomeçava a gritar:

— Viva a República! Viva! Viva! Morram os traidores!

Ouvindo o tropel a escoar-se pelo corredor, olhamos um para o outro com pasmo de nós próprios: por aquela vez, escapávamos de morrer trucidados ou de sofrer os maus tratos de violentas agressões e injúrias.

No silêncio em que ficamos, se ouvíssemos bem, teríamos sentido adejar sôbre as cabeças, as protectoras asas dos nossos Anjos da Guarda...

Ia anoitecendo em Monsanto e mais ainda dentro das almas. José de Almeida podia andar e salvar-se. Incitei-o a fazê-lo no escuro e durante a primeira confusão. Eu iria depois, quando e como pudesse. Com muita pena de ali me deixar, o meu companheiro de armas pôs-se a caminho de Algés, por desconhecidas veredas da Serra.

*

* *

Passadas três horas, aplicando aos pés a mèzinha de água salgada e quente, parecia-me que poderia tentar descer até Lisboa, evitando ser ali catrafilado pelas diligências e rusgas do dia seguinte.

Era muito arriscada a sortida, na opinião dos meus amáveis e inesquecíveis hospedeiros. A estrada ia cheia de civis e de ruïdosas viaturas que espantavam a treva com os faróis, na faina de carrear prêsos em massa. Cheirava a pólvora e a sangue.

Apesar de não saber o caminho, teimei em me libertar ainda naquela feia e triste noite. Combinei com o amigo Silva um engôdo fácil e aceitável: Eu viera a Monsanto, já depois dos combates daqueles dois dias,

para saber de uns amigos feridos. Como não conhecia as estradas, êle, guarda do Forte, vinha comigo para me guiar os passos, a trôco de uma gratificação. Para compor a personagem, emprestáva-me uma bengala, e ela seria a insígnia inequìvocamente indicadora de uma inocência total. Aqui fica o aviso para proveito de futuros evadidos dos campos da derrota...

O bom homem compreendeu bem e começou a representar com êxito o seu papel.

Enquanto a moradora do primeiro andar, sentada na sua fria escada, para outras pessoas se lastimava de não poder dormir em casa onde já vira morto o soldado, o meu fiel protector Silva, serena e confiadamente ia dando a ordem de marcha:

— Ó primo, vamos lá embora! É tarde...

Pelo patamar da escada, êste novo primo do Silva, muito honrado e servido de tal parentesco, foi seguindo atrás dêle com a sua bengala de cartão comprimido.

Mal andáramos cem passos, ruidosamente e com aspereza nos intimam de um camião:

— Façam alto! Façam alto!

Paramos imediatamente, dispostos a contar a nossa história, se intentassem içar-nos para a viatura.

E as ordens continuavam:

— Agarra ali aquêle macho! Aquêle macho!...

Ser arrieiro custava menos do que ser morto na estrada da salvação. Preparámo-nos para descobrir a alimária vagabunda, quando os faróis nos mostraram a mula morta que os jubilosos marujos tinham visto de mais longe.

Diante do engano e dos intentos dos triunfadores, a divertir-se connosco, protestamos com veemência:

— Nós a pé e vocês aí de carro! Vão lá para o diabo, seus gajos! E entre risadas sonoras, terminavam êles o inofensivo gracejo:

— Viva a República! Viva a República!

Bem sentia eu que a República continuava a viver, e para a matar, inúteis se haviam ali mostrado os meus esforços e o heroísmo e sacrifício de tantos outros. Mas aquêles vivas eram jubilosos e não se me afiguravam hostis. Vivia a República, era certo, mas, à semelhança de um velho companheiro de Coimbra que nas mais festivas homenagens aos caudilhos, a si próprio fazia justiça por sua bôca, já eu tinha vontade de gritar no meio daquela vozearia:

— Viva eu também!

Na verdade, ainda escapava de mais um recontro...

Aproximando-nos de uma bifurcação, era preciso decidir-nos pela estrada da Pimenteira ou de Alcântara. Ser-me-ia indiferente uma ou outra, porque as desconhecia a ambas. Pela escuridão da noite, teria de seguir com a bengala mágica, mas a que não fôra atribuída a prenda da fosforescência, nem a da orientação.

Seguíamos agora muito de perto três homens, assaz descompostos, que iam falando da sua recente libertação. Ouvíamos-lhes requeimantes injúrias e doestos contra os monárquicos:

— Malandros! Traidores! Talassas! Deram com os focinhos em terra!

Um dêles, com voz moderada, ainda reconsiderava para os outros dois:

— Sim, sim... Mas, se não fôssem êles, lá continuaríamos todos à sombra, dentro do Forte... E olhavam para o boné do Silva.

Logo compreendemos quem eram os libertos da vitória republicana: três moinantes das rusgas policiais do tempo de Sidónio Pais.

Onde essa história já ia, apenas a um mês de distância do seu funeral!

Os prestimosos cidadãos tomavam a estrada da Alcântara, nós, a da Pimenteira.

Não sei porquê, talvez por inspiração da sorte, decidi que abandonássemos esta direcção, voltando a caminhar para junto dos evadidos.

Um dêles, bastante escandalizado, rugiu:

— Então vocês agora vêm por aqui?...

Chegava a oportunidade de contar a história urdida com o companheiro, a que davam tôda a verosimilhança o seu boné de guarda e a bengala que me emprestara: viera eu por ali a procurar alguns amigos feridos, já depois da rendição...

Mas não os pudera encontrar. Ninguém sabia dar relação dêles.

Com roufenha voz, preguntava então um dos três:

— E quem eram êles?

— Capitão Prostes da Fonseca, alferes Monsaraz...

— Sim, é que êsses feridos logo morreram...

Dilatou-se um silêncio alvoroçado, no qual os passos de cinco homens acordavam as duras pedras do caminho pela úmida aspereza da noite.

Dos lados de Lisboa, viam-se grandes clarões e ouvia-se intensa fusilaria. Era um eco de esperança a ressoar-me na alma. Talvez algumas fôrças das nossas tropas ainda tivessem retirado de Monsanto, estando agora a ser perseguidas pela retaguarda, a caminho de Mafra. Voltava a obsessão...

Quem sabe?...

Um dos três libertos, e talvez libertários, foi-se chegando para mim, cada vez mais, e a olhar desconfiado para o boné do Silva.

Eu desviava-me para a beira da estrada, em receosa prevenção contra traiçoeiro golpe de gatuno-faquista. Com meio palmo de navalha no peito, poderia ali tirar-me a vida, só para repartir com os companheiros o pouco dinheiro que ainda levava. Para tal proeza, ao menos não lhe faltava a escuridão da estrada.

Sobressaltava-me a insistência com que se aproximava de mim, cada vez que evitava ombrear com êle.

Então, quando supôs que poderia falar-me sem ser ouvido do guarda, confidenciou-me com voz alvoroçada e sincera:

— Também lá estive!...

— E eu também, rematei com decisiva franqueza.

Desde êsse instante, fraternizamos politicamente, com muita mágoa e já sem esperança.

Êles moravam na Ajuda e iam ficar a Santa Marta, para evitar a cólera e a represália dos vizinhos. O que me fizera a confidência da sua cumplicidade, antigo empregado do Palácio, ao regressar a casa passados oito dias, seria morto às facadas pelos defensores da República, segundo me informaram mais tarde.

Quando nos aproximávamos das casas, decidimos dispersar-nos antes de desembocar na Praça de Alcântara. Com um abraço, daqui voltava para trás o amigo Silva, em cujo lar e boa índole portuguesa eu encontrara doce abrigo e protecção. A poucos passos andados, tinha de penetrar no meio de uma revôlta e espêssa mul-

tidão, embriagada de júbilo. Comecei a avançar por ela, assobiando e meneando a bengala, como se agora regressasse do bródio de saborosa caldeirada em Pedrouços.

Depois, numa clareira, junto de um candeeiro, detive-me a comprar um jornal, creio que *A Capital*, onde se prolongava um título de negras parangonas: *A Vitória é certa.*

Não queria, nem podia ler mais nada, mas era preciso manter a geral indiferença a respeito de tal transeunte. Qualquer desconfiança revelada, seria uma sentença de morte, sem apelação, mas com funesto agravo...

Como se a República acabasse de ser proclamada, assistia a um louco alarido de expansões e contentamento popular.

Às portas dos tascos, ouviam-se harmónios e ferrinhos, que me soavam como marcha fúnebre.

Com passo lento, a fingir de firme e resoluto, fui caminhando para a Praça dos Marinheiros, Calçada da Pampulha, até à segura casa da Lapa onde poderia ser informado da sorte dos meus amigos e dos outros companheiros de infortúnio.

Era já então noite alta, quando vim a saber que o Monsaraz fôra operado no Hospital de São-José: ablação de um rim esfacelado, ficando-lhe ainda um estilhaço de granada no fígado.

— Salva-se?, indagou a minha ansiedade.

— Há esperanças. Está melhor. Já preguntou por si esta tarde.

Mas o caso mais grave dos seus amigos é o do Pequito Rebêlo.

Trouxeram-no de Monsanto com um grande ferimento no pescôço, entre a vida e a morte. Está pior do que o Monsaraz, dizem os médicos. Há no Hospital outros muitos feridos e com gravidade.

Com estas más notícias e presságios, esperaria a aurora do dia seguinte.

Parecia ter-se aniquilado no pó e no sangue, o nosso sonho de Esperança. Na meditação dessa noite, Monsanto figurava-se-me o calvário para a expiação de um século de erros em que Portugal, pelos dirigentes responsáveis, vivera fora dos seus naturais caminhos e dos altos clarões da fé católica. Por longas e amargas horas, bem via nesse pronunciamento armado, uma infortunada gesta contra os desvairos da República, ensangüentado testemunho de insensatez, de heroísmo e de lealdade...

*

* *

Do espírito com que se batalhou e se sofreu a derrota, dá fiel testemunho Alberto de Monsaraz, um dos combatentes mais gravemente feridos. A metralha mutilou o corpo do Soldado, mas não chegou a atingir a alma do Português, nem quebrou ou destemperou a lira do Poeta. Deitado na cama do Hospital de São-José, poucas semanas depois do combate, em Fevereiro de 1919, já pôde escrever em dois sonetos de exaltação, êste cântico de vitória:

MONSANTO

I

Subia o Sol... Hasteava-se a Bandeira,
Dupla ascensão na Glória augusta do ar:
Sol e Quinas de Ourique — a Raça inteira,
Ressurgindo das trevas, devagar...

Clarins vibram... Já espadas, em fileira,
Se perfilam num aprumo secular;
Ressoam de trincheira p'ra trincheira,
Os corações nos peitos, a rufar!

Momentos de silêncio... a História reza:
Oito séculos de alma portuguesa
Dentro das nossas o extasis desperta...

Vamos! Por nós São-Jorge!, e o Céu nos valha!
Deus vai dar-nos a bênção da metralha,
Filhos, a Pátria vos contempla: Alerta!

II

Alerta estão. Alerta, tôda a gente
Batalhou, num desvairo, até ao fim.
Cruzam-se as balas no ar — ninguém as sente,
Ferve a glória nos toques de clarim!

Ás vagas, contra nós, contìnuamente
Cresce a nova moirama, infecta e ruim.
Rapazes, fogo! Pelo Rei e em frente!...
Eu já tombei, não pensem mais em mim...

.....

A nossa fé, com o sangue não se esgota:
Quem não tem a consciência da derrota,
Nunca é vencido, é sempre vencedor.

Sagrada, a Geração que assim se bate!
Já viu romper a aurora do Resgate...
O sol de Ourique não se torna a pôr!

*

* *

Como a Monarquia do Norte ainda durasse, não seriam grandes em Lisboa os furores de represália contra as pessoas desafectas à República, nas três semanas que se seguiram ao desastre de Monsanto.

Até aos mais impetuosos, continha-os o receio de que a sorte das armas ainda pudesse favorecer os monárquicos e de que viesse a restaurar-se o Trono de Portugal. E esta prudente reserva valia por indirecta segurança para os vencidos, porque muitas vezes os mais audaciosos e rugidores revolucionários são também os mais covardes dos homens.

Assim, passados os primeiros dias em impulsos de arruaça e de vivório desordenado, com que se perturbaram os serviços públicos, fui recomeçar na Repartição de que era chefe, as funções normais do cargo, e na Escola em que era professor, os trabalhos da cadeira que regia.

Por êste tempo, fui topar nas escadas do Ministério do Comércio com o Dr. Vasco Borges, juiz e antigo deputado, meu camarada na Escola Preparatória de Oficiais Milicianos. Alguns dias antes de Monsanto, encontrando-nos por acaso na Rua do Almada, entramos a falar de política, e na impossível conciliação das nossas respectivas aspirações, tranqüilizei-o com leve ironia que não alcançou naquele momento:

— Os monárquicos nada farão. Esteja descansado.

Vendo-me agora ali, de pé, mas derrotado, êle, o vitorioso ou o beneficiário da vitória, logo se aproxima de mim, a increpar-me afàvelmente:

— Então Você afirmava que os monárquicos nada fariam, e, afinal, foram para Monsanto!

— E de facto, nada fizeram... para êles. Da sua tentativa só resultou a entrega do poder ao seu partido. Não lhes deve querer mal por isso...

— Que eu não sei se Você também lá esteve..., acentuava o meu colocutor, com malicioso sorriso. Se lá andou e conseguiu escapar-se, fêz muito bem.

— Se quere que lhe diga, nem sei ao certo. Isso passou-se há tanto tempo que já na memória se me perdeu a lembrança dêsse acontecimento...

No instante em que falávamos, Vasco Borges era chefe de gabinete do ministro do Interior, Domingos Pereira. Sabia com certeza que eu andara por Monsanto; mas por desafectada e benévola generosidade, não me denunciou, nem me mandou prender, como seria sua obrigação. Registando êste facto, é meu intento averbar à sua memória um expressivo título de elegância moral para com um adversário político.

Deste modo, não tendo sido prêso de armas na mão, também não me seria organizado qualquer processo entre os de tantas centenas de sublevados.

Embora todos os monárquicos e muitos republicanos soubessem da minha modesta participação no pronunciamento de Monsanto, nem por imprudência de uns ou por maldade de outros, cheguei a ser denunciado às autoridades. Também, já nas cadeias havia presos demais...

A sanção que as justiças da República me destinavam, havia de vir mais tarde, por outros caminhos.

EM REPÚBLICA CONSTITUCIONAL

(1919-1925)

A LEI DO AFASTA

EM Monsanto ganharam as armas da República, mas as suas razões não se fortaleceram com o novo emprêgo de métodos de violência e de perseguição.

Sôbre êstes sucessos passaram semanas e mais de dois meses decorreriam em ameaças de *saneamento* das repartições públicas. Em 1910 e em 1915, já muitas vagas de lugares se haviam conseguido. Mas o ano 1919-1920 ia ser, finalmente, a era gloriosa em que à preparação e capacidade para o exercício dos cargos públicos por parte dos outros portugueses, dava irrecusável preferência o atestado de revolucionário ou de bom republicano, ainda que tivesse de passar de vàdio, alfaiate ou serralheiro a oficial de secretaria ou a ministro de Estado.

Os defensores do regime não adormeceram sôbre os louros da vitória e, mais do que nunca, estiveram atentos e vigilantes, obedecendo de novo ao monótono, mas lucrativo lema — *tira-te tu, para me sentar eu...*

As minhas humildes façanhas que nem à Polícia nem ao Tribunal Militar haviam dado indício de culpabilidade, eram cuidadosamente reconhecidas e inexoràvelmente julgadas nas alfurjas, para por elas me

Ex.mo Senhor Ministro do Comércio:

O abaixo assinado, a quem foi ordenada a separação das funções do cargo de Chefe da 2.ª Repartição da Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial, por se achar incurso no art. 2.º do Decreto n.º 5.368 de 8 de Abril passado, vem declarar a V. Ex.ª a impossibilidade de aproveitar-se do disposto no art. 6.º do mesmo decreto que lhe permite apresentar a sua defesa no prazo de oito dias.

Perante uma penalidade imposta sem prova, nem sequer concreta indicação de culpa, considera-se êle em situação semelhante à de um argüido que fôsse levado à justiça por haver transgredido todo o Código Penal...

Não sendo, pois, esta determinação de V. Ex.ª um acto que juridicamente possa classificar-se, também não crê dever atribuí-lo a impulso de simples arbítrio pessoal. Se assim fôsse, devendo V. Ex.ª, como Ministro, ser um homem honrado, por certo recusaria dispersar confusamente num vasto artigo de lei a responsabilidade plena que nesse caso lhe cumpria tomar.

Em tais têrmos, não se destinando estas palavras a alegações de defesa, só possível como exercício literário, aproveita-as o signatário para fazer justiça a si mesmo, protestando o seu direito à posse de um cargo que legitimamente conquistou e de que foi suspenso por inexplicável violência.

Lisboa, 2 de Maio de 1919.

a) *José Hipólito Raposo.*

NÃO PAGAR A QUEM TRABALHOU

Apesar de tudo o que vinha acontecendo, continuava a dar as minhas aulas na Escola da Arte de Representar de que era professor desde 1912. De vez em quando, surgiam rumores de sindicância, ameaças de separação ou demissão, para dar fim ao grande escândalo que representava o exercício do magistério numa escola oficial por parte de um monárquico teimoso e coerente.

Sem ter esperança na permanência desta minha situação, não procurava assegurá-la com qualquer modificação no meu procedimento e propósitos.

Cumpria-me esperar o golpe do destino, certo de que êle se preparava para curto prazo...

Os *defensores* não dormiam nem se calavam, e para estímulo de nova investida, oferecia-lhes excelente corpo de delito a justificação dada ao Ministro do Comércio, atrás transcrita. Já não era necessário invocar a razão de haver pegado em armas na Serra de Monsanto, facto de que, aliás, não se produziam provas.

Desde Janeiro ao fim de Maio, nada se passara de anormal dentro da Escola em que ensinava e onde oficialmente não se apreciava nem tinha que apreciar-se a minha conduta política. Mas a resposta ao Ministro parecia uma injúria e a presença de tal cidadão a ensinar noções de arte ou de língua portuguesa a futuros actores, representava grave perigo para a República e constituía um escândalo intolerável. Julgo ter sido o prestígio de Júlio Dantas que susteve o Ministro da Instrução Pública

no ímpeto de ordenar-lhe que suspendesse um professor e seu amigo, contra quem não havia motivos para qualquer procedimento disciplinar. Mas a intervenção tinha de vir e veio, não franca e aberta, como seria de esperar, mas pelo sorrateiro processo de mandar verbalmente suspender na fôlha do vencimento de um mês lectivo, o pagamento da gratificação que me competia.

Dessa proeza oficial dão inteira prova os documentos seguintes:

CONSERVATÓRIO DE LISBOA

O Director da Escola da Arte de Representar

L. 4.º N.º 119

Lisboa, 23 de Junho de 1919.

Ex.mo Senhor Dr. José Hipólito Raposo

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que tendo apresentado em sessão do Conselho escolar, realizado ante-ontem, 21 do corrente, os ofícios que, por cópia, remeto a V. Ex.ª (ofício do Director da Escola à Direcção Geral de Belas-Artes, de 31 de Maio último; ofício da Direcção Geral de Belas-Artes ao Director da Escola, de 2 de Junho corrente), o Conselho, por unanimidade de votos, resolveu que respeitosamente se representasse às estações superiores no sentido de ser mandado abonar a V. Ex.ª o vencimento respectivo ao mês de Maio, em que V. Ex.ª na plena posse das suas atribuïções, regeu a sua cadeira e cumpriu todos os seus deveres de professor, porquanto, no entender do Conselho, não pode a suspensão de V. Ex.ª, apenas comunicada à Escola em 2 de Junho corrente, produzir efeitos de retroactividade, fazendo cessar os abonos respectivos a um mês já vencido.

Saúde e Fraternidade.

O Director,

a) *Júlio Dantas.*

Cópia

À

DIRECÇÃO GERAL DE BELAS-ARTES

CONSERVATÓRIO DE LISBOA

O Director da Escola da Arte de Representar

Lisboa, 31 de Maio de 1919. Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que tendo um empregado desta Escola comparecido no Banco de Portugal, afim de receber os vencimentos do pessoal escolar referentes ao mês corrente, não lhe foi pago o vencimento do Professor da 3.ª cadeira, José Hipólito Raposo.

Rogo a V. Ex.ª se digne esclarecer-me àcêrca dêste assunto, porquanto nesta Escola não foi recebida qualquer comunicação respectiva a êste funcionário, digo, Professor, ou qualquer ordem para que deixasse de ser-lhe feito o abono legal na fôlha de vencimentos.

Devo acrescentar que êste funcionário tem até agora comparecido às aulas, e desempenhado todos os serviços escolares, como consta do respectivo livro do ponto. Saúde e Fraternidade. O Director, a) *Júlio Dantas.*

Cópia — Ministério da Instrução Pública. Direcção Geral de Belas-Artes — Ao Director da Escola da Arte de Representar. Respondendo ao ofício de Vossa Excelência n.º 118 — L. 3.º de 31 de Maio último, tenho a honra de informar Vossa Excelência de que, quando pela 10.ª Repartição de Contabilidade Pública se processavam as fôlhas de vencimentos dos Professores dessa Escola, foi determinado por Sua Excelência o Ministro, em ordem verbal, que não fôsse feito ao senhor José Hipólito Raposo o abono do respectivo vencimento, do que deve depreender-se que êste Pro-

fessor está suspenso do seu exercício. — Saúde e Fraternidade. Direcção Geral de Belas-Artes, dois de Junho de 1919. O Director Geral, a) *Augusto César Ferreira Gil.*

Ao ofício da Direcção da minha escola, que atrás ficou transcrito, respondi nos seguintes têrmos:

Ex.mo Senhor Director da Escola
da Arte de Representar:

Tenho a honra de participar a recepção da nota de V. Ex.a L. 4.º n.º 119, de 23 do corrente, na qual V. Ex.a me dá conhecimento de que o Conselho Escolar, em sessão de 21, resolvera por unanimidade representar às estações superiores, no sentido de me ser abonado o vencimento de professor, relativo ao mês de Maio último em que dei regularmente as aulas da minha cadeira. Como primeiro dever, cumpre-me rogar a V. Ex.a que se digne aceitar e transmitir a todos os nossos ilustres colegas a afirmação do mais penhorado reconhecimento pela nobreza da sua atitude em apoio da minha justiça, julgando-me dispensado, em face dela, de formular por mim igual reclamação, por certo menos valiosa e menos persuasiva.

Com referência ao ofício da Direcção Geral de Belas-Artes que por cópia recebi, oferece-se-me ponderar a V. Ex.a que não posso conformar-me com uma suspensão que não me foi imposta com qualquer fundamento legal e que só *deve depreender-se* de uma ordem verbal, dada a uma repartição de contabilidade de que não sou funcionário e da qual não depende o exercício ou a suspensão das minhas funções de professor, parecendo-me ainda que um facto desta natureza e importância deveria ser ordenado e declarado pelo Ministro à respectiva Direcção Geral.

Nestes têrmos, para esclarecimento da minha

situação de professor dessa Escola, rogo a V. Ex.ª se digne solicitar das estações competentes as necessárias informações que me habilitem a apreciar claramente uma resolução que, no meu entender, carece em absoluto de base legal que a justifique.

Lisboa, 30 de Junho de 1919.

Saúde e Fraternidade.

a) *José Hipólito Raposo,*
Professor da 3.ª cadeira

Não recebi qualquer outra comunicação a êste respeito e nunca mais me foi paga pela Contabilidade do Ministério de Instrução Pública, a importância daquele mês de vencimento: 17$50.

Em verdade, já não valia muito a pena abonar a importância da gratificação a um professor que seguramente haveria de ser demitido a seu tempo!

Mas era de grande preço para o conceito dos correligionários, êste testemunho de correcção, de justiça e de legalidade, oferecido à República por um ministro chamado Leonardo Coimbra!

REERGUENDO A BANDEIRA

Não deixará de ser proveitoso recordar que êstes eram os tempos dos incêndios das Encomendas Postais (Terreiro do Paço) e do Parque Automóvel, das greves dos empregados dos Eléctricos, da Companhia das

Águas, dos operários da Câmara Municipal, dos marceneiros, dos sapateiros e dos alfaiates.

Sentia-se em Lisboa uma forte brisa de *ventura* pela igualdade, soprada lá das bandas da Rússia e carinhosamente recebida por alguns detentores do Poder Público e por diversos jornais de trapaceiros políticos e de organizações operárias.

As prisões estavam repletas de monárquicos, e das suas portas iam saindo para os conselhos de guerra, dezenas de oficiais de tôdas as patentes e numerosos civis de tôdas as profissões, muitos dos quais ali eram condenados a gravíssimas penas.

O nosso maior empenho era fazer reaparecer a *Monarquia*, suspensa desde 20 de Janeiro de êsse ano. Vencidas tôdas as dificuldades, com os melhores companheiros feridos, presos ou exilados, tive eu de assumir a direcção do jornal que recomeçava a publicação em 18 de Agôsto, e abria com a seguinte nota da *Junta Central do Integralismo Lusitano:*

«Na hora longa dêste sacrifício que tão alto proclama a nossa fé no resgate da Pátria pelos triunfos da Monarquia, saüdemos com lágrimas a virtude heróica daqueles que nos combates do Norte e na Serra de Monsanto, tiveram a glória de cair mortos sob a benção da Bandeira Nacional, e todos quantos a preço do seu sangue, pelo martírio dos cárceres, ou na dor do destêrro, afirmam a verdade e a fôrça inquebrantável das suas convicções, na defesa da Tradição e da Honra de Portugal.

Ao erguer de novo aos céus, sôbre o altar da Pátria, o nosso pendão ensangüentado, sentimos bem que a melhor consciência da Raça aclama nêle o sinal glorioso do seu património eterno e o protesto contra a vergonha opressiva de um regime imposto à Nação para a sua ruína e para o criminoso destino de a conduzir à morte.

Portugueses! A nossa divisa — Pela Lei e Pela Grei — alevanta-se em voz de comando, a unir-nos para o combate à tirania republicana que escraviza ao intêresse de uma facção odiosa, as aspirações de ordem, de grandeza e de prosperidade da terra sagrada da Pátria!

Por estas palavras se poderá avaliar do ânimo e dos intentos com que o jornal renascia para a vida política de afirmação e combate.

Neste período em que se reacendia a batalha jornalística, depois dos destroços a que ficaram reduzidas as hostes monárquicas, iam-se agregando os que tinham escapado às prisões e ao degrêdo, os julgados por sentença e os fugidos à justiça da República.

Vinham juntar-se os sacrificados, os desiludidos de ontem e os que no coração e na inteligência, viam clarear de novo a flama da redenção nacional.

A crescer, a ondular pelo País todo, espargida de sangue e de lágrimas, reverdecia e florescia a seara da nossa Esperança. Com aplauso e protesto, acorriam as adesões ao Integralismo Lusitano. Vinham as cartas das prisões, das oficinas, dos estudantes das escolas superiores e dos liceus. Nos nossos registos inscreviam-se advogados, médicos, professores, artistas, lavradores, comerciantes e empregados. Todos encontravam nas colunas do jornal a palavra que os entusiasmava, ou a razão que os convencia. Os redactores ainda não tinham vinte anos, dos dirigentes havia alguns que não chegavam aos trinta. Era uma ardente cavalaria de juventude, em que os cavaleiros se armavam por sua mão. Prègava-se a cruzada do espírito novo a lutar pelo que se reconhecia serem as verdades permanentes na vida e na história da Nação Portuguesa.

Assistia-se à exaltação das virtudes da coragem e da lealdade, tinha-se por lei de honra, o sacrifício.

Quem passar os olhos pelas páginas da colecção da *Monarquia*, ali surpreenderá as primícias do talento de numerosos rapazes de então, muitos dos quais, pelos seus méritos, vieram a alcançar louros e consagrações bem assinaladas na vida nacional: professores, engenheiros, advogados, médicos e sacerdotes.

Alguns também perderam a fé e a esperança, outros desertaram, poucos se venderam. São as lições de todos os tempos...

O nosso diário e os semanários que começaram a segui-lo, tornavam-se fiéis espelhos de coragem e de audácia, de nobreza e de sacrifício de duas gerações. Com o tempo, revelaram-se também ambições em peitos onde se apregoava desinterêsse, vaidades em quem professava modéstia, fraqueza e pusilanimidade na acção de antigos apologistas do valor moral e do heroísmo. Se o movimento de idéias era uma escola, não lhe faltaria o laboratório em que as reacções se operavam.

E como neste mundo nada se perde, os próprios enganos e desilusões serviam para esclarecer o conhecimento e documentar a experiência do que é humano...

Sôbre os poucos rapazes que haviam tido o destino de iniciadores, iria pesar a responsabilidade dos intentos da maior transformação do pensamento político-social de um século inteiro. Ao ano de 1817 corresponderá 1917; 1820 desmentia-se em 1920. Desmentia-se pela razão política, correspondia-se pelo sacrifício da liberdade e do sangue. Aquêles combatentes de há um século, ainda gozaram as delícias e proveitos do triunfo; dêstes de ontem, uns foram morrendo no caminho, outros vão

cumprindo o destino de exilados, e sem nunca fecharem os olhos aos alvores de melhor vida nacional, talvez levem o sonho para além da morte...

Nestes meses, tornava-se necessário confortar e socorrer milhares de presos, acompanhar e reanimar os que iam sendo julgados pelos tribunais militares, em que se perdia o pão, em que se arrancavam os galões a muitos, depois de condenados ao cárcere, à Penitenciária, ou ao degrêdo para as Províncias Ultramarinas.

Ia crescendo o rol dos sacrificados, mortos na peleja, feridos nos hospitais, presos, exilados, condenados, demitidos e perseguidos, oferecendo por então a Terra de Portugal o mais movimentado e rubro diorama de discórdia civil.

Ao mesmo tempo, era preciso verberar as prepotências do vencedor, revelar e acusar escândalos, contrastando pelos ditames dos princípios da Razão e da Ética Política, a lição dos factos de que éramos testemunhas e vítimas, e procurando, através de tudo, a vitória moral para os vencidos.

Estabelecia-se para a *Monarquia* e para os jornais *Vanguarda* (socialista) e *Batalha* (comunista) um especial regime de *revista prévia* pela polícia. Então ainda repugnava o emprêgo da palavra *censura* à imprensa, pois que a liberdade na Constituïção fôra solenemente inscrita e a respectiva lei com firmeza a assegurava. A subtil manobra era esta: um guarda de polícia esperava à porta da oficina a saída do jornal; comprava um exemplar e em corrida ofegante, ia levá-lo a quem lhe tinha mandado fazer tal diligência. Lido o periódico, entre cintilações de sabres e murros na

secretária, telefonava-se para as esquadras a ordenar a apreensão. E começava a perseguidora corrida atrás dos vendedores, por praças e ruas desta ínclita cidade.

Muitos garotos escondiam a gazeta para a vender clandestinamente à freguesia, outros eram agarrados e espancados pelos agentes da Autoridade, que os obrigavam a abandonar os maços e a desistir dos lucros de tão fatídico periódico. O jornal era depois queimado no Rossio, em gloriosas fogueiras, com grande gáudio da canalha política. Das suas cinzas quentes sempre se erguiam chamas maiores.

E todo êste esfôrço humano e deshumano se desenvolvia, só para manter a ficção da liberdade de imprensa, um dos dogmas da Democracia que nos desgovernava com descarado ludíbrio.

UM CASO TÉTRICO

Nos princípios de Março de 1920, começou a ressoar nos arraiais republicanos o alarme da intervenção estrangeira em Portugal.

Tratava-se de um engôdo ou estratagema de ambições partidárias a que éramos inteiramente estranhos, a não ser para desmascarar a manobra diante da consciência pública da Nação, como fomos fazendo por intermédio das nossas organizações e pelas referências na *Monarquia* de 10 e 11 daquêle mês.

No dia 12, eram lançados das galarias da Câmara dos Deputados para o hemiciclo em que retoiçava a

ventríloqua soberania do Povo, numerosos exemplares de um manifesto, em que apenas se repetiam frases e transcrições já largamente divulgadas. Tal manifesto foi composto na redacção do jornal de que então eu era director. Embora não tivesse sido elaborado por mim e viesse assinado pela Junta Provincial da Estremadura, constituída por sete membros, e nenhuma indicação ou ordem houvesse dado para lançar tal petróleo às rubras chamas do furor democrático, por diversas razões que não importa conhecer, decidi tomar a exclusiva responsabilidade dêsse papel.

Na escola de leal combate em que o Integralismo Lusitano se fôra criando e expandindo, de todos os actos que dignamente servissem ao seu grande intento nacional, sempre se tomavam as respectivas responsabilidades pessoais. Às vezes, assumia-as o primeiro a quem eram pedidas, e assim as sustentava por outro ou por outros, em prática de habitual solidariedade.

Foi o que naturalmente vim a fazer, sem constrangimento, nem exibição importuna. E não são necessárias outras explicações.

Na edição de *A Monarquia*, de sábado, 13 de Março de 1920, assim era referido êste episódio:

UM CASO TÉTRICO

Ontem à tarde, voaram sôbre as cabeças dos vàdios que costumam reünir-se na feira franca de São-Bento, algumas fôlhas de um manifesto assinado e com indicação do local da sua composição e impressão.

Êsse manifesto era o mesmo brado de protesto que aqui temos lançado contra a República e que vamos reproduzir. Foram presos como autores (?), um jornalista que nada tem com

o caso e um popular dos numerosos populares e estudantes que, no uso de um direito, espalharam pela cidade essa *prosa nefasta.* Como esclarecimento, embora desnecessário, devemos dizer aqui e de uma vez para sempre, que a iniciativa dêste manifesto nenhuma relação tem, nem podia ter, com o facto da prisão do director da *Época* e de um seu colaborador, como torpemente insinua uma gazeta. Não vale confundir o que não é possível confundir. Da redacção do manifesto toma-se nesta casa a devida responsabilidade. Sôbre uma informação tendenciosa do jornal *A Manhã,* segundo a qual os distribuïdores teriam sido pagos, temos a observar que neste agrupamento não há sicários, nem gente de aluguer. Aqui combate-se francamente e lealmente a República, assassina da nação, sem outro prémio que não seja o da honra de cumprirmos o nosso dever de portugueses!

Fica assim o caso inteiramente esclarecido.

Segue o manifesto:

Pela Pátria contra a República!

Pela Nação contra as quadrilhas

POLÍTICA DE TRAIÇÃO!

É preciso que ninguém se iluda!

Quem tem a responsabilidade do alarme da intervenção estrangeira é o govêrno e os seus jornais!

Recordemos algumas provas dessa criminosa orientação republicana:

Palavras do **Sr. Domingos Pereira,** na hora dolorosa de abandonar o poder:

«Conjuro-os a que se unam depressa, por quanto uma crise demorada tornará, talvez, irremediável, a situação da nacionalidade».

Do **Portugal** de 5 do corrente:

«A estas horas já os representantes das potências estrangeiras junto do govêrno português, hão-de ter trocado impressões

entre si e com os governos dos seus países àcêrca da desordenada situação de Portugal. Algumas providências devem estar já tomadas por êles, para o caso de se darem determinadas hipóteses».

Palavras do **actual govêrno** na sua proclamação ao País:

«Portugueses: o govêrno conclama-vos a cerrar fileiras em redor do altar da Pátria em perigo — por vós, por vossos filhos, pelo vosso interêsse, pela integridade nacional».

Da **Capital** de 7 do corrente:

«Estamos a dois passos do abismo. Se não houver juízo e coragem para carrilar o que cá por dentro anda fora do caminho, ficamos à mercê duma intervenção estrangeira. Ninguém se iluda. O facto de os aliados não intervirem nos negócios da Rússia, não quer dizer que aconteça aqui o mesmo. À Rússia não vão fazer a intervenção armada naquele enorme país; custaria muitos milhões, despesa com que os aliados, empobrecidos pela guerra, não querem sobrecarregar os seus orçamentos. Mas aqui virão logo aos primeiros sinais de desordem. Ninguém tenha a êsse respeito a menor ilusão».

Do **Mundo** de 8 do corrente:

«Fala-se muito numa reünião de carácter diplomático a que é preciso, em verdade, ligar a maior importância».

Na **Monarquia**, em 9 do corrente, escrevia-se:

A INTERVENÇÃO

«Falou-se muito da intervenção estrangeira nos últimos dias, sem que um único jornal republicano erguesse a voz mais do que para fazer insinuações. Pois, meus amigos, se ela se efectuar, hão-de ser os integralistas quem há-de defender a dignidade nacional. Seremos esmagados, não faremos uma Aljubarrota, mas teremos uma Ponte de Alcântara. Alguém dirá: Entrais em Portugal, mas tendes Portugal a tomar-vos o passo».

Em 11 do corrente, declarando-se bem informada, noticiava **A Monarquia:**

POLÍTICA DE TRAIÇÃO!

Ecoa nos arraiais republicanos o brado de apêlo à intervenção estrangeira. Farçantes! Sem dignidade nem competência para resolver os mais graves problemas nacionais, dispõem-se a preparar a opinião pública para o choque de qualquer grande catástrofe, como seria a venda de uma colónia ou nova hipoteca sôbre o património nacional.

Podemos garantir que não houve qualquer nota, ou reünião diplomática, nem qualquer ameaça de intervenção estrangeira!

O que há é o jôgo criminoso dos aventureiros políticos que não hesitam em sacrificar às suas ambições os maiores escrúpulos da honra de Portugal. Se essa desgraça se desse, ou quando essa desgraça se der, antes de nos voltarmos contra o tirano do exterior, nós saberemos pedir contas aos cabecilhas da República, aos réus da morte nacional!

Só ontem, depois de *A Monarquia* o ter feito, o govêrno da república publicou uma nota oficiosa, desmentindo os anunciados propósitos da intervenção estrangeira. Foi *A Monarquia*, o jornal da mais intransigente oposição ao govêrno, que se ante-

cipou a dar ao País o desmentido de uma notícia que tocava profundamente a honra de Portugal!

Um caso dêstes não tem precedentes em parte alguma do mundo!

A quanta vileza leva a ambição do poder, ainda que êle seja, como hoje, um capitólio de lama!

Portugueses! Há um só dever: unir fileiras contra a República traidora e assassina da Nação!

Com a violência e o arbítrio da prisão de dois jornalistas, pretendem desviar dos escândalos diários as atenções do povo, neste regime de incompetência e de corrupção que há dez anos compromete o património e a honra nacional!

São incompetentes para resolver a grave crise nacional a que a República nos conduziu, os homens e os partidos do regime que por uma propaganda criminosa e sem escrúpulos, prepararam a atmosfera social que hoje nos asfixia, e entre êles acima de todos, como o mais responsável, o actual presidente da República!

Para que as classes trabalhadoras vivam e a Nação seja salva, é necessário que os aventureiros políticos da república cedam o lugar aos representantes das profissões, dos municípios e da Nação organizada!

Abaixo a República! Viva a Nação!
Viva a Monarquia!

Lisboa, 12 de Março, de 1920.

A JUNTA PROVINCIAL
DA ESTREMADURA.

O caso não podia ficar por aqui, tão grande era o escândalo e tão alto subiam os rumores por êle provocados.

Prêso um popular de nome Martinho Augusto, como distribuïdor da prosa incendiária no parlamento, confessou nobremente o seu delito, sendo conduzido aos empurrões da polícia para o Govêrno Civil e depois para o Limoeiro.

O que não se compreendia era que prendessem o jornalista da *Época*, Rodrigues Leal, só por ter assistido ao lançamento daquele dinamite na galaria pública em que então se encontrava, no uso do seu direito.

Em sucessivos números da *Monarquia* foi o episódio relembrado, quer para o esclarecer, quer para limitar as responsabilidades do desacato a quem as assumira e pronto estava a responder por elas nos tribunais, ou ainda para protestar contra o arbítrio de prisões sem culpa formada.

Eram locais com títulos pomposos ou acusadores: *Uma arbitrariedade, Um crime nefando, Uma iniqüidade, Continua a violência, Ao Sr. Ministro da Guerra, Um faminto, Cumpra-se a lei*, e outros semelhantes.

Com a edição de áspera e justiceira prosa, comemorativa da triste data de 9 de Abril, interrompia-se a publicação da *Monarquia*, em virtude da inesperada greve dos compositores tipográficos.

COOPERATIVA JORNALÍSTICA

Do dia 9 a 26 de Abril dêste ano, não se publicaram jornais diários em Lisboa, por causa da greve geral dos quadros tipográficos, greve com carácter e exigências de feição bolchevista. Se bem me lembro, apenas se publicava na capital o órgão comunista *A Batalha*. Por acôrdo das diversas emprêsas, editaram-se por então dois diários: *A Imprensa da Noite*, com uma coluna destinada a cada periódico, onde figurava em iguais condições, o seu respectivo título, para os jornais da noite e nêles se incluía *A Monarquia*, e *A Imprensa da Manhã*, destinada aos diários matutinos. Neste regime de económica e forçada camaradagem, iríamos vivendo até 18 de Maio.

Era pequeno o contacto com o nosso público, mas assim não se perdia êle de todo, e também se ganhava pela extensão da doutrina a muitos milhares de leitores que nos eram hostís. Pela nossa coluna na *Imprensa da Noite* e depois na *Imprensa*, órgão da mais imprevista e admirável desafinação, em que se fundiram todos os diários sem tipógrafos — foram passando os principais colaboradores de *A Monarquia*. Em regime semelhante, ainda fomos hóspedes de *A Época* durante alguns dias, dedicando depois os nossos maiores esforços à reorganização dos serviços administrativos e do quadro tipográfico do jornal que só pôde reaparecer em 12 de Julho dêsse ano de 1920.

Neste intervalo, também conseguimos publicar, com

mil dificuldades, em plena greve, o suplemento ao n.º 715 da *Monarquia — SALUS POPULI — O INTEGRALISMO E A QUESTÃO ECONÓMICA,* libelo de terríveis revelações e conclusões, elaborado por José Pequito Rebêlo e subscrito pela Junta Central.

DEMISSÃO SEM PROCESSO

Mas a vigilância dos defensores e a sistemática vingança dos filiados na Maçonaria não desistiam do seu propósito de quebrar os últimos liames que ainda me prendiam à situação legal de funcionário. Era outro o ministro, mais obediente e mais carecido de prestar serviços que o enaltecessem nas assembléias das alfurjas. Fàcilmente agora se prevê o que iria acontecer.

Em 16 de Abril de 1920, publicava o *Diário do Govêrno* o seguinte despacho ministerial:

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

—

REPARTIÇÃO CENTRAL

Por ordem superior se publica o seguinte despacho:

Considerando que o Chefe da 2.ª Repartição da Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial dêste Ministério, José Hipólito Raposo foi afastado do

serviço por se achar incurso no disposto do art.º 2.º do Decreto 5.368 de 8 de Abril de 1919:

Considerando que o mesmo chefe não apresentou no prazo fixado no art.º 6.º do citado Decreto quaisquer documentos que pudessem constituir a sua defesa;

Considerando que o referido chefe como colaborador e director do jornal *A Monarquia* nêle tem publicado repetidas vezes escritos que constituem provocação, conselho e incitamento à indisciplina e o desrespeito das Instituïções, fazendo-o expressamente em seu nome e no dos seus adeptos, portanto em declarações escritas publicamente:

Ordeno que o referido José Hipólito Raposo seja demitido do lugar de Chefe da 2.ª Repartição da Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial, por se achar incurso no disposto em o n.º 3.º e na alínea *b)* do n.º 4.º do art.º 2.º do Decreto 5.368 de 8 de Abril de 1919.

Em 13 de Abril de 1920.

O Ministro do Comércio e Comunicações,
Anibal Lúcio de Azevedo.

Em 10 de Maio de 1920, o paciente *Diário do Govêrno* já inseria o definitivo despacho:

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

REPARTIÇÃO CENTRAL

— Bacharel José Hipólito Raposo, Chefe da 2.ª Repartição da Direcção Geral do Ensino Industrial e Comercial — demitido do referido lugar, por se achar incurso no disposto em o n.º 3.º e na alínea *b)* do n.º 4.º do art.º 2.º do Decreto 5.368, de 8 de Abril de 1919.

Verificava-se o vaticínio do Ministro da Instrução Pública, Dr. J. Pedro Martins, durante a sua amigável e afectuosa advertência: estava perdida a minha difícil carreira de funcionário público.

CRIME COM DUPLICAÇÃO DE FORO

No meio de tôda a balbúrdia que era a vida portuguesa por êsse tempo, não se esquecera a chuva de manifestos no Parlamento, em 12 de Março, verdadeiro atentado contra o pudor da Soberania do Povo.

Para punir tão horrível malvadez, haviam-se instaurado dois processos, um na Boa-Hora, nos têrmos da lei de imprensa em vigor, outro no Tribunal Militar Especial, por se considerar crime praticado contra a segurança do Estado, êsse simples lançamento de umas balas de papel impresso.

Ouvindo os rumores das duas máquinas jurídicas, pela primeira vez na vida teria razão de me envaidecer, pois eram honras demais para tão inofensivo cidadão...

No jornal *A Monarquia*, de 17 de Junho, numa notícia relativa ao meu julgamento, lê-se a seguinte

CERTIDÃO

Alfredo do Nascimento Cipriano Lima, escrivão de direito do 2.º ofício do 2.º Distrito Criminal de Lisboa:

Certifico que em meu poder e cartório, existem uns autos de processo ordinário pelo crime de abuso

de liberdade de imprensa, em que são autor o Ministério Público e réu José Hipólito Raposo, redactor do jornal *A Monarquia*, consistindo aquêle crime em ter publicado no referido jornal de treze de Março último e cujo jornal tem o número seiscentos e noventa-e-quatro, o manifesto que tem o seguinte título: — «**Pela Pátria contra a República — Pela Nação contra as quadrilhas — Política de traição.**»

Começando assim: *É preciso que ninguém se iluda!* Terminando pela seguinte forma: *Abaixo a República! Viva a Nação! Viva a Monarquia! Lisboa, doze de Março de mil novecentos e vinte. A Junta Provincial da Estremadura.* É o que me cumpre certificar em face dos autos a pedido do próprio réu José Hipólito Raposo que assumiu a responsabilidade da publicação do dito manifesto, bem como do artigo que o precede sob o título: **Um caso tétrico.**

Lisboa, quinze de Julho de mil novecentos e vinte. Eu Alfredo do Nascimento Cipriano Lima, escrivão, a subscrevi e assino. a) *Alfredo do Nascimento Cipriano Lima.*

Mas contra esta duplicação de processo e de foro que ia sujeitar um réu a dois julgamentos pelo mesmo delito, os órgãos mais inspirados nos *sagrados princípios* da liberdade de opinião, mantinham-se em cómodo silêncio. Era a primeira vez que um jornalista, por simples delito de imprensa, ia responder em conselho de guerra. Espero que jamais me esbulhem de tal honra...

Contra essa violência, apenas se registaram os protestos dos diários *A Época, O Tempo, A Batalha* e *A Pátria* de 19 de Julho que na secção *Ordem do Dia* publicava a seguinte local:

Amanhã deve responder, no Tribunal Militar, o director de *A Monarquia*, o nosso presado colega Dr. Hipólito Raposo, como

autor dum manifesto que alguém foi atirar das galarias da Câmara, para o meio dos deputados.

Porque é remetido à jurisdição militar um jornalista que se encontra processado pelo mesmo facto, no Tribunal da Boa-Hora?

Não compreendemos ou, o que é mais — não julgamos fácil que se torne compreensível.

A aplicar-se um tal arbítrio aos pseudo-crimes da imprensa, será vulgar cometer violências que acabem por liquidar um dos direitos essenciais das democracias.

O Dr. Hipólito Raposo milita num campo que não é o nosso, defende idéias e princípios que êle entende dignos da sua fé de português. Há uma coisa, porém, em que nos encontramos plenamente de acôrdo — a necessidade de manter o jornalismo numa situação jurídica definida e não expô-lo aos contratempos e desvairos das más paixões que tanto perturbam o juízo de magistrados impressionáveis.

Uma coisa é a lei de imprensa, outra o decreto de 30 de Abril de 1912. Não se confundam os dois diplomas legais, porque êste último aplica-se a conspiradores e aquêle ao jornalismo.

E sendo assim, como é incontestável, para que submetem o Dr. Hipólito Raposo a um tribunal que é incompetente em razão da matéria?

Seria da mais alta conveniência que casos dêstes se não repetissem, tanto mais que o regime não tem necessidade alguma de se embaraçar em meadas tão confusas.

A lei deve ser respeitada, aliás passaremos a viver na suspeição de que não há garantias para a nossa liberdade, mas sim *guet-apens* permanente para a nossa estulta credulidade.

No dia seguinte, 20 de Julho, pelas 11 horas da manhã, apresentava-me voluntàriamente para responder como réu, no Tribunal Militar de Santa Clara.

Para dar à narrativa da audiência todo o carácter de verdade e de imparcialidade, reproduz-se integralmente a reportagem do diário republicano *A Pátria*, de 21 de Julho.

Cada leitor *julgue* êste julgamento, como entender, por bem ou por mal:

EM SANTA CLARA

No Tribunal Militar Especial foi ontem condenado um jornalista

ao abrigo da lei de imprensa

O julgamento do Dr. Hipólito Raposo — A estreia do Dr. Afonso Lopes Vieira como advogado

Afim de julgar o Sr. Dr. José Hipólito Raposo, director de *A Monarquia*, por delito de imprensa; Martinho Augusto e Martinho dos Santos, por distribuirem manifestos integralistas, reüniu ontem em Santa Clara o Tribunal Militar Especial. Abriu a audiência ao meio-dia e um quarto, sob a presidência do general Sr. Encarnação Ribeiro. A assistência é numerosa, vendo-se muitas senhoras nas bancadas da frente.

O Sr. Dr. Afonso Lopes Vieira, defensor do Sr. Hipólito Raposo, que faz a sua estreia como advogado, pede que sejam inquiridas algumas testemunhas de defesa que não puderam ser citadas e se encontram presentes.

O Sr. Presidente — Não ouço o que V. Ex.ª diz.

O Sr. Dr. Lopes Vieira repete. Deferido.

O Secretário do Tribunal procede à leitura do libelo acusatório. Martinho dos Santos, solteiro, vendedor de jornais, é acusado de ter distribuído no Rossio manifestos integralistas. Martinho Augusto, ajudante de cozinheiro do Asilo Maria Pia, é acusado de ter lançado êsses manifestos na Câmara dos Deputados, durante uma sessão. O Sr. Hipólito Raposo, segundo se infere do libelo, é considerado o autor do manifesto, que começava por estas palavras: «Pela Pátria — Contra a República». O Juiz auditor, Sr. Dr. Rodrigues Esculcas, interroga em seguida os acusados.

Àcêrca do primeiro, alega o seu defensor oficioso a menoridade, o ter procedido sem intenção criminosa e sem culpa e mais algumas atenuantes. Martinho dos Santos confessa que distribuíu os manifestos, mas, como não sabe ler, ignorava a sua culpabilidade.

Martinho Augusto, 22 anos, nunca esteve prêso. Alega o Sr. Dr. Alçada Padez, seu defensor, o seguinte: Confessa que é monárquico e que lançou no Parlamento manifestos iguais ao que se encontra nos autos, convencido de que realizava um gesto patriótico, pois, no seu entender, a nação estava em perigo. Quando muito, poderá haver nesse manifesto um abuso de liberdade da imprensa. Alega também a prisão preventiva, o bom comportamento, etc..

As declarações do Sr. Dr. Hipólito Raposo

É interrogado o Sr. Dr. José Hipólito Raposo, natural de São-Vicente da Beira, 35 anos, solteiro, advogado. Em sua defesa, o Sr. Dr. Lopes Vieira lê a contestação:

1.º Confessa o facto de que é acusado, nos têrmos das declarações que constam dos autos;

2.º Tratando-se dum abuso de liberdade de imprensa, devia ser sujeito a julgamento especial, conforme estipula a legislação em vigor.

O Sr. Dr. Hipólito Raposo assume a inteira responsabilidade do manifesto e acrescenta:

—Na minha consciência de português e de patriota, não me julgo criminoso perante êste tribunal (1).

---

(1) Embora interrompido pelos membros do júri militar, com a sala em confusão, o acusado foi dizendo, segundo a reportagem de *A Monarquia* de 21 de Julho:

«1.º — Que em minha consciência de português, não me considero criminoso diante dêste tribunal;

2.º — Que mantenho plenamente e firmemente as declarações por mim feitas nos autos em que tomei a responsabilidade da autoria do manifesto;

3.º — Que, como advogado e jornalista, protesto perante o País contra a violência que me obriga a ser julgado num Tribunal Militar por um delito de imprensa, quando já estava processado pelo mesmo facto no foro criminal competente».

Entre o Juiz auditor e o acusado trocam-se algumas palavras rápidas.

—É ou não autor do manifesto?

—Sou o responsável.

—Perdão. Desejo saber se é o autor...

—Pois bem, serei o autor...

—E mandou imprimir êsse manifesto?

—Sim, senhor.

Depõem em seguida as testemunhas de acusação, José da Silva Bernardo, guarda cívico, andava em serviço de vigilância na área da sua esquadra, quando surpreendeu o acusado Martinho dos Santos a distribuir os manifestos, *à sucapa*, à medida que vendia jornais. Viu, compreendeu do que se tratava, apreendeu os manifestos e capturou o Martinho. Conduzido ao pôsto do Teatro Nacional, foi ali interrogado.

«—Quem lhe entregou os manifestos?

«—Um indivíduo que não conheço e me ofereceu dinheiro.»

Manuel Correia de Andrade, polícia, acompanhava o seu colega na ronda da noite e foi participar o facto ao seu chefe, que por sua vez, consultou o oficial de serviço. Êste é que ordenou a prisão.

José André, polícia, estava de sentinela à porta do Nacional e confirma as declarações dos seus colegas.

O depoïmento do Sr. Capitão Sousa Dias

O Capitão Sr. Sousa Dias, testemunha de acusação, era o comandante da guarda ao Congresso no dia 12 de Março. O falecido Chefe do Govêrno, Sr. Coronel Baptista, deu-lhe ordem para prender o autor do lançamento de manifestos na sala das sessões da Câmara dos Deputados. Cumpriu essa ordem e interrogou o prêso Martinho Augusto, que confessou ter recebido os manifestos na redacção da *Monarquia*, sendo-lhes entregues «por um indivíduo de nome Raposo». Depõem ainda as testemunhas Manuel da Fonseca, que estava de serviço na galaria do Parlamento quando viu lançar os manifestos — durante um discurso do Sr. Dr. Bernardino Machado; José António de Figueiredo, agente da polícia de segurança, assistiu ao interrogatório do Sr. Hipólito

Raposo e diz que o director da *Monarquia* declarou assumir a inteira responsabilidade dos manifestos, que eram assinados pela Junta Provincial da Estremadura.

O Sr. Dr. Lopes Vieira — Assim é que é.

Manuel Carmindo Pereira, agente de segurança, diz que o Sr. Hipólito Raposo declarou ser um dos membros da Junta da Estremadura.

O Sr. Dr. Lopes Vieira — Não! não! Julgo que a testemunha responde com sinceridade, mas talvez com falta de memória. Ouviu dizer que o Sr. Hipólito Raposo fazia parte da Junta?

A testemunha — Sim, senhor. Perfeitamente.

O Sr. Dr. Lopes Vieira — Deve ser uma confusão da sua memória...

A testemunha — Peço desculpa. Não é.

A testemunha quere dar explicações, mas o Sr. Dr. Lopes Vieira interrompe-a para dizer que o Sr. Hipólito Raposo não faz parte da Junta Provincial da Estremadura.

O Sr. Dr. Lopes Vieira (para a testemunha) — Não esteja triste...

A testemunha — Peço licença para falar.

O Sr. Dr. Lopes Vieira continua nas suas considerações e diz que o único detalhe importante que aparece no processo é êste: o acusado assume inteira responsabilidade, mas não é o autor do manifesto.

A testemunha mantém as suas declarações. O Sr. Dr. Lopes Vieira continua a defesa do seu ponto de vista. Dá-nos a impressão de que está a falar para os representantes da imprensa e não para o júri, que presta a máxima atenção às suas palavras.

O Sr. Presidente (para o defensor) — Deixe que a testemunha diga em liberdade o que está a dizer...

O Sr. Dr. Lopes Vieira — Pois não...

A instâncias do Sr. Coronel Salgueiro, presidente do júri, a testemunha contradiz-se. São lidos os depoïmentos das testemunhas que faltaram e, em seguida, interrogadas as de defesa.

O celebre Hipolito Raposo e os seus cumplices confessam os repugnantes crimes de que eram acusados
(De O MUNDO, de 21-VII-920).

Depõem os Srs. Drs. Joaquim Manso, José de Ataíde e Trindade Coelho

O Sr. Dr. Joaquim Manso, advogado e jornalista, conhece Hipólito Raposo há muito tempo e reputa-o um perfeito homem de bem. Como jornalista, entende que não cometeu crime algum.

O Sr. Dr. José de Ataíde declara que o acusado é um grande e indefectível patriota. Se todos os republicanos fôssem tão patriotas e tão inteligentes como Hipólito Raposo, a República estaria mais radicada no coração do povo.

O Sr. Dr. Trindade Coelho, advogado e jornalista *intermitentemente*, segundo declara, conhece desde Coimbra o Sr. Dr. Hipólito Raposo, seu camarada de escola e de letras, ambos duma geração que, mal chegada às realidades da vida, imediatamente se dividiu, ocupando logo postos extremos de combate político. Que os campos diferentes onde ambos se mantêm, nem por um momento quebraram uma velha amizade e que sempre admirou e reconhecen no Sr. Dr. Hipólito Raposo um homem de princípios e de honra. Só os facciosos e, portanto, os inferiores, são intolerantes. Se a liberdade é um direito, a tolerância é um dever. Relativamente ao julgamento, vê nêle a biografia de um homem e de uma situação. Na verdade, o Sr. Dr. Hipólito Raposo assumira espontaneamente, com uma isenção e uma lealdade que só o honravam, as responsabilidades do manifesto da Junta da Estremadura, isto para poupar camaradas seus ao duplo incómodo de dois julgamentos no Tribunal de Santa-Clara e na Boa-Hora.

Que, como republicano, em nome de princípios que intransigentemente mantém e manterá, nem podia compreender que um jornalista, por um crime de imprensa, respondesse perante um tribunal de excepção, nem, finalmente, podia admitir tribunais de excepção. Não os admite por princípios doutrinários nem os admite por motivos particulares que liga aos acontecimentos políticos de 1907, de triste memória para êle, depoente.

A imprensa deve ser uma tribuna sagrada. Rui Barbosa reconheceu que ela devia estar em tôda a parte. Dignificar a

imprensa e fazer dela o órgão da opinião pública seria muito proveitoso.

Quando o Sr. Dr. Trindade Coelho terminou, alguém atreveu-se a dizer alto:

— Que lindo depoimento!

Os debates — O discurso do Sr. Dr. Lopes Vieira

Em seguida, tem a palavra o promotor de justiça, sr. coronel Garcia. Narra, em poucas palavras, como se passaram os factos constantes do libelo acusatório. Foi-lhe muito grato ouvir a defesa das testemunhas do Sr. Dr. Hipólito Raposo e pede, finalmente, a condenação dos acusados. Falaram ainda os srs. coronel Maia, defensor oficioso de Martinho dos Santos, e Dr. Alçada Padez, advogado de Martinho Augusto, que deduz a incompetência do tribunal para julgar em razão da matéria.

O Sr. Presidente — Peço-lhe para não continuar nesse tom.

O Sr. Juiz auditor — Trata-se dum processo especial.

O Sr. Dr. Alçada Padez termina assim o seu discurso: «Deus queira que dentro em breve, se nós todos não tivermos muito juízo, outro grupo da minha geração venha afirmar não «pela Pátria — contra a República», mas «pela Pátria — contra a Internacional».

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Dr. Lopes Vieira.

Silêncio. Nota-se interêsse entre a assistência.

O Sr. Dr. Lopes Vieira, em voz baixa, pálido, compassado, meticuloso, vai ser muito breve e o mais calmo possível, porque não deseja brilhar vaidosamente, nem é um orador. É um exemplar raro de português, que nunca entrou num centro político.

«O que se vai julgar é uma parte da consciência nacional, que o Sr. Dr. Hipólito Raposo aqui representa. O caso encerra uma qualidade bastante rara e muito alta de beleza moral para que se tenha imposto a todos nós. Quanto à competência do tribunal, visto que ao Sr. Presidente não agrada falar...

O Sr. Presidente — Peço-lhe o favor de não se referir, nesta audiência, à competência do tribunal.

O Sr. Dr. Lopes Vieira — V. Ex.ª deixe-me dizer-lhe apenas isto: eu e o meu constituinte temos prazer que esta causa tenha

sido trazida aqui. Por um motivo estético, decorativo, pois que êste tribunal é muito mais artístico do que a Boa-Hora, que deixa muito a desejar.

«A defesa não quere explorar a falta de provas. Visto que o Sr. Hipólito Raposo assumiu e assume a responsabilidade do manifesto incriminado, o processo baseia-se sôbre essa confissão. Êste «panache» que nós tomamos não por bravata ridícula, mas por honra de consciência, deve ser simpático ao júri. Espectáculo consolador para quem o vê, espectáculo muito raro!»

O Sr. Dr. Lopes Vieira aconselha um movimento nacional

Nega absolutamente que o intuito do seu constituinte fôsse o incitamento à rebelião, e acrescenta: «Nós todos estamos fartos desta palavra infecta: *rebelião*. O Sr. Dr. Hipólito Raposo quere um grande movimento nacional em que todos hão-de colaborar, revolução, movimento-ritmo que se há-de acender nas almas, quando o abismo estiver mais perto do que já está. O Sr. Hipólito Raposo tem um ponto de vista nacional e não mexicano» (1).

O Sr. Dr. Lopes Vieira não é profissional do fôro, não sabe nada de leis e confessa que o manifesto é uma atitude literária, poética e mantém o seu ar de platonismo perfeito. De resto, os papéis em Portugal não têm importância. A propósito, evoca o gesto de Gabriel d'Annunzio e fala da Itália em palavras cheias de poesia e de mistério. Recorda que uma vez Fialho de Almeida lhe disse:

— «Um jornal da minha terra deu a seguinte notícia, no «carnet» mundano: Partiu para Lisboa o razoável escritor Fialho de Almeida.»

---

(1) Para completar, quanto possível, esta passagem do discurso de Afonso Lopes Vieira, transcreve-se da reportagem do *Diário de Notícias:*

«— O que se pretende é um movimento nacional, de norte a sul, em que V. Ex.as terão de cooperar, quando o País estiver mais próximo do abismo do que já está, exclama. Pretende-se fazer um movimento patriótico para uma situação que fique tão longe do que está, como do que estava em 1910.»

E para terminar:

«Trata-se dum caso de cavalaria andante, transportado para êste nosso tempo prosaico. Se o Sr. Hipólito Raposo se adaptasse à situação política, estaria a estas horas em Paris, gozando o pó de arroz do *boulevard*, tôdas as delícias da civilização.»

Está convencido de que o júri vai absolver o seu constituinte, e, dirigindo-se aos Srs. Jurados, termina:

— V. Ex.as, que gostam de praticar a elegância moral, vão, concerteza, absolver o Sr. Dr. Hipólito Raposo.

O Sr. Presidente — Têm mais alguma coisa que alegar em sua defesa?

O Sr. Dr. Hipólito Raposo declara que uma das testemunhas, oficial do Exército (1), concordou dòcilmente com as palavras do Sr. Promotor de Justiça... Assim como tomou a responsabilidade da autoria do manifesto, se o tivesse mandado ao Parlamento, também assumiria essa responsabilidade.

A audiência é interrompida às 14,45. Duas horas depois, era proferida a sentença. O acusado Martinho dos Santos foi absolvido; Martinho Augusto, condenado em dois meses de prisão correccional, levando-se-lhe em conta a prisão preventiva, e o Sr. Dr. Hipólito Raposo, condenado em três meses de prisão correccional. O advogado, Dr. Lopes Vieira, recorreu da sentença.

A minha memória completa esta reportagem e recorda algumas íntimas reflexões:

Para ler a sentença em nome da República, vinha aprumar-se pesadamente o tribunal e caíam os lápis no chão. Levanta-se a assistência. A uma ordem trovejante, levantam-se os réus. Desembaïnhavam-se com ruído as espadas, para obedecer ao regulamento.

Nunca tinha visto tantas fardas novas e inúteis, nem tantas espadas sem raio de sol de batalha.

---

(1) As palavras foram estas: *uma das testemunhas que trazia farda de oficial do Exército.* — É conveniente registar a diferença...

Que faziam ou teriam feito no mundo tão reluzentes e empalhados volumes de generais e coronéis?

Diante dos olhos da alma, via apenas fantasmas de comandantes com espadas de circo, os míseros servos de um poder fraudulento e nefasto.

Palhaços e perjuros!

No multiforme dissídio de guerra civil em que tantos vínhamos batalhando, o direito de acusar e julgar era meu, era nosso...

Mas êstes juízes da mentira voltariam para casa com as suas medalhas, e eu para um presídio militar com a satisfação de honra ganhada. Seria muita? Seria pouca? Era a que podia ter...

Com o sôldo mais assegurado, êsse júri iria adormecer em sossêgo, depois de boa digestão; eu continuaria a velar com permanente inquietação de alma, procurando sempre ter razão na defesa de melhores destinos da Pátria.

A missão deles será mais compreendida, e, por isso, gloriosa; a minha há-de parecer ao público a obsessão de um louco e terá de sumir-se no futuro em humilde obscuridade.

Razão, razão política nacional!... Quem a verá justificada e vingada algum dia!

Portugal, oh! Portugal, capitão de heróicas honras e altos brios: quando quebrarás as algemas dêstes erros triunfantes, para voltares a ser senhor de ti mesmo?

Após as saüdações de amigos e assistentes, diz alguém:

— Já são horas.

— Então vamos lá para a cadeia...

À saída do palácio do Tribunal, o co-réu Martinho

Augusto, que era restituído à liberdade, resolutamente voltou para mim o seu rosto moreno e com os olhos úmidos de lágrimas, abraçou-me para dizer:

— Ah! Sr. Doutor! Para o senhor ficar livre e poder escrever no jornal, ia eu outros três meses para o Limoeiro!

Por êste processo e condenação, já eu recebia dois bons prémios, a defesa do advogado-estreante Afonso Lopes Vieira, leal companheiro de luta, que por mim perdia a sua primeira causa, e êste impulso, exemplar dedicação de um popular humilde, a oferecer a sua prisão em troca da minha liberdade.

Conforme a guia do Tribunal, tinha de me apresentar nessa mesma tarde no Ministério da Guerra, para me ser dado destino.

Fazia muito calor, o do sol e o da viva indignação contra o julgamento. Era necessário respirar e gozar um pouco mais de ar livre, antes de entrar na prisão.

E onde era? Onde seria ela?...

PRÊSO COM HOMENAGEM

Acompanhado então pelo 1.º sargento de engenharia que me custodiava, formou-se grupo com os advogados Lopes Vieira e Alçada Padez, com José Pequito Rebêlo e outros amigos, indo todos dali a uma pequena leitaria

para tomar em sossêgo um desejado e bem merecido refresco.

Nesta intimidade de companheiros, o vigoroso rapaz que era o meu captor, não pôde mais conter o protesto por aquela indevida condenação.

E voltando-se para mim com ar sério, de fiel compromisso, diz-me com a mais serena decisão:

— O Sr. Dr. não quere fugir? Vai para Espanha ou para onde quiser! É uma vergonha, o que esta malta acaba de lhe fazer!

— Muito agradecido, meu caro amigo. O exílio seria por tempo indeterminado, e três meses passam-se depressa. No fim da prisão, terei muito que trabalhar em Lisboa e no País. Ficará para a outra vez...

Os meus amigos assistiam calados a êste curto diálogo, estimando que ao desfecho de uma aventura não se seguisse logo outra, de piores conseqüências.

Se tivesse aceitado aquela espontânea proposta de libertação, qual teria sido o destino daquele jovem militar? Talvez que a cena portuguesa tivesse perdido para sempre um artista que tantas vezes temos aplaudido no Teatro de D. Maria II...

...Pois, aqui para nós, fiquem-no agora sabendo, o sargento que me trazia sob prisão da sala do conselho de guerra, e ali queria dar-me fuga, era um irrequieto moço de vinte anos que veio a tornar-se o distinto actor Raúl de Carvalho. Guardem segrêdo, façam favor...

E assim verificava que, pela minha recente condenação, recebia ainda terceiro prémio, igualmente valioso e compensador.

Passados aquêles momentos, seguiamos para o Ministério da Guerra, e da Repartição do Gabinete me mandaram apresentar no Quartel General da 1.ª Divisão aonde chegávamos já de noite. Então me notificaram que ficava *prêso com homenagem*, aguardando o resultado do recurso da sentença que me condenara. Esta espécie de prisão importava a proïbição de sair de Lisboa e a obrigatória apresentação em qualquer dia.

A decisão do júri provocara animado e confuso movimento de excitação, não só nas pessoas que enchiam a sala durante o julgamento, mas também nos adversários do novo govêrno, presidido por António Granjo.

No protesto contra uma violência que hoje, na ditosa época dos totalitarismos, até parecerá infantil, manifestaram-se jornais, organismos políticos, pessoas dos mais diversos partidos, depois de conhecerem o relato da audiência, com a respectiva reportagem fotográfica.

Mas não quero deixar de arquivar a conceituosa notícia dêste acontecimento, publicada no jornal *O Mundo*, de 21 de Julho de 1920, 2.ª pág., 3.ª col.ª. É como segue:

TRIBUNAL MILITAR ESPECIAL

Condenação do célebre Hipólito Raposo e de mais três dos seus cúmplices

Responderam ontem neste tribunal Hipólito Raposo, Martinho Augusto e Martinho dos Santos, acusados, o primeiro de publicar e mandar distribuir um ignóbil pasquim intitulado «Pela Pátria contra a República»; o segundo, de ter lançado das galarias do Congresso para o hemicíclo, uma porção dos referidos pasquins no dia 13 de Março, e o terceiro de os ter distribuído pelas ruas de Lisboa.

A defesa estava confiada respectivamente, aos Srs. Drs. Afonso Lopes Vieira e Alçada Padez e ao coronel defensor oficioso do tribunal. Os réus confessaram os repugnantes crimes de que eram acusados, dizendo que entregavam a sua defesa aos seus defensores. Inquiridas as testemunhas de acusação e de defesa, e pronunciados os discursos de defesa, foi lida a sentença às 16 horas que condenou o Hipólito Raposo em três meses de prisão correccional, Martinho Augusto em 2 meses, levando-se-lhe em conta a prisão sofrida e o Martinho dos Santos absolvido.

O advogado Lopes Vieira recorreu da sentença.

Ao ler esta consagração de que poucos adversários da República poderão gloriar-se, esfreguei os olhos para ver bem, não fôssem de tamanhas honras despojados, por equívoco, o Pé de Cera, o Mota Careca, o Pintor ou algum dos mais preclaros correligionários do escriba da gazeta, que não fizesse cerimónia com a Moral no assassínio de uma velha para a roubar.

Mais uma vez, o órgão da verdadeira República se mantinha na devida altura dos seus créditos...

Enfim, se tal tratamento não era gracejo, mas habitual expressão de sinceridade, também é certo nem tudo ser podridão e protérvia na lezíria republicana por onde tantos quadrúpedes pastavam e orneavam com furor, mas onde também se encontravam, por engano, muitos homens honrados.

Dois dias depois do julgamento, a 22 de Julho, na secção *Ordem do Dia* do jornal *A Pátria,* dirigido por Nuno Simões, podiam ler-se os seguintes períodos de nobre e desassombrada independência, que julgo dever atribuir a Henrique Trindade Coelho:

Nós sofremos ainda mais com certos actos dos governos do que com os excessos de linguagem dos jornais. A revolução não se fará com palavras, mas pode surgir dos desacertos do poder. A imprensa, mesmo cometendo os seus pseudo-crimes, merece atenções e desvelos, porque é, graças a ela, que se evitam os grandes desvarios da opinião, pôsto que haja quem creia o contrário.

O que acaba de se dar com o director de *A Monarquia,* o Dr. Hipólito Raposo, que foi submetido ao julgamento do tribunal militar, quando o deveria ser ao do tribunal civil, é duma injustiça revoltante. Escrevendo um manifesto que alguém atirou das galarias da Câmara, para uma reünião do Congresso da República, quis desafrontar simplesmente os monárquicos do labéu de traidores.

Poderá êste gesto ser considerado de conspiração, aplicando-se-lhe o decreto de 30 de Abril de 1912?

O Sr. Presidente do Ministério, que é um jurisconsulto e distinto, terminantemente dirá que não, estamos certo disso.

Nós que não partilhamos as idéias do Dr. Hipólito Raposo, que aliás muito prezamos e admiramos, como jornalista e na defesa das garantias jurídicas da classe, protestamos contra o procedimento de que foi vítima.

Servindo de título o meu nome, noticiava *A Capital*, de 23 de Julho, 1.ª pág., 3.ª col.ª:

Ao Sr. Dr. Hipólito Raposo, que últimamente foi condenado a três meses de prisão por autoria de um manifesto contra as instituïções, foi concedida homenagem, aguardando o resultado do recurso da sentença que o condenou.

Mas, como tanta honra de publicidade pudesse parecer suspeita, já forçada a pronunciar-se em tal emergência e àcêrca das perseguições do govêrno a alguns jornais, a mesma gazeta viria dar a entender que tinha sido muito bem condenado em conselho de guerra por delito de opinião, um jornalista monárquico. E para cohonestar a sua atitude, insustentável em face das leis então em vigor, utilizou o expediente de confundir os têrmos do processo, omitindo a essencial razão de um protesto tão generalizado.

Com tal ciência e consciência, em artigo de fundo intitulado *Responsabilidades*, assim dizia o mesmo diário *A Capital*, em 28 de Julho:

. . . . . .

Não podem os governos da República ser acusados de terem praticado excessos neste capítulo.

Ainda há pouco tempo, por se ter confessado autor dos manifestos contra as instituïções que foram lançados das galarias sôbre a sala da Câmara dos Deputados e de mandante dêsse acto, foi condenado a três meses de prisão o director da *Monarquia*, Sr. Dr. Hipólito Raposo, pessoa muito estimável, correcta, inteligente e ilustrada. Em tôrno dessa condenação fêz-se muita bulha, mas sem razão alguma, porque êle próprio confessou o acto e natural é que o ilustre director da *Monarquia* antevisse, quando o praticou, que seria chamado à sua responsabilidade.

Para repor as coisas no seu lugar ou exprimir a verdade nos seus exactos têrmos, algumas razões haveria que repetir e expender para conhecimento do público. Tarefa inútil, talvez.

Mas, ao menos, não se perdia outra ocasião de revelar o absurdo e repudiar a violência da ilegalidade republicana. Por isso é que o mesmo diário *A Capital* publicava em 30 de Julho uma carta minha, com o subtil comentário que lhe foi dispensado:

DENÚNCIA . . . ORA ADEUS!

Recebemos do antigo director do jornal *A Monarquia* a seguinte carta que, excepcionalmente, e por se tratar dum colega, aqui damos à publicidade:

Lisboa, 30 de Julho de 1920. — Ex.mo Sr. Manuel Guimarães, Director da *Capital*. — Lisboa. — Na sua edição de ontem, consagra o seu jornal algumas referências ao acto recente da minha condenação pelo Tribunal Militar de Santa Clara, não para protestar contra ela, como seria da menos exigente correcção profissional, mas para denunciar talvez aos *bons republicanos* a benevolência com que sou tratado, esperando prêso com homenagem, que seja decidido o recurso interposto pelo meu defensor.

Não lhe escrevo para censurar o seu procedimento, nem mesmo para o estranhar, pois cada qual obedece aos ditames da moral que professa e as nossas são com certeza muito diferentes.

Sou obrigado a dirigir-me a V. Ex.ª para lhe fazer notar que não fui o mandante do desacato sacrílego ao seio da representação republicana nem por êsse delito fui julgado, mas sim para finalmente lhe fazer compreender que tomei a responsabilidade da autoria de um manifesto, com indicação do local da impressão e abrangido nos abusos de liberdade de imprensa que o decreto de 28 de Outubro de 1910 prevê e manda punir, no fôro criminal competente.

Tanto assim o entendeu o delegado do Procurador da República que, quando eu compareci perante o Tribunal de

Santa Clara, já havia três meses que estava (e ainda continuo) processado no Tribunal da Boa-Hora.

É contra esta violenta monstruosidade que o seu jornal devia ter protestado e não protestou, consentindo e aplaudindo até que um jornalista, *pelo mesmo delito* seja punido em dois tribunais diferentes.

Quanto à situação em que me encontro, ela é idêntica à que tinha, quando compareci perante o Tribunal de Santa Clara onde *voluntàriamente* me apresentei a assumir as responsabilidades que indevidamente lá me eram pedidas; *nada fiz nem seria capaz de fazer, para que em vez de ser esta, fôsse outra.*

Espero que, tendo-o assim entendido, deixe de subsistir o motivo da sua *denúncia* aos melhores dos seus correligionários.

Quanto aos outros assuntos do artigo, em que até se defende a censura prévia, afastado como estou da direcção e dos trabalhos do meu jornal, não me compete a mim ocupar-me dêles.

Pedindo a publicação desta carta, reservo-me o direito de fazer dela o uso que entender. — *Hipólito Raposo.*

O original foi fiel e escrupulosamente respeitado no seu traslado para aqui. *A Capital* tem uma norma de conduta independente de sugestões estranhas. A sua mira é a justiça e o bem da República sem preocupações de agradar ou desagradar a êste ou àquêle. Os seus processos jornalísticos são isentos de facciosismo. Louvamos todos aquêles que no desempenho das suas funções, se tornam credores dessas referências elogiosas e expomos a nossa opinião desassombradamente, quando julgamos prejudiciais à comunidade os actos de qualquer cidadão, seja quem fôr. Escrevendo há dias um artigo, sob o título «Responsabilidades», citamos a sem razão da bulha feita em tôrno da condenação do antigo director da *Monarquia* por ter assumido a responsabilidade da redacção do manifesto que das galarias foi lançado à sala da câmara dos deputados. Não protestámos contra a condenação, porque (era êsse exactamente o nosso tema) aquêles que cometem qualquer delito político, não têm que estranhar o seu chamamento a responsabilidades.

Era o que sucedia no tempo da monarquia, em cuja vigência muitos republicanos expiaram na cadeia delitos da imprensa,

destacando-se entre êles Heliodoro Salgado, Magalhães Lima, França Borges, João Chagas, etc..

O facto referido na sua carta pelo antigo director da *Monarquia* de ser condenado por um tribunal, estando ao mesmo tempo processado noutro pelo mesmo delito, é evidentemente um absurdo proveniente apenas, por certo, de qualquer equívoco ou confusão de competência que se desfará por si mesmo, não tendo razão o autor da carta para o classificar de violenta monstruosidade e não sendo exacto que nós consentíssemos ou aplaudíssemos que um jornalista, *pelo mesmo delito*, fôsse punido em dois tribunais diferentes.

Não tem, portanto, o nosso procedimento nada que censurar ou estranhar. Como sempre, tratamos o tema do nosso artigo citado, com tôda a correcção e justiça e à luz da nossa moral que o autor da carta acima transcrita acha diferente da sua. É-o, na verdade, porque, se se invertessem os papéis, nós nunca atribuíamos a intuitos de denúncia quaisquer referências que a *Monarquia* fizesse a nosso respeito, muito principalmente quando fôsse fácil provar, como no caso que se debate, que, se denúncia houve, foi feita pela *Monarquia* e não por nós.

No seu número de 23 do corrente lê-se, com efeito, na *Monarquia*, tendo por título o nome do seu antigo director, o seguinte:

O Sr. Dr. Hipólito Raposo, tendo sido enviado do Ministério da Guerra para o Quartel General da 1.ª Divisão, ficou prêso com homenagem, aguardando o resultado do recurso da sentença que o condenou.

Se não desejava, portanto, o autor da carta que a sua situação de homenagem na cidade, fôsse conhecida dos *bons republicanos*, como com sublinhamento irónico lhes chama, deveria começar por impedir que *A Monarquia* desse a notícia. Sempre lhe diremos, porém, que os tais bons republicanos passariam em qualquer tribunal, divino ou humano, por santíssimas criaturas, se os pusessem em confronto com os trauliteiros do Pôrto e alguns dos que estiveram em Monsanto.

A estas reflexões que nada adiantavam sôbre o verdadeiro fundo da questão debatida, ingènuamente ainda

julguei do meu dever mandar novas elucidações em carta particular com que me aprouve findar o incidente. Para documentar mais uma vez as razões que tinha e a correcção com que procurava fazê-las acreditar, devo aqui transcrever essas últimas palavras:

Ex.mo Sr. Manuel Guimarães, director da *Capital:*

Muito agradeço a V. Ex.ª a publicação da carta que há dois dias lhe dirigi e na qual pretendi repor nos seus precisos limites a verdade do meu julgamento em Santa Clara e definir os têrmos da situação provisória em que me encontro e para a qual, boa ou má, mas legítima, em nada concorri.

Nos comentários que as minhas palavras um pouco vivas lhe sugeriram, parece V. Ex.ª dar a entender que o rumor de protesto feito à volta dêste caso se dirige contra a pena que me foi imposta, quando isso não é exacto. Êsse movimento de solidariedade em que me acompanharam até muitos republicanos de todo o País, apenas tendia a protestar contra o meu julgamento num tribunal de guerra por um delito de imprensa, isto é, contra o êrro de direito da incompetência em razão da matéria, segundo a expressão dos códigos.

Não me surpreende a pena que cabe à minha responsabilidade, francamente declarada e livremente assumida; o que fêz levantar o meu protesto no próprio tribunal, foi o facto da existência de outro processo, *pelo mesmo delito* no fôro criminal da Boa-Hora. Aí é que eu deveria ser julgado e condenado, se o facto de que me acusei eu mesmo, o merecesse. Então, de boamente cumpriria a pena que me coubesse, com a naturalidade e o desassombro de quem tem a consciência do que faz e de quem, por feitio e por dever, detesta exibicionismos como aquêles a que fui obrigado no seu e no meu jornal.

Vivo sempre na preocupação de ter razão e creio que ainda aqui estou lutando lealmente por ela. A leveza com que V. Ex.ª apreciou êste caso, muito fora do rigor inteligente e da clareza com que lhe vi apreciar várias questões ainda há pouco, deu-me

uma desilusão a mais, pois V. Ex.ª, certamente por inadvertência, ampliou até a gravidade do meu delito.

Peço-lhe que me desculpe a extensão dêstes esclarecimentos e que os aceite como testemunho de uma consciência honesta que, lutando pelo bem do nosso País, não pode ter outra atitude com adversários políticos, que não seja a da maior intransigência com as idéias contrárias e a do maior respeito pela sinceridade com que sejam defendidos.

Como estas palavras são apenas para V. Ex.ª, desnecessário é dar-lhes publicidade, com o que não teria qualquer prazer ou interêsse o

De V. Ex.ª,
Colega att.º e Ven.or

Hipólito Raposo

Lisboa, 1 de Agôsto de 1920.

Os dias da prisão com homenagem foram-se prolongando até quási um mês, sempre à espera da decisão do recurso interposto para a segunda instância da Justiça (ou injustiça) Militar.

De perto e de longe, nessas vésperas de cadeia, assistiam-me cuidados, desvelos e sentimentos de solidariedade muito vivos, por que jámais poderei deixar de confessar-me reconhecido, ao ler agora os nomes dos que protestavam contra a minha condenação e por ela me dirigiam expressivas saüdações. Eram Alfredo da Cunha e o seu filho José, por impulso de velha estima, a seguirem-me os passos para o Quartel General onde já não me encontraram.

De Bronnbach onde então estava com Luís de Almeida Braga, a desempenhar difícil e necessária missão política, mandava Alberto Monsaraz o seu ansioso telegrama a saber da sentença.

Do velho padre Santos Farinha recebia logo um excerpto do Sermão da Montanha: *Beati qui persecutionem patiuntur propter justitiam ...*

Com sincera e aberta simpatia me acompanhava de Aveiro, o ilustre juiz Dr. António Emílio de Almeida Azevedo, escrevendo:

Sem espírito de sacrifício, nada de grande pode conseguir-se. O sofrimento de V. há-de recair sôbre o regime — que aboliu os tribunais de excepção e que na própria Constituïção declarou obrigatória a intervenção do júri no julgamento dos crimes políticos e o faz julgar a V. por escolhidos oficiais do exército.

Da ilustração do Tribunal pode fazer-se idéia pela proïbição que impuseram ao seu advogado de se referir à incompetência do Tribunal. Entenderam que incompetência era incapacidade!

Flutua-se com dificuldade neste oceano de asneiras...

Da minha triste Beira, repetidamente me exortavam à firmeza, com sorrisos de lágrimas, o meu bom Pai e os meus queridos irmãos. À Mãe extremosa já Deus a levara meses antes, poupando êste desgôsto ao grande amor do seu coração.

Ao meu lado e dos companheiros, sentia a vibrar a afectuosa dedicação do advogado Afonso Lopes Vieira, já no retiro de verão em São-Pedro-de-Moel.

Abraçava-me de longe, de S.te Jéan d'Anglet, um amigo de mocidade, o escultor Diogo de Macedo. Para me felicitar por aquêle destino, vinham trazer-me palavras aceradamente justiceiras para a República, o espírito e o coração do ilustre patrício e professor Vieira de Almeida.

Do seu exílio em Madride, António Sardinha exultava para me animar, e por lá tão mal se sentia que desejava trocar a sua situação pelo meu fado de prisioneiro. Ninguém vive contente com a sua sorte...

Manifestavam-se protestos e aplausos de todos os lados: Almeida Eusébio, Nuno de Montemor, Júlio de Melo e Matos, e com êles numerosos obreiros no mesmo esfôrço de libertação e esperança nacional.

A 18 de Agôsto, recebia uma carta do capitão Ciríaco da Cunha, a comunicar-me a entrada da cópia da sentença na Repartição de Justiça do Comando da 1.ª Divisão Militar, sendo necessário agora dar-me, finalmente, o devido destino.

E acrescentava:

Falei com o Sr. Chefe do Estado Maior a quem apresentei o seu desejo em ir cumprir a pena na Tôrre de São-Julião, concordando com isso; queira, pois, V. dispor-se, e apareça o mais breve que possa, para dar entrada na Tôrre. V. compreenderá, decerto, o desagrado que me causa esta comunicação, mas a qual não posso deixar de fazer.

Na primeira apresentação no Quartel General, após o julgamento, entre os presídios militares de Santarém, Elvas e São-Julião-da-Barra que ali me indicavam, dera eu natural preferência a êste último, no que viria a ser atendido, conforme a amável notificação que agora me era feita por êste oficial do serviço de justiça da 1.ª Divisão Militar.

Acabava-se a *escandalosa* prisão com homenagem na cidade, e lá ia cumprir a pena a que fôra condenado pelo Tribunal de Santa-Clara.

ADVERTÊNCIA OPORTUNA

As páginas que vão seguir-se, só podem oferecer qualquer interêsse de verdade àquêles e àquelas que alguma vez tenham visto o céu e a terra aos quadrados, por detrás das grades de uma cadeia.

Êsses já souberam compreender as grandezas do pequeno mundo de uma cela e a pequenez do grande mundo do ar livre, quando livres não somos.

Dentro das grades, tudo se transforma ou deforma: os pensamentos, as comoções e as realidades que lá nos cercam. Parecem melhores os maus, e às vezes péssimos os que são bons.

Não é o nosso mundo pequeno que está no mundo grande: é o mundo grande que se contém no pequeno, dentro dos estreitos limites que os olhos e a voz humana ali alcançam.

Com estas singelas reflexões, pretende-se sugerir a leitores e leitoras que sempre gozaram de liberdade, a proveitosa renúncia a ler êste diário, para não se descontentarem de si mesmos e não se desconsolarem de quem o sentiu e escreveu, em singelo testemunho de verdade.

Depois dêste aviso, podem fazer o que quiserem, mas do risco de tal temeridade o autor aqui lava as suas mãos, a tempo e horas.

Et nunc valete felices...

DIÁRIO DE SÃO-JULIÃO-DA-BARRA

19 de Agôsto

Apeando-me na estação de Oeiras com o meu custode e acompanhado pelos amigos José Pequito Rebêlo e Tomás de Gamboa, entramos na vagoneta do serviço que velha mula condecorada de mataduras, dolorosamente veio tirando até à Tôrre.

Aqui chegámos pela solidão desta serena tarde, e depois de atravessar a porta das armas, caminhando pelo revelim entre o fôsso e os espêssos muros da fortaleza quinhentista, pareceu-me que sùbitamente anoitecia nos céus. Neste severo e tórpido recinto, nunca eu entrara em minha vida, mas já pelo caminho na lembrança me balançavam as sombras de milhares e milhares de presos de Estado que desde o tempo dos Filipes, dentro destas muralhas expiaram culpas em nome da justiça ou nelas sofreram imerecido cativeiro.

Em poucos instantes, a guia era entregue ao sub-comandante, o tenente Nazaré, que me acolheu com benigna deferência, com estas reflexões:

— A Tôrre de São-Julião não tem condições de segurança para guardar presos, e fácil pode ser a evasão para os que a tentam. Uns têm sido recapturados, outros conseguiram escapar-se.

Para evitar cuidados de vigilância a êste comando e dissabores aos detidos, vieram ordens superiores para convidar certos presos políticos a assinar o compromisso de honra de que não fugirão da fortaleza. Fica-

mos nós tranqüilos e os presos, aqui dentro, podem andar inteiramente à vontade.

Passando-me às mãos a fórmula que fui lendo, no meio do silêncio geral, preguntou-me a sorrir:

— V. quere assinar?

— Com certeza, pois não desejo evadir-me da Tôrre. Venho cumprir a pena em que fui condenado.

— Então, desde agora, pode dar passeios e voltas nos baluartes, andar por onde quiser, e ir até à porta das armas. A sentinela não lhe tolherá o passo. Dormiremos um e outro sossegados. Assim é melhor. Os senhores que cá estão, também assinaram o papel.

Ao meu encontro e dos companheiros que tinha ao lado, vinham chegando o capitão Francisco Supico, o alferes Simões Cantante e outro prisioneiro.

Fomos subindo para o baluarte aonde me destinavam acomodação.

Pelas alturas então se desdobravam largos véus de cinza, e ao longe, já o sol se afundara na branda sepultura do mar. Surgia-nos agora, a sorrir tristemente e a recortar-se em penumbra, a nobre figura de lutador e de sacrificado que tem sido o Carlos Ficalho, a dizer:

— Amigo, cá estamos...

— É a pouca sorte que nos acompanha sempre... Por discretas ordens dos presos que vou ter por companheiros, já o faxina traz a improvisada refeição que me serve de jantar no rés-do-chão dêstes casebres.

Dois abraços aos amigos que nesta hora amarga me acompanharam, e pela última vagoneta lá vão êles regressar a Lisboa, ao conchego dos seus lares.

Imediatamente se segue animado colóquio sôbre o desastre de Monsanto: mau o que se fêz, bom o que

deveria ter-se feito, se houvesse verdadeira unidade no comando. Três, quatro vítimas, ali estavam de perfeito acôrdo nos seus juízos e queixas sem remédio. O melhor era esquecer...

*

Neste quartito rectangular, a fugir para quadrado, em que venho receber a hospedagem da República, vejo um leito de ferro para o qual não se contou com a minha medida na craveira dos recrutas; ali está um pequeno lavatório, e esta mesa de pinho em que escrevo, com a cadeira em que me equilibro, completam o mobiliário que até me parece excelente, para criminoso de tal marca.

A cama não é a de Frei Bartolomeu dos Mártires: nela poderei dormir reparador sono, se não tiver de a partilhar com *presos* de ínfima espécie que ainda não responderam em tribunal militar, mas virão talvez extorquir-me um tributo do sangue das veias que desejaria reservar para melhor destino.

Assim, será outro sacrifício cruento, mas inglório... Da possível investida de hemípteros & companhia, há pouco me advertiram compadecidos sorrisos de veteranos, testemunhas de larga experiência, bem mordida e bem coçada...

Contudo, enquanto a pele não se molesta, tenho de confessar a agradável impressão desta morada, até me convencer de que a Tôrre não é logradoiro de veraneio, mas lugar de prisão sentenciada, obrigatória, e agora já voluntária, depois da palavra de honra escrita e assinada. Tenho diante de mim o retrato do Príncipe

D. Duarte e o fresco vazinho de barro com um trevo de quatro fôlhas que a D. R. me deu à despedida, no Cais do Sodré. Duas bem agoiradas presenças, uma a lembrar o dever de servir, outra a prometer alguma ventura, por afectuosa superstição ou intuïção. Quem sabe lá!...

Por aqui ficarei até ao fim da pena, pois não creio nestes rumores de amnistia para breve. Com os combatentes encarcerados ou dispersos no exílio, a República vive os seus dias, muito serena e descansada. Pela fôrça, nada temos podido contra ela. O nosso caminho deve ser o mais seguro, para o êxito que sonhamos e pelo qual há anos vimos sofrendo em corpo e alma. É possível e bem creio que o tempo nos virá justificar. Mas o futuro pertence a Deus e a aspiração nacional por que lutamos, não sei se está perto, se longe. Longe de se formar devidamente, ainda está a consciência monárquica do País. Sentimento, muito sentimento, se quiserem..., mas as razões da República ainda parecem triunfantes na generalidade dos portugueses e até dos monárquicos. Triste realidade.

Mas, sem êsse trabalho de esclarecer as inteligências e de radicar certezas, nada de duradouro poderá construir-se. Empenharíamos esforços vãos, com resultados ruïnosos. Poderá a nossa mocidade medir-se com tamanha emprêsa? Iremos até onde podermos. Até lá onde chegar a vida...

Passa da meia-noite. O quarto tem contígua a estreita alcova do combatente do Norte, alferes Cardoso Pereira, que vejo agora pela primeira vez. Enfadado talvez com a minha inesperada companhia e com a pequena luz de petróleo, a que escrevo estas regras, já me disse gostar muito de não adormecer tarde...

— Será para se levantar mais cedo?

O meu companheiro não responde. E agora suspeito que por tal método, êle procura encurtar os dias da prisão. No sono, também ficamos cativos e prisioneiros, mas sem mágoa nem sofrimento de se haver perdido a liberdade...

— Vou apagar a luz. Então, boa-noite!

E a voz do alferes, algo arrastada e fanhosa, responde ao meu voto:

— Até amanhã!

20 de Agôsto

Dia lindo! Mar formoso! Acenam-me com encanto de fresca matinalidade longas saüdades dos Estoris e de Sintra. Agora, aqui recluso, que alegria e que descanso o meu! Não anda o agente secreto a perseguir-me com o mandado de captura no bôlso. Ninguém já me prende. Tenho a segura liberdade de viver prêso. Mais insuportável do que a prisão, fiquem-no sabendo, é a constante ameaça de ficar sem liberdade. Viva a minha liberdade! Quem a tem, goze-se dela...

Depois do almôço, guiam-me os companheiros pelos êstes nossos domínios, bem arejados e claros. Ninguém nos vigia, ninguém nos guarda: só por guarda temos a própria honra. (Aqui devo confessar que esta República, às vezes, é generosa e leal com as suas vítimas).

Do nosso baluarte descemos para o largo da Tôrre do Farol. Na face do Sul, por sôbre a porta que se abre para uma cela de tôda a segurança, rebrilha um painel de azulejos oitocentistas, em que desenharam o busto de Gomes Freire, coroado pela figura da glória.

Glória da sua traição à Pátria, como nós cremos e sem injúria...

A composição é ilustrada com uma legenda, talvez bem intencionada, concedo, mas de muito débil inspiração. Calíope mostrou-se esquiva com o poetastro Sá Magalhães, quando a ela recorreu para imortalizar o seu herói e talvez seu grão-mestre...

Aqui transcrevo o panegírico que também pode servir de epitáfio a êsse mau português, nesta lápide elipsoidal tão celebrado:

A PRISÃO DE GOMES FREIRE
NA TORRE DE S. JULIÃO
DA BARRA EM 1817

Estes são os ferrolhos q̃. virão
Gomes Freire na prisão encerrado,
Estas são as paredes que ouvirão
De seu peito o gemer abafado.

Foi aqui onde mágoas crueis
Sôbre a sorte da Patria sentia;
Foi aqui onde a Patria liberta
Em mil sonhos feliz consebia.

E d'aqui por cruel despotismo
A morrer o heroi foi levado.
Mas morrer! Qual sempre viverá
Como heroi, portuguez e soldado.

SÁ MAG.ES

SÁ MAG.ES
O G.al Barão da Batalha a fêz colocar em 1853.

Enfim, êste patrioteiro soluço por encomenda da Maçonaria, não chega a dar honra às letras portuguesas, e os versos ficaram sempre suplicando o marcial acompanhamento do tambor: rataplan! rataplan! rataplan! plan! plan!...

E lá continuará o bom sol, êste sol brumoso, a rir-se diàriamente de tal estro, até que da parede se limpe a rimada mazela.

Chegam à tarde as primeiras visitas; Gastão de Melo e Matos, Luís Chaves e Carvalho Azevedo. Trouxeram-me a notícia da morte do Félix Horta, assassinado a tiro por um sindicalista. Pobre rapaz! Êste companheiro de Coimbra sempre gostou de fazer da vida um gracejo de comédia, até que um facínora agora lhe dá fim neste acto criminoso. Era juiz do tribunal social. Vê-se que a República não resolveu nem moderou a questão operária, nem acedeu às justas reivindicações dos trabalhadores. Tanto prometeu o paraíso ao povo que os seus adeptos e soldados não se acomodam ao sacrifício do trabalho e da vida. Pobre Félix Horta! Que Deus lhe perdoe e o tenha em glória!

*

Debruçado para o espaço, no baluarte do Perdigão, Carlos Ficalho, calado e só, espia no lusco-fusco do horizonte, a aparição do leiteiro. Sustenta-se, dizem-me, de pão, leite e frutas. Para manter o seu isolamento e independência, não arrancha com os outros presos, e prepara os alimentos por sua mão.

Dirijo-me a êle;

— Que faz aí, tão cuidadoso, meu caro amigo?

— Vê vir um homem em mangas de camisa, além, naquela vereda?

— Parece-me que lá vem...

— É o leiteiro. Espero por êle para jantar.

Por muito desejo que tenha havido em dissipar a melancolia dêste nobre rapaz, espírito leal e forte, ninguém conseguiu prendê-lo ao convívio dos companheiros de infortúnio. Assim me informaram hoje. O melhor então será deixar a alma liberta a êste prisioneiro, com tantas razões de viver triste.

*

Vai anoitecendo. O crescente da lua, ao reflexo inquieto das águas, transforma a face lisa da Tôrre em cintilante castelo de madre-pérola. Tenho de olhar para o mar a tôdas as horas. Pode acontecer que êste teimoso serrano ainda venha a render-se ao feitiço das ondas e das brumas. Mas será difícil... Vejo as luzes do Estoril e de Cascais. A esta hora muitos lisboetas por lá gozam e se divertem, recebendo tranqüilamente da vida os encantos e gozos que ela lhes pode dar. Talvez até muitos dançarinos se julguem mais e melhores monárquicos do que êstes pobres idealistas... Neste mundo de mistérios, o mais perturbador de todos seria o homem, se a mulher não lhe disputasse tal privilégio. Dizem...

*

Por debaixo do nosso eirado, pelas clarabóias em que tropeçamos, sobe a melopeia das guitarras e das cantigas dos soldados que vivem (ou morrem) nas

casamatas úmidas. Próximas e constantes vozes de gente que nunca se vê nem se sabe quem seja... Mas quem serão? Como serão êsses infelizes?

Ninguém se importa. Sabe-se que são os presos militares, condenados por delitos comuns. Para ali os trouxeram, para saberem *o gôsto que o fado tem...* Tocam e sofrem. Cantam e tocam sempre. Cantam, cantam, cantam...

Relembram-me certa música dolorosa, os acentos e suspiros da alma de Camões na famosa décima de *Sôbolos rios que vão...:*

Canta o caminhante ledo
No caminho trabalhoso,
Por entre o espêsso arvoredo;
E de noite, o temeroso,
Cantando, refreia o medo.
Canta o prêso docemente,
Os duros grilhões tocando;
Canta o segador contente,
E o trabalhador, cantando,
O trabalho menos sente.

Grande Camões! Chegas para tudo e para todos!

Parece que adivinhaste a alma dêstes desgraçados presos, *os duros grilhões tocando:*

— Ai! Ai! Ai! Outra-a-a mulher!...

21 de Agôsto

Na manhã de hoje, longa conversa com o Ficalho a respeito de Monsanto e da política monárquica, tão infeliz e insensata até hoje. Ficamos de acôrdo em

legítimos e legítimos descendentes, visto encontrar-se afastado da sucessão por sua espontânea renúncia, o meu muito querido e amado Filho primogénito D. Miguel, Duque de Viseu. E atendendo ainda ao sossêgo e tranqüilidade da pessoa que há-de suceder no govêrno do Reino, mais me apraz determinar que, se o dito meu filho Dom Duarte Nuno falecer sem deixar filho ou filha legítimos, lhe suceda pela respectiva ordem do nascimento, aquela de suas irmãs, que por então se mantiver solteira, ou seja casada com português e conserve os direitos à coroa de Portugal.

E em fé e verdade de assim o querer e mandar, e para que tenha seu cumprido efeito, sob o sêlo das minhas Armas o escrevi e firmei.

Em Bronnbach, aos 31 de Julho de 1920.

a) Dom Miguel de Bragança.

II

Eu, Dom Miguel de Bragança, Duque de Viseu, filho primogénito de Dom Miguel II de Portugal, Duque de Bragança, tendo em consideração circunstâncias de ordem vária, de todo o ponto atendíveis e respeitáveis, decido, por minha livre e espontânea vontade, renunciar de hoje em diante, para todo o sempre, por mim e meus descendentes, à sucessão nos direitos do meu muito amado e augusto Pai à Coroa Portuguesa, sem que êste acto diminua de modo algum o meu amor e meu zêlo pelo bem e prosperidade de Portugal.

E como eu quero que esta minha solene declaração de renúncia para sempre valha e tenha fôrça e vigor, a escrevi e firmei.

Em Bronnbach, aos 21 de Julho de 1920.

a) Dom Miguel de Bragança,
Duque de Viseu.

III

Eu, Dom Miguel II de Portugal, Duque de Bragança, etc., no momento em que renuncio em meu muito querido e amado Filho Dom Duarte Nuno, todo o direito legítimo e tradicional que representava e possuía, porque o dito Infante se encontra ainda na menoridade, hei por bem confiar desde hoje o encargo da sua tutela à minha muito amada e prezada Irmã, Dona Aldegundes de Bragança, afim de que, com o título de Duquesa de Guimarães, que agora lhe transmito e confirmo, assuma, como em regência, a direcção política da Causa Nacional Portuguesa, até que, conforme a tradição e as antigas leis, o mesmo Infante seja em idade e entender de, com a graça de Deus, por si reger, governar e defender a Terra de Portugal. E à Augusta Infanta, minha muito querida e prezada Irmã, peço por mercê queira aceitar êste cargo e fazer todo o bem que eu, sem alguma dúvida, por conhecer suas muitas virtudes e a prudência e zêlo que em tôdas as coisas tem, creio e confio que grandemente saberá fazer.

E assim mandamos que tudo se cumpra e guarde como neste se contém.

Em Bronnbach, aos 31 de Julho de 1920.

a) Dom Miguel de Bragança.

Teremos o caminho aberto e assim já poderemos trabalhar sem descanso e com êxito?

Valha-nos o Santo Condestável de Portugal!

O Luís Braga voltou encantado com os sentimentos, a generosa bondade, o nacionalismo de instinto da Família Real, proscrita em Bronnbach. Deus vá guiando esta emprêsa a que se votou a nossa mocidade!

*

De tarde, vieram ver-me o Eugénio de Araújo e o Dr. Mateus de Oliveira Monteiro, deixando-me a lembrança de boas palavras e firmes sentimentos de solidariedade. Parece que nem tudo se perdeu.

*

No transatlântico *Britania*, a caminho dos Açôres, passaram há pouco perto da Tôrre, o Pequito Rebêlo e as irmãs. Daqui lhe renovo o abraço desta manhã. Boa viagem! E que voltem depressa os bons amigos.

*

Começam a chegar as mensagens de saüdação: dos amigos Campos, primeiros entre os primeiros pela dedicação e por tão obsequiadores afectos que só Deus poderá pagar; dos bons e simples operários do quadro tipográfico da *Monarquia*, sentindo *que se haja consumado uma tal iniqüidade — revoltante perante a inteligência de todo o mundo culto*; do meu irmão Domingos, sempre a esquecer-se de si pelos outros; de Rolão Prêto e de um grupo de amigos de Alpedrinha, assinando um veemente protesto contra a violência da condenação e encarceramento; de Júlio Dantas, a acompanhar-me em espírito com promessa de visita à Tôrre.

22 de Agôsto

Hoje, domingo, chegaram muitas visitas. Um delegado dos tipógrafos da *Monarquia* entrou a saüdar-me em nome do quadro do jornal. Chama-se Saúl Rodrigues. Foi um dos bravos soldados de Naulila, tendo ficado prisioneiro dos alemães naquela cilada. Apareceram muitos dos nossos rapazes e, entre êles, o Vasconcelos Guimarães, o Carrasco, o Refoios de Meneses. Dos outros, tantos, nem sei os nomes. Talvez êste exemplo lhes sirva para alguma coisa. E só isso me pode dar contentamento e alguma justificação.

*

Trazidas pela criada Ermelinda, chegaram logo de manhã as numerosas encomendas que pedira, reünidas por carinhosa boa-vontade. Na remessa variada, vinham os desejados Pós de Keating e o fato de banho que hoje mesmo estreei, afrontando as mansas ondas na Praia do Portinho, com outros companheiros de prisão.

Sempre foi bom ter assinado o compromisso de não fugir: a palavra de honra vale aqui a liberdade de tomar banhos de mar. Também não os haveria de outra espécie... Bom jantar com alguns mimos de subscrição. À noite, tivemos o luxo de um chá pacífico, com devaneantes conjecturas políticas. Nem amnistia, nem revolução — com esta certeza fiquei e com ela volto ao quarto para melhor adormecer. Estar acordado aqui é quási sempre ócio doloroso...

tudo, menos na pessoa do Rei. Entre os que expuseram a vida em Monsanto, D. Manuel foi o primeiro a merecer a morte, a morte política, afirmava eu. Ficalho pensava, recolhia-se ao silêncio e parecia descrente da eficácia de qualquer acção futura.

Pela vagoneta das onze e meia, chegaram o Pequito Rebêlo, o Vasco de Carvalho e o Luís Braga. Êste último trazia as notícias da Alemanha e as cópias dos documentos da *questão dinástica* que tanto nos importava ver resolvida. Finalmente, *regem habemus!*

Todos quatro sentados à sombra, no terraço que se abre para Cascais, vimos êsses documentos que um dia serão nobre capítulo de história política.

Pela primeira vez foram lidos em terra portuguesa. Dizem assim êsses papéis:

I

Eu, Dom Miguel II de Portugal, Duque de Bragança, etc., filho de El-Rei Dom Miguel I, querendo acima de tudo o bem-estar e a prosperidade da Nação Portuguesa, tendo respeito a que o estado em que Portugal se encontra, exige uma acção política em que a juventude venha dar o entusiasmo da sua idade aos Princípios Tradicionais, que eu sempre defendi e encarno, e reconhecendo que melhor assegurarei os interêsses da Dinastia que represento, não continuando a manter pessoalmente os direitos à coroa de Portugal e seus Domínios, que de El-Rei meu Pai herdei com a honra do seu nome e a tradição das suas virtudes: hei por bem, de motu-próprio e de livre vontade, ceder todos os meus direitos à Coroa de Portugal e à sua soberania em a Pessoa do meu muito querido e amado Filho, o Infante Dom Duarte Nuno de Bragança, e em seus filhos

legítimos e legítimos descendentes, visto encontrar-se afastado da sucessão por sua espontânea renúncia, o meu muito querido e amado Filho primogénito D. Miguel, Duque de Viseu. E atendendo ainda ao sossêgo e tranqüilidade da pessoa que há-de suceder no govêrno do Reino, mais me apraz determinar que, se o dito meu filho Dom Duarte Nuno falecer sem deixar filho ou filha legítimos, lhe suceda pela respectiva ordem do nascimento, aquela de suas irmãs, que por então se mantiver solteira, ou seja casada com português e conserve os direitos à coroa de Portugal.

E em fé e verdade de assim o querer e mandar, e para que tenha seu cumprido efeito, sob o sêlo das minhas Armas o escrevi e firmei.

Em Bronnbach, aos 31 de Julho de 1920.

a) Dom Miguel de Bragança.

II

Eu, Dom Miguel de Bragança, Duque de Viseu, filho primogénito de Dom Miguel II de Portugal, Duque de Bragança, tendo em consideração circunstâncias de ordem vária, de todo o ponto atendíveis e respeitáveis, decido, por minha livre e espontânea vontade, renunciar de hoje em diante, para todo o sempre, por mim e meus descendentes, à sucessão nos direitos do meu muito amado e augusto Pai à Coroa Portuguesa, sem que êste acto diminua de modo algum o meu amor e meu zêlo pelo bem e prosperidade de Portugal.

E como eu quero que esta minha solene declaração de renúncia para sempre valha e tenha fôrça e vigor, a escrevi e firmei.

Em Bronnbach, aos 21 de Julho de 1920.

a) Dom Miguel de Bragança,
Duque de Viseu.

III

Eu, Dom Miguel II de Portugal, Duque de Bragança, etc., no momento em que renuncio em meu muito querido e amado Filho Dom Duarte Nuno, todo o direito legítimo e tradicional que representava e possuía, porque o dito Infante se encontra ainda na menoridade, hei por bem confiar desde hoje o encargo da sua tutela à minha muito amada e prezada Irmã, Dona Aldegundes de Bragança, afim de que, com o título de Duquesa de Guimarães, que agora lhe transmito e confirmo, assuma, como em regência, a direcção política da Causa Nacional Portuguesa, até que, conforme a tradição e as antigas leis, o mesmo Infante seja em idade e entender de, com a graça de Deus, por si reger, governar e defender a Terra de Portugal. E à Augusta Infanta, minha muito querida e prezada Irmã, peço por mercê queira aceitar êste cargo e fazer todo o bem que eu, sem alguma dúvida, por conhecer suas muitas virtudes e a prudência e zêlo que em tôdas as coisas tem, creio e confio que grandemente saberá fazer.

E assim mandamos que tudo se cumpra e guarde como neste se contém.

Em Bronnbach, aos 31 de Julho de 1920.

a) Dom Miguel de Bragança.

Teremos o caminho aberto e assim já poderemos trabalhar sem descanso e com êxito?

Valha-nos o Santo Condestável de Portugal!

O Luís Braga voltou encantado com os sentimentos, a generosa bondade, o nacionalismo de instinto da Família Real, proscrita em Bronnbach. Deus vá guiando esta emprêsa a que se votou a nossa mocidade!

*

De tarde, vieram ver-me o Eugénio de Araújo e o Dr. Mateus de Oliveira Monteiro, deixando-me a lembrança de boas palavras e firmes sentimentos de solidariedade. Parece que nem tudo se perdeu.

*

No transatlântico *Britania,* a caminho dos Açôres, passaram há pouco perto da Tôrre, o Pequito Rebêlo e as irmãs. Daqui lhe renovo o abraço desta manhã. Boa viagem! E que voltem depressa os bons amigos.

*

Começam a chegar as mensagens de saüdação: dos amigos Campos, primeiros entre os primeiros pela dedicação e por tão obsequiadores afectos que só Deus poderá pagar; dos bons e simples operários do quadro tipográfico da *Monarquia,* sentindo *que se haja consumado uma tal iniqüidade — revoltante perante a inteligência de todo o mundo culto;* do meu irmão Domingos, sempre a esquecer-se de si pelos outros; de Rolão Prêto e de um grupo de amigos de Alpedrinha, assinando um veemente protesto contra a violência da condenação e encarceramento; de Júlio Dantas, a acompanhar-me em espírito com promessa de visita à Tôrre.

22 de Agôsto

Hoje, domingo, chegaram muitas visitas. Um delegado dos tipógrafos da *Monarquia* entrou a saüdar-me em nome do quadro do jornal. Chama-se Saúl Rodrigues. Foi um dos bravos soldados de Naulila, tendo ficado prisioneiro dos alemães naquela cilada. Apareceram muitos dos nossos rapazes e, entre êles, o Vasconcelos Guimarães, o Carrasco, o Refoios de Meneses. Dos outros, tantos, nem sei os nomes. Talvez êste exemplo lhes sirva para alguma coisa. E só isso me pode dar contentamento e alguma justificação.

*

Trazidas pela criada Ermelinda, chegaram logo de manhã as numerosas encomendas que pedira, reünidas por carinhosa boa-vontade. Na remessa variada, vinham os desejados Pós de Keating e o fato de banho que hoje mesmo estreei, afrontando as mansas ondas na Praia do Portinho, com outros companheiros de prisão.

Sempre foi bom ter assinado o compromisso de não fugir: a palavra de honra vale aqui a liberdade de tomar banhos de mar. Também não os haveria de outra espécie... Bom jantar com alguns mimos de subscrição. À noite, tivemos o luxo de um chá pacífico, com devaneantes conjecturas políticas. Nem amnistia, nem revolução — com esta certeza fiquei e com ela volto ao quarto para melhor adormecer. Estar acordado aqui é quási sempre ócio doloroso...

*

O mísero quarto de ontem, enriquecido com estas cortinas, êstes adornos e êstes *bonbons* de hoje, já parece uma câmara de doce vida. Se os presos sempre assim tivessem amigos e amigas, de boas mãos e de bom coração, a cadeia até seria de apetecer para muitos, embora a *criolina* e os pós insecticidas tenham de ser as munições de constante combate a tantos companheiros importunos e teimosos.

Assim, estou a descrer dos méritos da Química Industrial...

Que me perdôem os continuadores de Lavoisier, êsse génio que a Primeira República Francesa mandou guilhotinar. Agora vejo quanto me convém não ser homem génio, pois ainda tenho a cabeça erguida nos ombros; mas gostava muito de assistir a milagres da Ciência que numa hora exterminassem êstes absurdos suplícios da criação...

23 de Agôsto

Hoje andei por aí em reconhecimento de alguns lugares célebres da Fortaleza.

Na Tôrre do Farol, por cima da inscrição versificada para glória de Gomes Freire e vanglória do poetastro que o panegiricou (desculpem os puristas o neologismo!), lê-se com o binóculo emprestado pelo chefe do correio, a seguinte inscrição:

Á memoria
de Pedro de Mello Breiner
Do conselho de S. Magestade
El-Rei D. João VI.
Seu embaixador em Paris
no ano de 1823. Preso politico
desde 27 de Maio de 1828 até
4 de Junho de 1833 dia em que
falleceo. A pedido de seus filhos
e por ordem do Governador
Barão da Batalha foi
colocada esta pedra na
caza que lhe servio
de prizão. 1853.

Cá temos mais outro ilustre filho da Viúva. Só faltou dizer que êle fêz parte da *regencia* presidida por Junot em 1808. Era homem que não se esquecia de adorar o sol-nascente. É o que mais aquece...

Deus lhe fale na alma, já que por aqui perdeu a vida do corpo. Andando desta Tôrre para o Bugio, do Bugio para Belém e de novo para São-Julião, veio a morrer sem processo, segundo informa a *Historia do cativeiro dos prezos d'Estado*, de Silva Lopes.

Alguma coisa se progrediu em honras: antes de aqui entrar, tinha eu dois processos pelo mesmo delito contra esta querida República...

*

Pelo correio vêm chegando as vozes dos amigos de tôda a parte, e já são tantos os nomes e os protestos que não vale a pena registar as palavras: basta guardar os ecos no coração agradecido.

*

Do Luís Braga e do Pires de Lima (que lá vai suportando por sua vez o sacrifício de dirigir *a Monarquia*), ouvi esta tarde várias reflexões sôbre o caso da proclamação do Príncipe. O Luís voltará amanhã com o Conde de Almada para se combinarem pormenores. Convém não retardar a divulgação oficial do que está feito e assinado.

24 de Agôsto

Terrível dia de vento. Festa de São Bartolomeu, ainda com o diabo à solta... Aniversário da Revolução de 1820 que tantos demónios espalhou no País. E ainda é numerosa e legítima a sua descendência... Às vezes, entram pela janela rajadas de furacão. Clima caprichoso, êste do nosso litoral.

Veio dar-me um abraço o António de Bourbon que me dirigiu muitas consolações. Obrigado, amigo. A vida é luta: o mal é não vencer; mas, pior ainda, é ser vencido contra razão.

*

Entrou à tardinha um novo prêso. Logo nos informaram: um *tenente-ourives*. Ourives chamam aqui aos militares condenados em processo, por não guardarem o sétimo mandamento; mas agora, em regime de papel-moeda e quanto mais papel menos moeda sonante,

essa etimologia perde-se ao longe, nas trevas dos *tempos ominosos* da Monarquia.

*

Acabei hoje os retoques ao livro — *Caras e Corações*. Colecção de muitas palavras, até agora dispersas. Pretensioso título, em que parece me atribuo o privilégio de ver umas e outros. Deve ser vaidade ou êrro, com certeza. Mas, à falta de melhor, assim ficará o chamadouro. Desculpem os exigentes...

*

Não chegou a vir o Braga nem o Conde de Almada apareceu, mas o caso da publicação precisa de ser decidido e sem demora. Senão, tudo parece inútil e vão...

25 de Agôsto

Muitas e muitas visitas com terríveis e variados boatos. Tudo para me consolar e animar, estou em crer... Não sei mesmo se farão combinações prévias, êstes numerosos amigos e amigas. Vou adquirir uma tesoura gigantesca para cortar as asas a todos os boatos que aqui passam.

*

Linda tarde de luz e serenidade. Para onde foi o o vento da Costa? Afligir outros presos? Açoitar caminhantes?

Tudo parece caprichoso neste País de pouco juízo, até os elementos...

*

Lá foi para as mãos de Júlio Dantas com destino ao editor, o original do livro — *Caras e Corações*. Naturalmente, o mercador rejeita-o, por não levar bálsamo nem aroma de escândalo... Está assim o paladar de quem lê. E, portanto, a alma de quem vende...

*

Esta manhã, conheci na praia o coronel Parreira, comandante dêste sector do Campo Entrincheirado. Pareceu-me pessoa simpática e até condoído da nossa pouca sorte. Vem passar o Verão à Tôrre. Mais uma companhia para a conversa dos serões.

*

Um hidro-avião, aparelho aqui raras vezes visto, voou à roda da Fortaleza, enquanto pela estrada do mar regressavam ao pôrto, bem rebocados, numerosos barcos de pesca, assistidos de famintos bandos de gaivotas. No mundo, bem se vê, todos correm e voam para comer. Ali se mostrava a céus e terra uma formosa marinha.

Mas não temos por cá pintor. Aqui, tudo quanto se vê se há-de perder...

*

Estou no sétimo dia de prisão e não sinto mais nada do que o desafôgo pela libertação do ameaçador

mandado de captura. Mas ainda não é tarde. O tédio há-de vir, com certeza. É o mais fiel companheiro dos presos.

26 de Agôsto

Lá fomos ao banho pela manhã serena e bem espelhada de prata. Não havendo balneário na Tôrre, oferecem-nos a água do mar que tudo suja e tudo lava. E é grande esta generosidade.

*

Para não esgotar o interêsse histórico do presídio, vou vendo as pedras pouco a pouco, e devagar. Para ir ao correio, sobe-se pequena rampa e lê-se no alto da porta do recinto:

BALUARTE
D'EL-REI D. FERNANDO II
O REGENTE
POR ORDEM DO G.AL BARÃO
DA BATALHA. 1854.

Êste general Cabreira, enfatuado titular do Liberalismo, fazia-se muito lembrado em inscrições que não lhe respeitavam, talvez por não confiar na justiça da História. Era sagaz e previsto êste maçon enfardado. Se não fôsse o seu industrioso zêlo, nem eu hoje o relembrava, embora o faça sem grande acatamento. Mais vale armar do que trabalhar: *sic itur ad astra...*

*

No correio de hoje, diz-me o amigo Afonso Lopes Vieira: *Sinceramente, invejo-o a Você na elegância da sua posição de prêso, eu q̃ passo os meus dias armado em estátua tumbal, desolado, a fumar cachimbo.* Por estas e outras consolações, muito obrigado, irmão e companheiro em Sebastianismo! Cá vou indo, a caminhar pelo tempo, ou o tempo a caminhar por mim...

*

Voltou o Luís Braga depois de se ter avistado com o Conde de Almada, lugar-tenente do Príncipe D. Duarte. Combinamos que redigisse eu aqui o texto da nota da Junta Central e dos telegramas oficiais, após a publicação dos documentos. Fácil tarefa para quem não tem ocupação.

Amanhã ou depois voltará com o Conde para eu o conhecer e se assentar em pormenores necessários, afim de que a declaração apareça para a semana, segunda ou quarta-feira.

*

É uma hora da noite. Enquanto escrevo estas linhas, e alongo os olhos por êste macio e tépido luar de Agôsto que desce o céu para o mar e levanta o mar para o céu, um invisível mocho teimosamente profetiza sôbre a muralha. Que dirá êle? Não sou supersticioso, mas a credulidade serve a muitos para explicar o que sempre se ignora. Será ominosa para os homens

esta voz, ou soará nela um cântico de amor? Ou um bocejo de fome? Que quere dizer a sua misteriosa fala?

Não o posso saber. Se êle me prenunciasse a morte da República e ela já rebentasse amanhã, de boamente me converteria à fé do pássaro sinistro, à funérea magia do modesto rapineiro.

Mas êle teima e teima em cantar, sem nada me dizer, apesar de, há milénios, o terem promovido a símbolo da sabedoria.

Então dentro de mim, sinceramente lhe digo: goza a tua mocidade ou consola o teu paladar com grilos e ratos, ó companheiro destas tristes noites. Se podes, vai amar ou comer em silêncio, amigo mocho, e, deixa-me dormir sossegado. Mas o mofino não obedece e continua:

— Co-mim! Co-mim! Co-mim!...

Estará então farto? É capaz de falar nêle a alma de algum antigo deputado, dêstes últimos adesivos do Partido Democrático. É para admirar o seu sentido prático da vida... Quem és tu, ó mocho?...

28 de Agôsto

Saíu hoje da Tôrre o capitão Sacadura que aqui estava prêso por monárquico, sendo republicano histórico. Quando cá cheguei, vim encontrar êste paradoxo político. Há por aí outros paradoxos... Explicou-me então êsse companheiro que fôra para Monsanto por solidariedade com os seus camaradas de Artilharia.

O afecto sobrepusera-se às convicções: ainda há entre os Portugueses o culto da amizade. Consolemo-nos... Nem tudo se perdeu nesta desventurada Terra. Nem se ganha sempre o que se quere...

Pela saída de êsse prêso, ficou vago o quarto n.º 30 que me foi agora destinado para cela neste amplo convento de criminosos.

Vou mandá-lo limpar, lavar com vários líquidos insecticidas, pois me informam que a densidade da população parasitária é considerável naquela área da Fortaleza. Roedores e sugadores de várias espécies conjuram-se a desmentir a sentença dos teólogos, segundo a qual o homem é o rei dos animais. Venham êles para aqui dormir e logo se convencerão de que não são reis, mas escravos de qualquer insecto. E vítimas cruentas, em longo martírio. Venham. Venham sem cerimónia...

*

Aos amigos Campos e Luís Braga, depois de agradável conversa, li esta tarde alguns trechos do romance *Seara Nova* que desejaria levar daqui concluído. Seria talvez o único prémio dêste sentenciado veraneio. Por entre tantas ilusões e desilusões políticas, sempre é salutar manter acesa a candeia literária, mas para uso e gôsto próprio, para complemento do *que nós queremos*...

*

Está soprando um vento ciclónico que nos desmoraliza e fustiga os nervos. Com esta fúria e com o

ímpeto das ondas contra a muralha, a Fortaleza parece um galeão encalhado que vai adornar e afundar-se.

E seria um fim de vida glorioso, com drama de grande espectáculo. Mas a tão ambicioso pensamento, quero já devotamente persignar-me:... *livre-me Deus, Nosso Senhor...*

29 de Agôsto

Passei o dia na operosa faina da mudança e do arranjo do quarto. Duas janelas para o mar, a Sul e a Poente. Assim, posso livrar-me do sol e ficar aqui com luz todo o dia. Metade do tecto, assotado; um armário de escada para guardar alguma reserva de comestíveis. À cabeça da cama, passa-me o cordão de remate da muralha de D. João IV. Fico mais próximo das águas e dos seus rumores, e os navios passam tão perto que até me parece poder apertar a mão aos passageiros. Mas êles lá vão, e eu... fico, a olhar para êles.

Êste aposento mais amplo e desafogado, só para mim, já me permitiu hoje receber menos incòmodamente diversas visitas com maior alegria delas e minha. Vieram representantes dos diversos núcleos integralistas de Lisboa e uma delegação da Cruzada de Nuno Álvares. Os rapazes leram-me um papel de ardente esperança e de amável censura, por acontecer que os dirigentes integralistas se tenham exposto demasiadamente aos perigos de perda da liberdade e da vida. Que assim, quási se viam sem comandos: uns, longe, outros na cadeia ou no exílio.

Fàcilmente e gratamente então lhes repliquei:

—Que diriam Vocês se os mandássemos dar a cara nos perigos e nos escondêssemos em casas particulares, como faziam certos vultos republicanos? O leitor dobrou o papel e os rapazes calaram-se sorridentes.

Devo informar que nenhum prémio aqui trocaria por esta censura, tão leal e sincera. Muito agradecido, bravos rapazes do povo de Lisboa.

*

À noite, acompanhados do Coronel Parreira, fomos ver o mar e o céu à bataria casamatada. São postos pacíficos e para sempre reformados. A artilharia moderna não deixaria aqui pedra sôbre pedra, à primeira investida. Reina agora a paz nesta amplidão enluarada, por onde pestanejam fielmente os faróis, desde o Espichel à Guia. Lindo! Lindo! Por enquanto, ainda me deleito com êstes horizontes, tão belos e tão povoados de sombras históricas. Se o falado tédio vier, é fácil quebrar a pena e cozer no peito as mágoas. A pena é de aço e já não vale os dez réis que custou; as mágoas, essas, quem se pode importar com elas?...

Vou deitar-me, apreensivo e cansado.

30 de Agôsto

Hoje de manhã continuei a trabalhar no romance *Seara Nova*, interrompido pelas andanças políticas, há quási um ano. Como se pode fazer literatura com

esta vida que levamos, ó rapazes? Escrevi o episódio da posse da terra do Ingarnal pelos seus donatários. Daqui me transportei em silêncio à alta Idade Média Portuguesa. Ninguém agora deu por isso.

E ninguém dará depois, é mais que certo. Nem a polícia o sabe... Por esta prosa, ao menos, ninguém me levará prêso...

*

Com o Luís Braga, tratei do jornal da próxima quinta-feira em que deve publicar-se a declaração do reconhecimento do Senhor D. Duarte Nuno pelo Integralismo. Amanhã voltará o Luís com o Conde de Almada. Mas tudo depende da reünião dos miguelistas. Demoram tanto a juntar-se que alguns deverão ter sido convocados de além-túmulo. Fiz as notas da Junta Central, os telegramas e a pequena biografia do Príncipe sôbre breves apontamentos que me deu o D. João de Almeida, êsse dedicado amigo da Família Real.

1 de Setembro

A praia continua a ser a nossa constante tentação e o melhor recreio. Temos ali a ilusão da liberdade, porque o mar é ainda maior do que a terra e ninguém lá fora nos guarda, a não ser a lembrança da palavra dada; nos poucos passos, às vezes, qualquer episódio nos distrai e nos faz esquecer as pedras negras, as fardas e os toques de clarim. Hoje detivemo-nos a assistir às manobras de uma inexperiente irmandade

de Santo Huberto, da qual os coelhos zombavam, quer das caçadoras, quer dos caçadores com calças e botas de homem, pouco mais ou menos. Parecia o jôgo do buscatres.

Os coelhos lá caminharam por entre fumo, a rir de tantos tiros errados e das maiores fumaças dos seus perseguidores e galantes perseguidoras. Estas pareceram-nos confusas e humilhadas diante da nossa pasmada contemplação. Talvez as dominasse o rebate de depôr as armas de fôgo e pedir a Diana o velho arco e as setas... E tudo ficaria mais harmónico...

*

Além de diversas visitas com boatos, voltou o Luís Braga que bem podia tomar assinatura no combóio para êste vai-vem e vem-vai. Os miguelistas reüniram, bocejaram, mas não deliberaram. Há nova sessão amanhã a que êle vai assistir. Discute-se o projecto de publicar os documentos políticos em número especial da *Nação* que só para tal efeito ressurge à luz de um dia. Êstes homens são estimáveis, dedicados, mas complexos.

Êles não são estúpidos, mas fazem tão pouco uso da inteligência que parecem às vezes assombrados espectros. Bem me lembro do que me fizeram passar com a ida dos nossos amigos Braga e Monsaraz a Bronnbach! Para êsse fim só contribuïram com dificuldades — e daquelas de fábrica coberta que não se podem vencer com leal esfôrço...

Em todos êstes preparativos e combinações, é justo reconhecê-lo, sempre encontrei boa vontade no Dr. Do-

mingos Pinto Coelho, no D. João de Almeida, no Dr. Sarmento Brandão e no Júlio Nunes de Freitas.

*

Esta noite, para alegria de pequenos e grandes, houve espectáculo na Tôrre. O prospecto dizia assim: *Hoje às 22 horas, o poliglota e ilusionista rumeno Leo Stanley dará uma sessão sensacional de ilusões Fantásticas Fenomenais.*

Claro é que nem tanto seria preciso para alarmar a nossa curiosidade e a da gente torrejana. A sessão era em casa do coronel Parreira e lá caíu todo o povo desta aldeia, desde os filhos dos sargentos até às famílias do varaneio. No fim, o desditoso Leo que melhor teriam chamado *Candidus* na culta língua de Cícero, foi aplaudido na sua desgraça com muita misericórdia...

Verificado êste inexcedível êxito, com a melhor boa vontade abriu aos olhos da assembléia, depois de a pretender iludir, o precioso tesouro dos seus segrêdos. Pobre e famoso Leo! Ao menos, tu és sincero: iludes, mas descobres as artes dos teus enganos. Não fazes vítimas; não roubas, nem dizes que obras milagres. Mereces os vinténs que te demos, pois és apóstolo da verdade e professor de inofensivas ficções. Mas o pior é se o teu magistério entra a fazer discípulos para continuar as *ilusões fantásticas* e *fenomenais* na vida portuguesa, na vida política e moral onde já vivem tantos...

Não receio pelo teu presente, ó leal e honrado prestidigitador: mas temo que faças escola para o futuro, no danoso trabalho de outros ofícios...

2 de Setembro

Esta manhã prossegui no descobrimento das velhas pedras e letras da Tôrre. Na parte de Oeste da Fortaleza, andando por lôbregas passagens, avistei a encimar uma porta interior o lindo escudo da Restauração, ilustrado com a seguinte legenda:

HE DEL REI D. JOÃO O IV
N. S. QUE DS G.DE

D. L. D. M. A FEZ FAZER
A. 1641.

Depois, ao sol, na porta do mar, outro escudo semelhante, com a voz da independência a bradar às ondas do Atlântico:

ESTA FORTALEZA HE DE EL REI N. S. D. JOÃO
O IV DE PORTUGAL QUE DS
GUARDE
ANNO 1641

Nestas curtas e simples palavras se denuncia o grande e imediato cuidado do Restaurador em assegurar e defesa da barra do Tejo, reforçando com muros e baluartes novos a fortaleza filipina.

Esta fortaleza he de El Rei... Deixou de o ser nas pessoas dos seus netos e agora é da República, é

de Ninguém, e serve para nela encarcerar os fiéis à memória de D. João IV e à Dinastia que êle fundou. No meio destas pedras, sente-se o alvorôço libertador da tirania de Filipe IV, e se houvesse vara mágica que as tocasse, elas dar-vos-iam os ecos de ansiedade e júbilo dêsses primeiros meses de exaltação colectiva. Assim, envoltas em sombras, esquecidas, desprezadas, só eu procuro escutar-lhes o silêncio da sua vida morta, ouvir-lhes o lamento de acerba dor, a humilhação histórica do seu destino.

Aqui e além, os escudos foram mutilados, partidas a martelo as coroas que os completavam, com verdadeiro e justo expressionismo.

Como se o passado todo fôsse opróbrio ou desonra, pretende-se apagar os vestígios e símbolos da Realeza e por êste procedimento se alcança o paraíso para o Povo Português...

Mas, enfim, a História não se rasga e há-de prevalecer à tabernária sanha de qualquer sandeu, disfarçado em oficial do exército. Não sei, mas esta solene forma de proclamação da República só pode ter sido inspirada por famoso capitão que voluntàriamente houvesse jurado e tresjurado a sua fidelidade ao Rei e ao Trono. Quem seria o herói da insigne façanha?

Êstes feitos pagam-se agora bem, melhor do que assinalados serviços de armas em África ou no Oriente.

Como venho observando, a República foi muito perfeitamente proclamada em São-Julião-da-Barra... Por isso me deram a honra de aqui me hospedar, embora à minha escolha, com quinze tostões por dia para mantimento.

No revelim da entrada, por sôbre um balcão da

casa-da-guarda, lê-se outra inscrição, em têrmos mais solenes e elucidativos:

O SERENISSIMO REI DE PORTUGAL DÕ JOÃO 4.º DE GLORIOZA MEMORIA MANDOU FAZER ESTA FORTIFICAÇÃO Á ORDEM DO CONDE DE CANTANHEDE DOM AN.TO LUIZ DE MENEZES SENDO DOS SEUS CONSELHOS DE ESTADO E GUERRA, VEADOR DA FAZENDA E GOVERNADOR DAS ARMAS DE CASCAIS A CUJO CARGO ESTÁ A FORTIFICAÇÃO DA BARRA DE LISBOA. ANNO DE 1650.

A expressão *de gloriosa memória* há-de naturalmente referir-se a D. João IV, depois de morto. Tendo o seu falecimento ocorrido em 1656, a era da inscrição deve corresponder talvez ao ano da conclusão das obras de defesa, sendo aberta na lápide após o óbito do Restaurador.

Isto é o que se me afigura, salvo melhor interpretação.

As amortecidas letras desta pedra levam-nos a recordar a extraordinária acção dêste fidalgo, um dos aclamadores do Duque de Bragança com o nome de D. João IV, e que viria ser o primeiro Marquês de Marialva, depois de comandar os soldados portugueses nas batalhas das Linhas de Elvas e de Montes Claros. Neste cenário de pigmeus em que somos forçados a viver e... a sofrer, consola o nosso orgulho de Portugueses evocar estas sombras de verdadeiros e gloriosos beneméritos da Pátria.

*

À tarde, veio o Luís Braga dar-me conhecimento da reünião do Partido Legitimista a que assistiu, como

predestinado e arguto diplomata de tão profundas negociações. Diante dos documentos, os velhos miguelistas sempre encontram subtis dificuldades, e agora que o caso já transpareceu nos jornais, ainda pretendem demorar a divulgação dêle e preparar um número da *Nação*. Parece que a fôlha saïrá no sábado, depois de amanhã, ou na segunda-feira da próxima semana que já me parece a semana dos nove dias...

Depois, falaremos nós. Os trabalhos da organização política ficarão para Outubro ou Novembro, quando eu daqui sair.

O Luís, já com as férias sacrificadas, seguia hoje para Gondarém. Vai fazer-me aqui a maior falta.

*

Das arrelias e contrariedades dos homens compensa-me às vezes a natureza: gozei o mais lindo poente dêste dias todos. Eram grandes panejamentos de violeta e oiro, a revestir a câmara onde majestosamente repousaria a sangüínea rosa do Sol. Está escrito que tenho de me acomodar e render às belezas do Mar. Para um rebelde que tem nos ossos o granito das suas serras, será violento destino.

*

Esta noite não me chega o sono. E daqui a pouco começará a alvorecer. Parece que sinto passar nesta solidão o contínuo rumor da História. Talvez tenha de assistir a alguma ronda de espectros. Evoco a peregrinação da manhã de hoje a relembrar os pri-

meiros tempos da Restauração de Portugal pela Dinastia de Bragança.

Enclausurado nestas paredes, aqui padeceu a extrema agonia do seu remorso e da sua miséria física, o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha, condenado por traidor ao Rei e ao Reino, em 1641.

Passaram muitos anos, já lá vão quási três séculos, e outros agora aqui pagam com perseguição e cadeia a sua fidelidade ao Reino e ao Rei.

Por desvairo dos homens e dos tempos, a funesta ilusão da República proclamou o Rei e o Reino traidores ao bem-comum do Povo Português que também já parece ir perdendo o nome para ser chamado *massa republicana*.

Massa que é todos os dias levada em frenéticas e sangüinárias paixões.

Se um dia estas pedras viessem a falar, como às vezes parece que choram — quantas dores, quantas tragédias comoveriam as almas de hoje! Suspeito de que na vida humana é sempre menos larga a zona da luz do que a da sombra. Quando aqui se solta o pensamento logo se deixa envolver no tumulto das idades mortas e das desventuras sempre vivo. Como é vário e indomável êste destino humano!

3 de Setembro

Esteve cá o Félix Correia para levar os documentos em que se definem a atitude e os propósitos do Integralismo no caso da sucessão. Quando será êsse dia?

Só os miguelistas o sabem, se sabem... Os mistérios, porque o são, vivem ocultos e vedados ao conhecimento do vulgo. Todos os jornais vão noticiando o acontecimento e os mais interessados continuam silenciosos. É já ridícula, esta demora! Mas a inconsciência do ridículo dizem que é uma grande fôrça. Por mim, renuncio, preferindo a fraqueza de não querer mover a riso os amigos e os adversários.

O Félix Correia contou casos e notícias para me animar. Não é preciso, amigo! Cá vou passando os dias e as noites com alegre resignação. E não são as agruras do cárcere que molestam mais: os males que me irritam e afligem, vêm dos sandeus que gozam a liberdade de dizer e fazer asneiras.

Considero êste Félix Correia um exemplo de dedicação integral e integralista. Inteligente, leal, corajoso até à temeridade. Julgo que ainda não tem vinte anos e é uma vida inteiramente e desinteressadamente votada às nossas aspirações. Deus lhe dê a fôrça da perseverança nos anos futuros.

*

Trabalhei no romance e fiz vária correspondência, a agradecer protestos e votos que chegam de todos os lados. Se estas manifestações me dão confôrto pela presença de tantas almas, também me parece demasiado o rumor feito à minha volta, quando há centenas de sacrificados, a sofrer mais do que eu. Basta-me saber o dia em que hei-de sair da prisão. Muitos não sabem ou só o vêem na distância dos anos...

*

Neste quarto, a lua vem muito tarde e as noites são escuras, velando-se tôda a beleza dêstes horizontes, por onde se ouve, parece que mais rumorosa, a queixa do mar, agora oculto nas extensões da barra. Só os faróis, os Estoris e Cascais estão vigilantes.

Ainda há vida por lá, talvez pior do que esta que vou passando encostado à muralha, sem virtude, por certo, sem vícios que envergonhem, graças a Deus.

4 de Setembro

A noite passada houve um grande alarme na Tôrre. Um rapaz de catorze anos, filho do tenente Nazaré, tentou suïcidar-se, dizem. Outra versão afirma que o tiro lhe varou a perna, quando carregava a pistola. O rapaz foi levado para o hospital e espera-se que não morra desta vez. É o que mais importa para evitar a dor dos pais. Coitados! O arrependimento virá depois, a retemperar um desvario de alma juvenil. O suïcídio é uma traição do filho ao pai que o gerou e à mãe que o amamentou.

*

Depois de um poente em que poderiam com honra fazer-se os funerais de um semi-deus, nós, os presos amigos, demos as voltas do costume, para ver a bateria dos namorados onde os namoros acabaram, com certeza, para ouvir a tão esfarrapada sinfonia do recolher e o

Singulino a dizer sandices. Estas são as distracções com que se pode contar. E não são poucas, se nos lembrarmos de que somos presos e do que por aqui muitos presos mais infelizes passaram noutros tempos...

5 de Setembro

Hoje, domingo, com mar de leite, andamos pelas areias da praia a gozar a ilusão da liberdade que, quando se está prêso, sabe muito bem em desejo. Na verdade, a reclusão perfeita e vigiada, seria menos suportável do que o presídio com estas horas de alternativa, em que nos vemos mais próximos da vida normal e em que nos parece que os transeuntes e circunstantes nos vêem com a simpatia de quem não considera abomináveis os nossos crimes...

*

A grande número de visitas fiz hoje de cicerone da Tôrre. Para êsse ofício já me vou considerando preparado. Das pequenas e grandes coisas foram recebendo a lição o estudante Carrasco, um pequeno do Colégio Militar, o Refóios de Meneses, o Salomão Gaspar, o Joaquim Carriço, o José Supico e o José d'Ataíde, êste republicano, mas bela alma e bom amigo.

Veio o Pires de Lima a confirmar que os miguelistas não têm pressa na publicação dos documentos. Isto é de endoidecer! Mas que projectam êles? Nada, com certeza. Segredar e sonhar... Talvez suspirar...

*

De tarde, um acontecimento razoável para matar o tempo: dois grandes torpedeiros americanos encalharam perto da Tôrre do Bugio. Entraram sem pilotos, dizem aqui, não conheciam os segredos e caprichos da barra e lá estão parados, com as chaminés a fumegar. Enquanto assistimos às manobras de salvamento, empoleirados no eirado da bataria casamatada, vamos considerando nos benefícios da areia para a mais eficaz defesa da entrada de Lisboa... E que viriam fazer os dois navios de guerra ao Tejo, para ficarem humilhados nas sombras dêste poente fantasmático? Mistério...

6 de Setembro

Hoje, no regresso da praia, fomos ver o monumento de Gomes Freire, distante umas dezenas de metros da porta das armas na estrada para a estação de Oeiras. É uma triste memória, em estilo de gato-pingado, com várias signas e inscrições retóricas, onde a Maçonaria quis perpétuar a glória do seu grão-mestre que naquele chão foi justiçado. Devemos paz aos mortos, mas também lhe devemos justiça e a que êste general merece é muito severa e implacável. Deus o tenha levado arrependido do mal que causou à Pátria em que nasceu.

*

Passei o dia com um forte lombago que não me deixa mover a cabeça, e assim estava, quando o Luís Chaves me veio anunciar planos de complicada e tremebunda conspiração... Os boatos e os segredos são o alimento moral dos presos. E não há desilusões que os curem da credulidade, porque a inventiva humana não tem limite e a esperança é a última razão que deve perder, mesmo quem está na cadeia...

Com a chuva que vai caindo, a dor refinou e custa-me estar a pé. Às paredes, ao tecto, ao silêncio, à solidão agora digo: Boa noite, fiéis amigos!

7 de Setembro

Esta manhã fui à secretaria à procura de papéis velhos da Tôrre. Pouco ou quási nada se me deparou. Encontrei, encadernado em pergaminho, um livro de registo paroquial da igreja de Nossa Senhora da Conceição para a antiga freguesia de São-Julião-da-Barra. Êsse livro contém:

a) Cópia dos assentos de baptismos, casamentos e óbitos que remontam ao ano de 1588, feita do antigo livro pelo cura da Tôrre em 1806.

b) Lembrança dos soldados que neste castelo têm falecido desde o ano de 1590.

c) Série dos assentos até ao ano de 1770, o último dos quais respeita a Bernardino, filho de Ma-

riana Francisca, escrava do sargento-mor, Sebastião dos Santos Pereira. 25 de Maio de 1754.

No livro intervém para o autenticar com a sua assinatura, Pedro Viegas de Córdoba, pois por êle foi mandado fazer.

Êste Pedro Viegas de Córdoba era comendador e do Conselho de Guerra da Sua Majestade e Governador do Castelo de São-Julião.

Foi padrinho de um filho dêle, em 1588, *o Príncipe Cardial Alberto Legado a Latere e governador neste Reino de Portugal.*

É pouco o que pude averiguar, e não muda por isso a face da História; mas sempre se revela a importância dada pelas autoridades do usurpador espanhol à posição dêste reduto que tantos cuidados havia merecido aos nossos reis D. Sebastião e D. Henrique, de quem por aqui ainda há lembranças e sinais.

À noite, procurei saber do coronel-governador se conhecia mais alguns livros ou papéis de interêsse histórico para a Tôrre.

Parece que não há mais nada, senão documentos recentes. Com êsses não me posso entreter...

8 de Setembro

Ao almôço de hoje, o tenente Nazaré anunciou-nos que temos direito, cada um de nós, a dois litros de azeite por mês. Mas isto, em face da miséria geral, é

uma opulência do precioso líquido! Mas que azeite será êsse? Mixórdia, com certeza! Louvores ao puro azeite beirão, sem acidez!

O Lebre Lima que estava à mesa connosco também se admirou de tanta generosidade, e ficou a desconfiar. Ainda há pouco, na entrada, fôra maltratado pelo tenente Guerreiro. Suspeito que o homem não regula, para ser tão descortês com êste amigo. Aplacado o incidente, li-lhe depois umas páginas do romance *Seara Nova*. Parece que não lhe desagradou a prosa. Ainda é o que me vale para encher os dias e as noites. Os companheiros, todos bons rapazes, nada mais têm que me dizer. Nem eu a êles. Vamos chegando à saturação completa.

*

O Século de hoje refere que se deram divergências entre os velhos miguelistas e os integralistas, não se conformando aquêles com a resolução do Senhor D. Miguel. Talvez sejam boatos ou intrigas jornalísticas. Êles prometeram fazer sair amanhã o número especial da *Nação*. Vamos a ver se faltam.

*

À noite, houve grande borborinho por causa da distribuïção do azeite. Tôda a gente se queixa dos oficiais da Tôrre, como se êstes fôssem gorilas agaloados. Mas não são, coitados. Encontramo-nos numa aldeia muito excitável e sempre descontente, pois nela poucos vivem por gôsto. Todos ralham e todos têm razão...

9 de Setembro

Logo de manhã, o homem dos jornais trouxe o desejado número da *Nação*. Enfim! Tantos trabalhos, tantas esperanças, tantos desgostos — tudo acaba nesta fôlha de papel! Cá estão os documentos que há perto de vinte dias aqui foram lidos. Viva D. Duarte e a Monarquia Portuguesa!

Agora fico ansioso por ler *A Monarquia* de hoje que só virá no correio de amanhã. Telegrafei aos companheiros da Junta Central, a dar-lhes a boa nova. Cada um por seu lado — é de lamentar que estejamos dispersos nestes momentos de que se poderia obter melhor efeito pela cooperação de todos.

Mas isto tem de ser assim: um fadário sem têrmo...

Agora, importa trabalhar com mais fé e esperança.

10 de Setembro

Chegou *A Monarquia* com os *documentos para a História*. Bastante nos custou a alcançar esta solução política, quando as maiores e naturais dificuldades já estavam removidas. Êste obstáculo está vencido, é certo. Mas quantos outros aparecerão até à vitória final?

Interessantes para ler são os jornais de hoje. Sôbre êste assunto apenas o *Diário de Notícias* e a *Pátria* se mostram imparciais.

*

Saboreamos um jantar melhorado com as perdizes trazidas pelo José Coelho da Cunha, ontem à tarde. Com vinho do Pôrto da minha pequena dispensa, bebemos à saúde do Príncipe D. Duarte. E todos me acompanharam, apesar de serem manuelistas os outros sócios desta comunidade da prisão. Às vezes, a política mete-se no vinho; mas o vinho na política, isso acontece muitas vezes. Não é o caso...

*

Saíu hoje de São-Julião o alferes Nascimento. Custa muito ver ir os outros para a liberdade. Se Deus quiser, chegará também a minha vez. E já tarda...

*

Disseram-me à noite que o faroleiro da Tôrre ia ser transferido para Cascais, tendo logo vendido a chata da pesca ao tenente Guerreiro. Para nós todos, êste episódio é um facto transcendente, porque vai ao certo faltar-nos a sardinha fresca, aquela que se via pescar das esplanadas, quási tôdas as manhãs. Vão acabar-se as festas de recepção ao peixe, a saltar nas voltas do faroleiro. Às vezes, o almôço esperava por êsse benemérito e pelo pescado que trazia... Com as dificuldades da alimentação, pela escassez dos géneros, melhor se compreende aqui o profundo sentido do velho prolóquio: *Primum vivere, deinde philosophari...*

11 de Setembro

Esta manhã, havendo pressentido o regozijo de ontem, os presos das casamatas mandaram por um faxina a sua mensagem: queriam ler os jornais de que se falava muito, que lhes mandassem alguns cigarros, e, quanto ao mais, roubos, tiros e outras finezas de que ali davam contas à justiça, não tivéssemos qualquer receio... Podíamos deixar tudo à vontade, pois mesmo que às vezes saíssem, para colegas não havia empeno...

Por minha parte, satisfiz aos têrmos da embaixada, reconhecendo que sempre é útil ter *colegas* protectores, até em São-Julião-da-Barra.

*

De tarde, chegou o Félix Correia com boas notícias sôbre a declaração do Pretendente ao Trono. A impressão geral era favorável à nossa acção, embora alguns dissessem depreciativamente que apenas renascia o velho Partido Legitimista... Não importa. Até êsse renascimento convinha, para mostrar que nem todos os partidos são quadrilhas...

Com estas novas, trouxe o Félix Correia um pêso de manteiga, oferecido pelo Pires de Lima. O bom amigo, verificando há dias a falta de tal alimento na nossa mesa, não se esqueceu de dar de comer a quem tinha fome de... torradas ao chá, quando houvesse açúcar que muitas vezes falta.

E lembrar-se a gente da Madeira e do Império Ultramarino!

12 de Setembro

Hoje, domingo, dia de visitas costumadas. Vêm com semblantes alegres e risonhos, como se a Restauração da Monarquia estivesse para breve.

Entre os amigos de hoje, vieram o Conde de Almada e Abranches, a congratular-se pela publicação dos documentos régios, o bravo lutador José Rino Fróis e o G. de Ayala Monteiro que me trouxe de Viana o formoso livro do Dr. Luís de Oliveira — *Cerâmica Nacional.* Belo presente é êste que me vai dar horas de prazer em tantos dias de tédio. Muito reconhecido fico ao autor e ao portador, por se terem lembrado de mim neste retiro do mundo.

Ainda me deram momentos de agradável convívio o Caetano Beirão e Senhora, a veranear aqui perto, e o Dr. Mateus de Oliveira Monteiro com os seus aplausos calorosos pelo que chama a *nossa vitória.*

Dia bem passado, êste domingo de Verão na cadeia.

14 de Setembro

Na tarde de hoje, apareceu o Augusto da Costa com diversos papéis e assuntos do jornal para resolver. Trouxe vários postais do Príncipe Real, em edição de vulgarização. A difusão é preciso fazer-se largamente, para tornar popular o Pretendente — sem responsabilidades, nem culpas, pois é uma criança de 13 anos.

Em todos êstes lances, o Félix Correia, o Augusto

da Costa e o Refóios de Menezes têm sido exemplares servidores da nossa Esperança. Ao lado dêles, outros mais têm testemunhado o seu grande fervor. É com os rapazes que temos de contar. Com os velhos contam as conveniências, e a terra da sepultura. Que lhes seja tão leve a terra quão pesados êles nos têm sido!

16 de Setembro

Hoje de manhã, dois presos comuns, dos *colegas* da recente embaixada, saltaram a muralha para o mar, aqui mesmo ao pé da minha janela, durante a maré baixa. Um dêles ficou maltratado dos penedos na queda e incapaz de se mover. O outro pôde fugir à vigilância das sentinelas, mas foi recapturado em Carcavelos. Pouca sorte dêle e alguma sorte das suas possíveis vítimas. A vida faz-se com êstes contrastes...

Tive de tarde a agradável companhia do G. Ferreira Borges, mulher e cunhada, Maria do Carmo.

18 de Setembro

O Rino Fróis e o Gastão de Matos, além das boas impressões gerais que o jornal reflete sôbre a solução dinástica, deram-me seguras notícias da marcha do nosso movimento. Também creio que esta nova posição do Integralismo virá a ser uma das melhores condições do seu triunfo na vida política de Portugal. Informaram-me

também de que Paiva Couceiro e Augusto de Aguiar haviam sido chamados a Londres por D. Manuel. Será verdade? Se o é, a bom tempo... Agora, para quê?

19 de Setembro

Outro domingo, mais visitas de pessoas de diversas idades e condições. Nestes dias de romaria, as horas passam com prazer e até me esqueço da minha qualidade de hóspede da República e inconscientemente me deixo promover a dono e senhor da Tôrre que estivesse dando recepções mundanas... Mas o engano dura pouco, porque a realidade não me dispensa o seu quinhão de agruras.

À despedida desta gente tôda, voltei-me para o mar que estava violáceo, quási quieto e tão cismador como um lago. Se tivesse alma, esta melancolia denunciava-lhe uma alma romântica.

*

Em São-Vicente é hoje o primeiro dia das festas de Verão. A nossa casa está de luto pela querida Mãe e triste por mim. Eu ainda poderei lá voltar, mas Ela, a boa sombra, nunca mais!

20 de Setembro

Dia de longas e tristes recordações. Lembro-me das festas que durante os anos de meninice e juventude, foram grande motivo de contentamento e verda-

deira felicidade. À roda da mesa nos reüníamos todos, na comunhão dos afectos e do pão. Foi-se para Deus o Francisco, partiu há meses a doce Mãe que nos criou. Lembro-me agora da tristeza de coração com que, faz hoje um ano, Ela me disse à janela: *Filho, é a última vez que vejo contigo passar a procissão do Senhor Santo Cristo.* E assim foi. Se a Mãe vivesse, é certo que neste ano não poderia ir. Por isso, lá estão amargurados o Pai e os dois Irmãos que me restam no mundo.

21 de Setembro

Os dois fiéis miguelistas Júlio de Freitas e F. Perfeito de Magalhães vieram ver-me jubilosos e com várias lembranças, mas trazia-os o especial intento da organização política. Entendem que devem agora fundir-se os dois agrupamentos, ficando a direcção constituída pelos actuais chefes do Integralismo e do Legitimismo. Pareceu-me a solução muito simplista para não dizer complicada, pois é quási impossível a conciliação das actividades, dos métodos e das imediatas exigências de expansão e combate. Participam-me que, se alguma vez existiu, o propósito de fazer reaparecer a *Nação* já fôra abandonado tal projecto. Nesse caso, disse-lhes, era necessário obter fundos para ajudar a sustentar *a Monarquia*, cujo *deficit* não se tinha podido evitar. O Perfeito de Magalhães prometeu fazer no Norte quanto pudesse.

23 de Setembro

Confirma-se a notícia de ter sido prêso ontem, mais uma vez, o estudante Refóios de Meneses. Coitado do rapaz! Pobre, minado pela doença, sempre a sorrir no meio de ondas de miséria, é êle um grande símbolo de sacrifício pela nossa Causa. Pode servir de exemplo a todos.

*

Com o Henrique Pereira e o capitão Luís Mesquitela, fui juntar-me a um grande grupo de homens e senhoras que alegremente veraneiam em Santo-Amaro e que se lembraram de sacrificar algumas horas ao triste convívio dos presos políticos. Esta solidariedade é simpática e dá-nos razões para julgar que nem tudo se perdeu e que não estaremos aqui em vão.

*

Ao jantar de hoje, celebramos o décimo terceiro aniversário natalício do Senhor D. Duarte Nuno. Meu Deus, tão pequeno êle é ainda! Oxalá que daqui a pouco, mesmo criança, o possamos saüdar no Palácio Real. Nêle vive agora o seguro penhor da Esperança Nacional. Como no tempo antigo, ao eco das vozes de fidelidade ao Rei, solta-se-me sempre da alma o sincero voto do nosso Povo: *Mantenha-vos Deus, Senhor!*

26 de Setembro

No dia de hoje veio a Maçonaria celebrar com arengas e mentirolas, a memória do precursor-traidor Gomes Freire de Andrade. Houve grande azáfama na limpeza da Tôrre, o que se me afigura o maior dos prodígios, pois aqui ninguém varre, a não ser o vento.

A cègada chegou, mas o ajuntamento do cortejo cívico não passava de umas escassas dúzias de semoventes e figurantes, com seu séquito de mirones em guerra surda com a água e o sabão. Assim, êste número das festas centenárias de 1820, redundou em funçanata de entrudo. Amanhã as gazetas da grei mentirão oficialmente, descrevendo a grandiosa manifestação (!) na qual sobressaíam sacrilegamente as inocentes crianças de um asilo.

*

Insistentemente recomeçam as sugestões para aproximação do Integralismo com os constitucionais. Quási todos os visitantes de certa categoria se propõem a negociadores. Recebo-os com frieza e enfado, pois me dão a impressão de ignorarem ou esquecerem o que são convicções e honra política.

*

Li nos jornais de hoje que o Refóios de Meneses foi entregue à divisão e mandado para o Limoeiro. Pobre rapaz! Naturalmente, fazem-no seguir pelos caminhos que aqui me trouxeram.

*

Voltaram as noites de luar encantado. Nunca vi claridade nocturna como a destas águas. É perfeita a solidão. Parece-me que só eu e três sentinelas estamos acordados entre o mar e os altos céus que cobrem estas amplidões. Vim deitar-me com os olhos deslumbrados de ver reflectidos em espelho de prata líquida, as muralhas e os contrafortes. Tenho pena de ser eu só a contemplar esta maravilha.

27 de Setembro

Parece que os monárquicos constitucionais entram a agitar-se, talvez por verem o terreno a fugir-lhes. Êstes casos inesperados produzem tonturas, é certo. Agora somos chamados subversivos e traidores em altas vozes, nas sessões das *Juventudes Conservadoras*.

Os integralistas foram impedidos de entrar no sinédrio. Nada importa: o tempo a todos há-de julgar. É deplorável que mais cedo não removessemos os obstáculos do caminho.

*

O Rodrigues Leal veio combinar a forma de substituir na redacção da *Monarquia*, o Félix Correia, enquanto tiver de evitar ser prêso. Anda a polícia em sua perseguição, e êle, mesmo por fora, é necessário, muito necessário neste momento, em que andamos quási todos dispersos. Nem sei como se faz o jornal! Parece de geração espontânea!

28 de Setembro

Hoje não escrevi nem li nada. Senti-me estúpido em todo o dia, com tendências para fazer caretas a quem encontrasse.

Ainda se livraram dêsse impulso os amigos Pires de Lima e António Cubeira. Valeu-me uma longa carta do Sardinha, acompanhada de vários números do *Pensamiento Español*, em que se trata da questão da sucessão dinástica em Portugal e de outros assuntos com ela ligados. Começa a definir-se a nossa posição mesmo além fronteiras.

*

Fomos hoje avisados de que deixaríamos de comer no fim do mês em casa do tenente Côrte-Real. Carestia e dificuldades na compra dos géneros, essas agruras de que todos se queixam. Se ao menos houvesse o bacalhau a pataco prometido ao Povo há uma dúzia de anos! Mas êsse fiel amigo, já nos foi bastante infiel, por conta dos caudilhos.

Percorremos a Tôrre açodadamente, o Supico, o Pereira e eu, à procura de quem se encarregasse de cozinhar as couves. Para sustento, temos os quinze tostões de abono diário. Mas há pouco quem os queira ganhar aqui na Fortaleza. Se não encontrássemos cozinheira, teríamos de pegar na marmita, êsse indispensável utensílio militar que na Escola de Oficiais Milicianos insistentemente me ensinaram dividir-se em três partes: *marmita pròpriamente dita, prato e francalete da marmita...*

Com tôda esta ciência, só falta haver manjares que comer se possam...

Ao fim de muito passear e anunciar, sempre arranjamos quem nos forneça alimentação orgânica: é a mulher de um sargento.

30 de Setembro

O dia de São-Miguel que passou ontem não me deu nada que notar, nem sequer a vinda de algum amigo com uma sacola de boatos... falsos. Hoje chegou aqui o Gastão de Matos a pedir esclarecimentos que lhe dei. É sempre difícil conciliar interêsses pessoais com os gerais. E nem eu nem êle atinamos com desfecho razoável. O tempo é grande regulador de impossíveis...

*

Tratamos da instalação da *mess* cá nos casebres do Perdigão e foi uma azáfama em todo o dia. Não sei se melhoramos, se vamos ficar pior com esta cozinheira. A saleta do rés-do-chão em que amanhã nos porão a mesa, sem toalha, é claro, não passa de lôbrega enxovia. Por tantos erros e crimes, impõe-se-nos o sacrifício desta expiação. Mas, se Deus nos der saúde, tudo se há-de suportar com alegre e resignada conformidade.

*

À noite, tivemos no salão do Coronel Parreira uma larga sessão de ilusionismo pelo artista Rodriguez e sua espôsa que secretamente lhe prepara os feitiços

da profissão, por detrás de uma cortina de chita esburacada. Coitados dêstes artistas! Reclamo para êles um emprêgo público, pois os seus méritos consagrados por esta e outras demonstrações, são títulos de habilitação hoje em dia, para qualquer cargo de importância e responsabilidade. Na terra em que vivemos, o maior valor é a ilusão. Até se diz que o mundo vive de ilusão. Pois ali passamos duas horas, no meio da população militar muito comprimida e assaz *perfumada*, além de algumas senhoras veraneantes.

Enfim, muito conscientemente desta vez, ali fomos *vigarizados*, como se diz por estas casernas. Os artistas ainda terão ganhado para não morrer de fome durante alguns dias. E é isso que os leva a suportar tão avara sorte.

*

O Gastão de Matos trouxe-me uma carta registada do Conde de Vilas-Boas com um protesto para mandar à Senhora Duquesa de Guimarães, sôbre os seus direitos ao título de Conde de Alvelos. Só hoje recebi a carta, com atrazo de seis dias. Amanhã responderei a dizer-lhe que ao Conde de Almada entregarei o documento, como particular, e desinteressado da sorte de tal demanda. Não é assunto de que a Junta Central tenha de ocupar-se, por não ter competência no caso debatido entre os dois pretensores ao mesmo título. Depois, temos muito que fazer...

1 de Outubro

Começamos hoje o novo regime da *mess*, cá dentro do Baluarte. Para princípio, as coisas parecem bem figuradas: o pão vem de Oeiras, mas para que o padeiro possa chegar à Tôrre, é necessário que uma escolta vá àquela vila assegurar-lhe a integridade das costelas e da mercadoria. A isto chegamos! Avoeja por todos os lados o espectro da fome e a onda popular de protesto e vingança vai subindo todos os dias, sem poder prever-se até onde a levarão a imprevidência e os desgovernos do Poder.

De graves apreensões e suspeitas me deram hoje notícia os amigos Alçada Padez, Mira da Silva e o Alferes Romão que vai seguir para a América, a tentar vida por lá. Boa sorte o acompanhe!

4 de Outubro

Chegou o Inverno e vai inundar-se a Tôrre. Esta madrugada comecei a ouvir um ruído insistente, semelhante ao da máquina de costura. Na escuridão, esta surprêsa fêz-me supor que era a *costureira*, essa revelação diabólica ou materialização de almas do outro mundo que se tem manifestado por Trás-os-Montes, por terras de Leiria e pelo Alentejo.

O ruído foi crescendo e começou-me a cair água na cara, antes da costumada hora de a lavar. O teto do quarto parecia um caniço e logo mobilizei os braços nas manobras de mudar a cama para algum canto

ainda enxuto. Em tôda a parte chovia, como se estas prisões, habitadas agora por presos políticos, não se destinassem também a criminosos comuns que sempre têm merecido à República, decerto por gratidão, os mais desvelados carinhos e muitas vezes até a graça da impunidade...

*

De tarde, veio o Conde de Almada falar comigo e então lhe entreguei os papéis do Conde de Vilas-Boas sôbre o *condado* de Alvelos.

Deixou-me boa impressão o moço engenheiro. E como é rapaz, mais fácil se torna podermos contar com êle para a acção política. É simpático, bem apessoado e pareceu-me inteligente.

*

Trabalhando no romance, escrevi a parte que se refere à revolução de 1910. Registo a coincidência... Já lá vão dez anos e pelos benefícios do regime ainda Portugal espera e sempre há-de esperar, até... desesperar! Assim Deus queira!

5 de Outubro

Esta manhã desabou sôbre a Tôrre uma formidanda tempestade. O mar esbravejava contra as muralhas e eu sentia tremer as paredes do quarto. Vi neste caso um meteórico simbolismo da chegada da República à vida portuguesa, na hora em que a primeira década

se completa. Em tudo se podem encontrar lições e ilustrações para a meditação dêstes dias torvos e incertos.

Pouco depois, a chuva começava a cair do teto em cascatas, como se ali estivesse em céu aberto, e em poucos minutos tinha o compartimento inundado. Ia transformar-se em aquário e à minha natureza sèriamente repugnava converter-me em peixe, e em peixe podre ainda menos. Quem algum dia tiver a ambição de estar como o peixe na água, venha para aqui, pois de boamente lhe cedo o pôsto, as honras e o subsídio para alimentação.

Fui novamente reclamar providências e, como solução provisória, volto a dormir para a cela do Cardoso Pereira. Cá venho de novo tirar-lhe o sono.

*

Recebemos da Senhora D. Maria Leopoldina Carvalhais que está veraneando na Tôrre, um prato de doce, *para festejar a data de hoje*, segundo informaram os pequenos (1). Ao jantar, saboreamos a afectuosa ironia da boa Senhora, cujos nobres sentimentos a todos aqui merecem o maior respeito. Dez anos de República! Na verdade, êste dia bem merece ser festejado, pela razão que temos contra êle, sem deixar de mostrar ter piedade pelas dores e desgraças que tão maldito

(1) Os pequenos de 1920 são hoje o capitão de artilharia Freitas Caldeira Carvalhais e o padre jesuíta José Caldeira Carvalhais. Êsses dois meninos que tantas horas me fizeram companhia na prisão, boa escola tiveram no seu lar português, para um ser oferecido à Pátria, outro a Deus.

regime veio trazer à gente portuguesa. Por quanto tempo durará esta provação?

*

Começou hoje a greve dos combóios. Não tivemos correio, o que logo produziu alarme aqui dentro das muralhas. Tôda a gente sonha com a revolução e parece que vive da esperança dela. No mar, bravíssimo todo o dia, já a revolução rebentou e dêle fugiram barcos e navios para lhe evitar a fúria. Só resta que êsse grande ímpeto se comunique às almas que vivem e sofrem em terra portuguesa...

6 de Outubro

Na manhã de hoje, entrou a barra o *Lutécia*. Não sei se nêle virá dos Açores o Pequito Rebêlo com as irmãs. Vejo-me por aqui bastante só e é necessária, urgente, a acção de alguém lá por fora. Com todos os amigos ausentes de Lisboa, a Junta Central está sempre reünida na sua mínima expressão, aqui na Tôrre. António Sardinha em Espanha, Monsaraz em França, Luís Braga no Minho, Rebêlo nos Açores, não se pode encontrar mais perfeita reünião de... ausências.

*

O Gastão de Matos, o Luís Chaves e o coronel Montês vieram dar-me conta do que se vai passando. A situação precipita-se, talvez. Devagar... devagar —

foram as minhas palavras que não lhes agradaram muito, segundo me pareceu.

Com a greve dos combóios avolumam-se os boatos de revolução, os quais me deixam indiferente. E o que fôr, soará ou não, como de outras vezes tem acontecido.

9 de Outubro

Dia de solidão. Não vieram visitas. Pus-me a ler versos, e o tempo assim foi passando. Como facto mais notável, aqui acontecido, registo a vinda de dois soldados, um dêles bem tatuado, a compor-me o telhado da jazida. Não sei porquê, desconfio da perfeição do arranjo, e era de justiça que ficasse bem feito, porque não sou eu quem está a pedir chuva, é a República...

10 de Outubro

Hoje de tarde, passaram no São-Miguel, aqui muito perto da Tôrre, o Pequito Rebêlo e as irmãs. Prevenido pela estação, pude dizer-lhes adeus da muralha. Tenho estado muito só no govêrno do Integralismo, embora as preocupações e o trabalho sejam cada vez maiores. Com mais papelada, chegou o Augusto da Costa, sempre muito cuidadoso. Trouxe também a carta de adesão ao Integralismo do António Calhariz. O rapaz tem coragem!

Será publicada amanhã com escândalo dos *talassas*

e por certo estremecerão nas suas molduras, as liberais sombras dos Palmelas.

Com a chegada do Rebêlo, as coisas mudarão lá fora, e eu virei a ter dias mais serenos para descansar ou trabalhar.

13 de Outubro

Com a família e outras pessoas amigas, voltou aqui o Pequito Rebêlo, mas não houve tempo de conversar sôbre os assuntos que agora mais nos interessam. Só lhe disse que a minha acção não basta, porque um prêso é suspeito e tem sempre os movimentos tolhidos.

Demoraram-se só o intervalo dos combóios. Com as melhores lembranças, aqui me deixaram muitas flores e uma vastidão de guloseimas, para suprir as faltas da nossa mesa.

Não passei bem durante o dia. Amanhã consultarei o médico da Tôrre. Parece-me que estou intoxicado.

15 de Outubro

Só hoje (!) me trouxeram a carta do Vilas-Boas, de 25 de Setembro, em que êle novamente apelava para a Junta Central, a fim de o acompanhar no protesto dos seus direitos ao título de Conde de Alvelos! Deu-me êsse facto um grande desgôsto por ir êle supor que eu abandonei o assunto, não lhe dando resposta. À noite chegou um telegrama do Sardinha a pedir a demissão

da J. C., pelo mesmo motivo. É a quarta vez que pede a demissão, e desta ainda sem razão: a J. C. não pode tomar sôbre si uma questão genealógica ou familiar que não é das suas atribuïções. A competência seria de um conselho da Nobreza, se o houvesse.

16 de Outubro

Hoje de manhã chegou a carta do Sardinha com os queixumes das desconsiderações da *Monarquia*, etc., etc., e afirmando o desejo de se demitir por solidariedade com o Vilas-Boas.

De tarde, vieram o Rebêlo e o Pires de Lima. Assentou-se em que o Rebêlo lhe escreveria sôbre o caso *(para Madrid)*. Dirigi-me já ao Alberto e ao Braga, pondo-os ao corrente de tudo. Ao Sardinha escrevo, pela última vez sôbre êstes assuntos, pedindo-lhe que me deixe *gozar* em sossêgo os meus dias de prisão. É demais! Na carta de hoje (que seguirá amanhã) digo-lhe que faça uma exposição à J. C. dos motivos que o levam a demitir-se. Ela depois que julgue e responda. Por mim aceito a decisão, seja ela qual fôr.

*

Esta tarde havia saltimbancos na Tôrre, e confesso que, ralado e pouco bem de saúde, a aparição dêles entre estas pedras e o mar, deu-me alegria, embora uma alegria triste. Assistia eu com o Cardoso Pereira à cena eterna do *faz-tudo*, quando apareceram o Pires de

Lima e o Rebêlo. Lá se foi por coisas sérias, a minha tarde de distracção.

*

De hoje a um mês (17 de Novembro), devo sair com a pena cumprida. Já lá vão dois meses! Não me tem sido muito pesado o sacrifício da liberdade, mas não foi aproveitado êste tempo tanto quanto precisava e esperava.

*

Estou há muitos dias sem notícias de casa, por causa das greves, naturalmente, mas essa falta dá-me outro cuidado e já não são poucos os que tenho neste veraneio.

17 de Outubro

Mais um domingo, outro dia de visitas em grande número, com as quais fui passeando pelas esplanadas dos baluartes para as distrair e para as poder receber, pois no meu quarto não cabia tanta gente e nem para as senhoras havia cadeiras. À despedida, na porta das armas, ainda pude falar com o grupo de Santo-Amaro que à Tôrre vem, de vez em quando, matar saüdades, não sei de quem. Eram sete donzeletas, bondosas de cara, que não sei de onde vêm, nem elas sabem para onde vão. A Tôrre não é bom destino para ninguém...

*

Apareceu aqui hoje o Félix Correia a quem tive de proïbir que se apresentasse no julgamento e que andasse a mostrar-se por Lisboa, sabendo ter contra si novo mandado de captura. Concordou. Mas persuadido fico de que um dia dêstes lhe deitam a mão. Êle é moço imprudente e nunca tem mêdo. Mas também é preciso poupar a liberdade, para uso mais proveitoso...

*

Com o Pequito Rebêlo já pude trocar impressões sôbre a imediata actividade do lugar-tenente, àcêrca de fundos para o jornal e sôbre a acção a desenvolver junto dos diplomatas, dispondo-os com simpatia a tomar conhecimento da declaração do Herdeiro do Trono. O Rebêlo há-de voltar para conversarmos e se tomarem as necessárias resoluções neste melindroso momento.

Recomeça a haver Junta Central...

18 de Outubro

Lemos hoje nos jornais que foi prêso o Álvaro dos Reis Torgal. Pobre rapaz! Depois de tanta aventura em terra e mar, vai para a imundície de uma esquadra. São capazes de o remeter para aqui, no que todos teríamos a lucrar com a sua companhia. Deve ser já uma das vítimas dos últimos boatos. Boatos, para quê? Às vezes é a polícia que os forja, para atingir aquêles que mais deseja vexar, ou para encobrir algum escândalo dos governantes.

*

Seguiu hoje, só hoje, para o Sardinha, a missiva a preveni-lo de que não me escreva mais sôbre aquêles assuntos políticos que de Espanha não pode devidamente apreciar e muito menos decidir.

*

Melhorado do mal dos rins, talvez por acomodação a esta permanente umidade, retomei o trabalho do romance no capítulo do exílio de Vasco de Andrade. Se não fôsse esta prisão, com algum sossêgo, nunca mais acabaria o livro que desejo fique sendo o menos mau, entre aquêles que já escrevi. Êste terrível incómodo fêz-me perder quinze dias. E perdi-os já para sempre!

20 de Outubro

Voltaram as dores e nem posso estar sentado. Não sei o que isto seja. Estarei envenenado pelos temperos da comida? Passei um dia amargo e triste. Chuva sôbre chuva, água sôbre água, durante mais de duas horas. Inundou-se outra vez o quarto e fitei os olhos no teto para ver se iria chover nos lençóis. Já pouco falta. Bem desconfiava eu do consêrto do telhado pelos magalas. Tudo se junta para me roubar disposição para o trabalho, e assim não posso aproveitar os meses dêste repouso, como queria e precisava.

*

Nos jornais apareceu hoje a notícia de que o govêrno de António Granjo achava oportuno êste momento para decretar a falada amnistia aos presos políticos.

Veremos se outro poder mais baixo se não alevanta mais alto do que o próprio ministério... Não estamos nós em Democracia?! Os pés sempre são mais do que as cabeças: é a lei do número que manda...

21 de Outubro

Por ter melhorado o tempo, talvez eu sentisse hoje outra disposição. É possível que tenham razão os velhos astrólogos e que nós, fisicamente, nada mais sejamos do que uma partícula errante em que os planetas têm domínio perpétuo. Mas a soberania, no meu caso, não deve ser completa: será condomínio de que partilha a umidade destas paredes na vizinhança do mar... Inquieta-me o receio de não poder aproveitar êstes dias em trabalho que me dê gôsto.

*

Com o Eduardo Perestrelo e o Álvaro Rêgo conversei sôbre o futuro da política monárquica. Todos o querem saber e parece que quási todos se dispõem a dar-nos razão. Do primeiro dos amigos colhi a impressão de que nos arraiais manuelistas se manifesta interêsse em levar a cabo uma aproximação com o Integralismo.

Segundo tais informações, o Senhor D. Manuel está (ou estará) fàcilmente resolvido a designar como herdeiro do Trono o Senhor D. Duarte.

Disse-lhes que o caso não era agora connosco, estando já a obedecer às ordens de Rei Legítimo. Seria êsse um acto de política nacional, pelo qual nos interessámos há anos e sem resultado nenhum. Nós havíamos alcançado agora o desígnio de obedecer a um Rei que representasse e professasse os princípios monárquicos. Estamos contentes e temos por nós o tempo justiceiro. O Senhor D. Duarte não precisa de ser herdeiro do Trono perdido do Senhor D. Manuel: considerando bem a justiça histórica, deve ser herdeiro do trono do seu Avô, El-rei D. Miguel I. O resto serão variações de sentimentalismo, mas só com sentimentos e sem razões persuasivas, não se faz política verdadeira.

*

Veio jantar connosco o Henrique Parreira, a cuja família devemos muitas gentilezas. Para festejar a presença dêste inteligente rapaz, reünimos tudo quanto nos foi possível de baixela e guloseimas.

Foi um banquete de finos manjares em que poderia ter sido conviva o famoso Luculo, um jantar de riso que nos vingou de muitas horas de melancolia, desta tristeza que nem se sabe de onde vem...

22 de Outubro

Passei o dia a ler jornais estrangeiros e portugueses e a escrever cartas sôbre a organização integra-

lista nas Províncias. De tarde, o Pires de Lima veio confirmar a novidade da amnistia e anunciar-me que uma senhora, chegada de Inglaterra, de lá trouxera a informação de que o Integralismo era a maior fôrça política de Portugal... Vamos devagar, e lá chegaremos, se Deus quiser. Por ora, temos *galga* a correr, ou simples amabilidade britânica.

Êstes ecos devem ser efeitos da declaração do Príncipe e talvez oculta má vontade contra D. Manuel. Tudo é possível.

*

Deve chegar esta noite à Tôrre o conselheiro Aires de Ornelas. Pedi ao Supico, quando o fôsse cumprimentar, que lhe transmitisse êste recado: F. também aqui prêso, encarrega-me de dizer-lhe que, havendo V. Ex.ª cortado as relações pessoais com êle e com os seus companheiros por motivos políticos, não tem intuito de modificar essa situação; mas, à chegada de V. Ex.ª a esta prisão, êle, como prêso político, oferece-lhe a sua solidariedade e o préstimo de que possa dispor aqui dentro. Relações de prêso político com outro prêso político, ambos vencidos debaixo da mesma bandeira.

23 de Outubro

Esta manhã veio o Supico informar-me de que transmitira ao Aires de Ornelas o meu recado. Em resposta, assegurara-lhe ser já seu intento mandar-me dizer: aqui dentro não discutiríamos os nossos respec-

tivos pontos de vista, mantendo, como presos políticos, relações de boa camaradagem.

Procurei reter exactamente as palavras do amável intermediário. Quando ia para o correio, às 11 horas, encontrei no Baluarte dos Marechais, o senhor Aires de Ornelas. Cumprimentámo-nos, e sem a menor alusão a assuntos políticos, falámos durante dez minutos ou mais, tendo-lhe repetido o meu propósito que agradeceu. Vem comer à nossa *mess* e espero que nos poucos dias do meu cativeiro, nos havemos de dar bem. Ficamos entendidos, justamente por não nos entendermos nada, a respeito do Rei e do Reino.

25 de Outubro

Veio uma carta do Luís Braga, tratando de assuntos de ordem prática: organização, conferência com a Infanta-Regente, revelação de um plano da Maçonaria para aplaudir e favorecer a Monarquia Constitucional. Encarrega-me de um projecto de combate à seita neste aspecto, mas não me dá elementos nem eu os tenho. De sorte que ficaremos na mesma, à espera de melhor e mais segura oportunidade.

Revolução, amnistia, questão social, maçonaria..., parece que andamos a respirar brisas de tormenta.

26 de Outubro

Amnistia! Amnistia para antes de 31! Como nunca pude acreditar nela, terei o gôsto de me enganar

uma vez. Mas não tenciono nem espero ir para casa daqui a quatro dias. Para o milagre desta concessão, pertenço à irmandade de São-Tomé...

*

Veio hoje a demissão do exército do nosso companheiro alferes Pereira. Coitado dêle! Sei que não é rico e que na vida vai encontrar grandes dificuldades com a carreira cortada. Mais um!

Devemos empregar todos os meios de o ajudar. É bom rapaz e tem-me feito agradável companhia. Merece a estima de todos os monárquicos, pela sua dedicação e sacrifício.

28 de Outubro

Com o Pequito Rebêlo tratei de vários assuntos pendentes, em relação ao jornal e à organização política. Ficou até à noite e foi dormir ao Estoril, porque só muito tarde pudemos conversar particularmente.

*

No *Mundo* de hoje vem a notícia de famosas conspirações aqui na Tôrre. Só eu, há dias, conspirei com sete conjurados, adentro de um quarto hermèticamente fechado. Se não fôsse mentira, tínhamos morrido de asfixia pela Pátria e pelo Rei. Só me admirei de que o insulto fôsse tão pequeno, desta vez. Mas não perco a esperança de honras maiores...

*

À noite, passeámos pela Bateria dos Namorados, a ouvir um gramofone que ronronava na casota de certo sargento. Não pertence ao detentor o desarmonioso instrumento: tem-o ali em penhor de uma dívida de alimentos, fornecidos a um tenente, verdadeiro e inditoso proprietário do aparelho. Toca incríveis peças, nunca ouvidas nos largos domínios de Euterpe, mas apreciadas por todos êstes os amadores de música em São-Julião-da-Barra.

Faz ouvir *O Ensaio da filarmónica da Moita, O 31 de Janeiro, O Carnaval em Loures* e outros mimos retumbantemente sonoros.

A música é o juro do capital da dívida... Boas contas. Deviam promover êste sargento a Ministro das Finanças da República, para acudir ao permanente descalabro...

29 de Outubro

Pela terceira vez, trouxeram-me hoje os óculos errados! Vejo mal e com dificuldade leio ou escrevo. Resolvo ir a Lisboa consultar um oculista capaz de entender a receita, e estou certo de que ainda posso ir e vir, antes de a amnistia aqui chegar. O pior era se a topava no caminho! Já não podia gozar a minha futura cadeira de preguiçar que me estão fazendo por encomenda na Companhia dos Especialistas e que hoje fui ver armar: é menos cadeira do que é catedral nas proporções, no tempo da construção e talvez também no custo.

*

À noite, passeámos pela Bateria dos Namorados, a ouvir um gramofone que ronronava na casota de certo sargento. Não pertence ao detentor o desarmonioso instrumento: tem-o ali em penhor de uma dívida de alimentos, fornecidos a um tenente, verdadeiro e inditoso proprietário do aparelho. Toca incríveis peças, nunca ouvidas nos largos domínios de Euterpe, mas apreciadas por todos êstes os amadores de música em São-Julião-da-Barra.

Faz ouvir *O Ensaio da filarmónica da Moita, O 31 de Janeiro, O Carnaval em Loures* e outros mimos retumbantemente sonoros.

A música é o juro do capital da dívida... Boas contas. Deviam promover êste sargento a Ministro das Finanças da República, para acudir ao permanente descalabro...

29 de Outubro

Pela terceira vez, trouxeram-me hoje os óculos errados! Vejo mal e com dificuldade leio ou escrevo. Resolvo ir a Lisboa consultar um oculista capaz de entender a receita, e estou certo de que ainda posso ir e vir, antes de a amnistia aqui chegar. O pior era se a topava no caminho! Já não podia gozar a minha futura cadeira de preguiçar que me estão fazendo por encomenda na Companhia dos Especialistas e que hoje fui ver armar: é menos cadeira do que é catedral nas proporções, no tempo da construção e talvez também no custo.

Ora, pois, vamos lá, por causa dos óculos e da cadeira, a amnistia não pode nem deve vir. Seria falta de atenção do govêrno da República para comigo. E não estou habituado... Não acredito!

30 de Outubro

Na madrugada de hoje, fugiram das casamatas da Tôrre três soldados que ali estavam presos e que em breve deveriam ser degredados para Angola. Tiveram de permanecer agarrados aos rochedos, à espera de que descesse a maré. Dando-lhes pela falta o carcereiro, logo foi por êles uma escolta que conseguiu recapturá-los, trazendo-os à Fortaleza pela luz do meio-dia. Vinham humilhados e tristes, os mal-andantes. Dois dêles são os mesmos que há tempo tentaram fugir pelo mar e com igual resultado, o que vale dizer com nenhuma sorte. Estão moralmente muito afastados de nós outros, êstes soldados presos por crimes graves, alguns condenados a pena maior; mas a companhia no infortúnio obriga-nos à solidariedade da compaixão e até nos induz à misericórdia por êles.

Tenho aqui flores, ainda não passei fome, sinto-me rodeado por afectuosos cuidados de amigos e amigas. Do que tenho, várias vezes reparto com êles, e pelos buracos do eirado vão caindo cigarros, jornais e folhetos que muito agradecem, lá das profundezas. Com certeza, invejam a minha sorte, e é mais que certo ninguém desejar a dêles. Desgraçada gente!

31 de Outubro

Entre as muitas visitas de hoje, domingo, subiram também ao meu quarto *para o verem,* as Senhoras D. Maria de Jesus de Ornelas, sua prima A. Câmara e um pequeno da família Pombal. Parece que êste quarto, com cortinas, limpeza, flores e alguns livros, tem fama de monumento no baluarte dos presos políticos. A jovem prima da Senhora D. Maria de Jesus é uma graciosa e doce figura de portuguesa, com lindo olhar e melancólico sorriso de bondade ou de pena por nós todos. Foi uma nota feminina de muito encanto na luz úmida e cinzenta da Tôrre, dentro de um cubículo em que só vivem tristes lembranças e onde a aridez dos assuntos políticos torna hostil o próprio ar...

*

Ficaram aqui alguns papéis trazidos por amáveis visitantes, nos quais reconheço a necessidade, cada vez maior, da presença dos amigos. O Integralismo está exigindo comando assíduo e próximo. Assim, todos longe, a pensar sôbre impressões diversas e falsas, muitas vezes, é impossível caminhar com segurança.

A amnistia seria o regresso do Alberto e do Sardinha e o remédio para êstes males de govêrno.

*

A noite de hoje é de tempestade. Chove torrencialmente e com esta atmosfera de banho-maria, daqui a

pouco vejo-me entorpecido. Tenho saüdades do sol e do céu lavado de nuvens e de nevoeiros. Tôda a gente do veraneio vai saindo e o Inverno começa no Outono. Que será o Inverno verdadeiro entre estas paredes esburacadas e lôbregas?

Felizmente, poucos dias já me faltam para deixar a triste cela.

1 de Novembro

Pelas nove e meia da manhã, passou a barra para Lisboa o cruzador *São Paulo*, conduzindo a bordo os Reis da Bélgica que vêm do Brasil.

Pouco antes, fazia um temporal de tufão e os visitantes régios encontram tal manhã de Tejo que lhes não deixará conhecer o sortilégio da nossa luz nem a doçura do clima de Lisboa. Fomos falar com o Aires de Ornelas, para mandarmos ao ministro da Bélgica um telegrama de saüdações.

Respondeu negativamente, acrescentando que os presos da Trafaria já lhe haviam pedido o nome para êsse fim. Ao princípio, opusera-se, mas cedera ontem à tarde. E mais não disse. Nestas condições, nós os quatro, Francisco Supico, Carlos Cardoso Pereira, Albino Novais e eu, mandámos o telegrama. O que motivara a recusa do Aires a uma simples saüdação (soubemo-lo depois), fôra o facto de o Rei Alberto e a Rainha irem hospedar-se no Paço da Ajuda!

Mas a sua memória não lhe recordará, decerto por generosidade, que o mesmo conselheiro Aires de Ornelas já foi ter conferências com presidentes da República ao

Paço de Belém, lá onde viveram Sidónio Pais e Canto e Castro...

Suponho que êle não queria juntar-se a nós, ou talvez a mim, mesmo num telegrama de cumprimentos.

São muito respeitáveis êstes escrúpulos...

*

É hoje o dia de Todos os Santos e por êle se avivam na memória do coração tantas lembranças da minha já distante vida de pequeno beirão, alvoroçado nas festas e brincadeiras dos magustos. Na prisão, passo êste dia ao pé do mar que de tais encantos nada me diz e dissimuladamente me está fazendo uma vizinhança pouco agradável ao corpo e à alma.

*

Como terá corrido *aquilo*, lá por Lisboa? Estou ansioso por notícias, embora sem esperanças nenhumas.

2 de Novembro

Dia de finados, dia dos mortos que foram para o seio de Deus. Amanheceu tristemente e agora levanta-se a risonha esperança do sol, com a glória de uma ressurreição. Nesta hora pensativa da manhã, sinto os meus mortos falar em mim, o Irmão querido e a santa Mãe com quem morreu o repouso moral da minha vida. Ouço o mar em tumulto e nêle se me afigura o turbilhão das almas e dos corpos. Neste

mundo, que é a certeza? Onde está a certeza? Nada me responde, senão com incerteza maior. São as desilusões e as lágrimas dêste vale...

Dia de lembrança dos mortos, horas de dolorosa saüdade.

Estarão os meus mortos a ver-me? Deus os tenha em sua santa guarda!

3 de Novembro

Veio o Augusto da Costa, sempre diligente, com os papéis da correspondência, e a dar conta do que se vai passando nos diversos núcleos da nossa grei. Visto já estarem presos o Luís Chaves e o Caetano dos Reis, aconselhei-o a que suspendesse a *Idéia Nacional.*

As prisões dos integralistas continuam sem quartel em Lisboa e no Pôrto. Parece que o Integralismo é agora o maior pesadêlo da República. Como está pendente uma proposta de amnistia, é preciso inventar razões para impedir a sua aprovação no Parlamento. Bandidos! E tantos homens e rapazes a sofrer! Tantos que nunca foram nem querem ser integralistas! Serão as inocentes vítimas do rancor que nos têm a nós.

Vingança! Vingança e vileza!

*

Em longa e viva carta, conta-me o Fernando Campos a vergonhosa recepção feita aos Reis da Bélgica. A tal propósito, desabafa os seus sentimentos e proclama a verdade da nossa Esperança.

Assim fôssem todos! Tem sido bom trabalhador nesta pedregosa seara.

4 de Novembro

Tenho de continuar o meu boletim meteorológico: dia tempestuoso, chove a cântaros e os horizontes pouco vão além das muralhas da Tôrre. Êste tempo rouba-nos a única compensação, a de nos libertarmos com a vista de Sintra, de Cascais, da outra Banda e do mar largo. Julgamo-nos sepultados vivos em água e pedras. E sempre vou pensando que os temporais são mais feios e deshumanos no mar do que em terra. Parece que vemos a imagem do primitivo cáos em que o Homem não existia para sofrer e se queixar.

*

O sargento Fernandes, nosso amigo, conseguiu reünir os fragmentos de uma carta que outro sargento, mas êste grande mariola, escrevera para o *Mundo*. Vou mandar publicá-la na *Monarquia*. Sempre são honras...

É uma prosa soês, com divagações de sandeu inflamado, acusando-nos de falar com o Coronel comandante e sua família!

Como se vê, é o habitual processo da denúncia, mesmo quando não haja que denunciar.

7 de Novembro

Entre as visitas de hoje, Xavico, Rodrigues Cantante e Vieira de Almeida, veio o médico António Freire trazer a sua adesão ao Integralismo. É um

monárquico muito sacrificado e perseguido, desde os primeiros tempos, e foi obrigado a emigrar para o Brasil.

Parece-me homem de fé e de coragem para a luta.

Seja benvindo!

8 de Novembro

Hoje, fim de quinzena, o Cardoso Pereira, a quem chamamos o caloiro, por ser o mais novo dos presos, apresentou à mesa a conta da água do Vale-de-Cavalos que se manda buscar ao Estoril por um soldado. Na Tôrre só temos a água da cisterna, cuja última limpeza já não há memória de homem para a recordar...

— Somos cinco na *mess*, cabem oito tostões a cada um, declarou êle, um pouco envergonhado da insignificância.

Aires de Ornelas que de aparência áspera, às vezes, era uma alma simples de herói, homem de chalaça e leves gracejos, voltou-se com decisão para o nosso companheiro cobrador:

— Não pago! Eu não pago...

— Mas, senhor Conselheiro, é o que dá a divisão, somos cinco..., justificava o ingénuo contabilista, enleado de surprêsa.

— Não pago, já disse! O senhor ou algum dos presentes já me viram fazer uso de semelhante bebida?

Ninguém ousava responder afirmativamente a tão impetuosa interrogação.

Depois, em tom solene, naquele silêncio já mal contido por mim e pelos outros, Aires de Ornelas ainda rematou com indignada ironia:

— Quem quere luxos, pague-os!

Só então o Cardoso Pereira se libertou da confusão que o tolhia, para rir gostosamente com todos nesse almôço entre sombras, acompanhado da ruïdosa e espumante música do mar de São-Julião...

*

Senti-me hoje de manhã muito pior do que nos últimos dias e resolvi ficar agora só a leite, se o houver nestas redondezas. Qualquer coisa de grave tenho eu, porque êste estado é-me inteiramente desconhecido.

O médico da Tôrre já me receitou diversas drogas, mas foram inúteis. Algumas visitas de hoje, as Belas, com o pai Eduardo e o Gonçalo, já tive de as receber deitado na cama onde escrevo.

9 de Novembro

Na manhã de hoje, ainda me arrastei a consultar o Dr. Natal que veio fazer tratamento ao Aires de Ornelas. Declarou-me que tinha um grande ataque de fígado. Fêz-me notar a côr dos olhos e outros sintomas. Senti-me depois muito mal, vim para a cama e não sei por quanto tempo.

10, 11, 12, 13, 14 e 15 de Novembro

Só hoje, dia 15, posso começar a escrever. Tenho passado os piores dias de doença na minha vida. No dia 11 veio aqui ver-me o Fernando da Mota Cardoso

que, com a sua presença e alegria, me trouxe momentos de distracção e alívio. Vinha com êle o Dr. António Freire que, muito surpreendido com o meu estado, logo quis encarregar-se de me tratar. Quando me observava, apareceu o Dr. Natal e ambos combinaram a terapêutica a adoptar.

Com proveito a fui seguindo, pois me sinto melhor, graças a Deus.

Mais duas vezes aqui voltou o incansável Dr. Freire e quere acompanhar-me no regresso a Lisboa na próxima quarta-feira, 17. Se eu puder ir, pois a minha fraqueza é extrema. Mal posso segurar a caneta.

No dia 14 pedi ao Supico para escrever uma declaração que lhe ditei para mandar aos jornais, desmentindo as fantasias da Polícia de Segurança do Estado. Naturalmente, preparam-se para me prender no primeiro dia de liberdade. Tudo se pode e deve esperar de tal regime e sua polícia.

Vieram ver-me o bom amigo Dr. Alfredo da Cunha com duas sobrinhas, o Salomão Gaspar, o Pires de Lima, o Eduardo Pinto da Cunha (finalmente!), o Félix Correia e outras pessoas.

Hoje passei melhor e já pude comer um *puré* de batata. Mas foi difícil conseguir êste manjar aqui dentro da Tôrre.

16 de Novembro

Levantei-me agora para a janela, a ver o lindo dia neste formoso e encantado mar. Desta vez, é o último sol da prisão, em muitos dias mais agradável do que o da liberdade. Se não fôsse esta doença maldita...

Começa a labuta do arranjo das coisas, e são os amigos que me substituem nesse encargo. Eu não posso. Ao entardecer, vejo um poente estranho, sol estrangulado entre fogo e sangue, uma agonia de mistério. Tenho mêdo. Como me sinto fatigado e esvaído da cabeça, deito-me e espero na cama o *jantar*. Supico, sempre solícito, traz-me a guia de marcha e vai desfazendo os celebrados adornos do quarto.

Amanhã devo seguir pela vagoneta das 11, essa que há três meses me trouxe lá de Oeiras e que tantas vezes vi partir, levando tantos outros...

Estou tão doente que não sinto a comoção da abalada. Vem-me a tentação de ficar até me sentir melhor. Os dias aqui não me correram opressivos. Pelo contrário: há muito tempo que não me reconheceria com tanta liberdade como depois de a ter perdido. Continuo a insistir... Agora tenho pena de que a saúde nem sempre me permitisse trabalhar para utilizar tanto tempo disponível. Mês e meio bom, mês e meio mau. Enfim, tudo é viver. Cá vou amanhã com mais êste atestado de sacrifício, feito de muito boa vontade. Como já estou só, fui prolongando êste insípido soliloquio. Mas sinto-me cansado, muito cansado.

Agora, adeus, amigos! Adeus, Tôrre!

E volto os olhos para trás!...

*

À noite, veio o Carlos Ficalho fazer-me companhia e trazer-me os volumes do Coelho da Rocha — *Instituïções* — em que antes tínhamos falado. A três dias da morte do pai, foi amável em recordar-se êste sacrificado

e bom rapaz. Chegaram depois o Supico e o Pereira — pela última vez! Bons companheiros foram êles e a sua lembrança de prisão sempre me acompanhará. Só me penaliza vê-los ficar ainda, esperando o incerto. Coitados!

*

São quási onze horas, o mar ruge desesperadamente, mas a carcassa não me aflige tanto, e assim parece-me que posso dizer a mim mesmo, nestes muros e para sempre: Boa noite! Deus seja comigo!

O sol de amanhã já me encontrará livre! De tanto que aqui pensei, sonhei e sofri, até me parece que levo saüdades. Saüdades de uma cadeia! Pressinto que se marcou aqui nova fase da minha vida. Qual será ela?

17 de Novembro

Estou acordado antes do alvorecer. Contra as pedras, a fúria do mar desperta em trágicos ecos, o espêsso silêncio dêstes muros.

Sinto-me excitado, inquieto de alarme, e já não posso tornar a dormir. Será esta uma velada sem armas, e com a alma em turbilhão de pesadêlo. Parece que ouço rumores de asas. Devaneio ou delírio de febre? Acendo a luz. Os olhos nem lêem o que a mão vai escrevendo.

Tendo de voltar hoje para a luta e para o sonho, aos ouvidos da alma aqui me vai ecoando a misteriosa melopeia com que o Povo Português se salva, ou se perde, para tornar a salvar-se...

Devo estar ouvindo agora as doridas vozes destas paredes, úmidas de mar e de lágrimas, seculares confidentes e fiéis depositárias de tanta saüdade viva e de tanta esperança morta:

Oh! quem tivesse poder
Pera dizer
Os sonhos que homem sonha;
Mas hei medo que se me ponha
Gram vergonha
De mos nam poderem crer.
.....
.....

Honrado e suspiroso Bandarra! Destinou-te Deus para avô e oráculo daqueles que, por honra ou glória, nunca deixam de esperar na vinda do Encoberto a ressurreição de Portugal:

Saya? Saya esse Infante,
Bem andante?
O seu nome he Dom foam:
Correrlheam o Pendam,
E o Guiam,
Poderoso & triumphante.

Virlheam novas num instante
Daquellas terras presadas
As quaes estam derramadas,
E declaradas
Por seu Rey dally a diante.
.....
.....

*

Levantei-me com menos custo, a dispor a bagagem, esperando o médico e amigo António Freire. Pontualmente chegou à Tôrre, encontrando-me bem disposto, capaz de fazer a viagem.

— Se houvesse alguma coisa, aqui tínhamos o recurso, sentenciou êle, indicando as injecções.

Aproxima-se o fim: últimos abraços, derradeiros votos de felicidade.

Eram horas e saímos. Há ainda nevoeiro e a manhã parece preguiçosa nos seus passos de luz. Nesta vagoneta do tempo de El-Rei D. João VI, viemos andando para o combóio. Só os dois, eu e o médico Freire. De tantos outros amigos, nenhum mais se lembrou de vir dar-me o braço para sair da prisão. E bem precisava de amparo... Também era muito cedo e não valia a pena encurtar o repouso.

No combóio, só desconhecidos que não sabem o que é o gôsto de respirar o ar da liberdade. No Cais do Sodré, a cara amiga, o afectuoso sorriso do Fernando Campos. Neste tempo de prisão, a mais experimentada e incansável dedicação foi a desta família. Não podia, pois não merecia esperar tanto! Mais ninguém aqui para abraçar. Num automóvel, segui com o Dr. Freire a entregar a guia no Quartel General, e dali viemos para casa aonde cheguei pela 1 hora.

Assim se fechou o ciclo de tal peregrinação, à procura do Rei e da Monarquia. Agora terminou o tempo desta lição que tantas esperanças e desilusões me trouxe. Aqui começa... o quê? Não sei, pois se soubesse, não interrogaria. Vejo escuro. Só há luz no cami-

nho do dever. Tenho de tratar da saúde. Sinto-me extremamente fraco, imensamente triste.

Como estás longe, ó Tôrre de São-Julião-da-Barra! Amanhã, em frente!

NO MESMO PÔSTO

Quando saí de São-Julião-da-Barra, a direcção da *Monarquia* estava confiada ao Rolão Prêto que neste pôsto já sucedera ao Pires de Lima.

Por imposição médica, fui obrigado a um regime de repouso para me restabelecer, com o conselho de imediato afastamento de Lisboa, por algum tempo.

Não quis seguir êsse bom conselho, mas as fôrças refizeram-se.

A 8 de Janeiro de 1921, deveria reentrar no baluarte do jornal, com a determinação de ali permanecer, enquanto não regressassem do exílio o Alberto Monsaraz, director, e o António Sardinha, redactor principal, cujos nomes sempre figuraram ao lado do título do nosso diário.

Mas na tarde do dia 7 de Janeiro, a Polícia de Segurança do Estado socorria-se de um grosseiro e torpe estratagema para suspender os ataques do jornal: depositava nas escadas da redacção uma pequena maleta com bombas que no mesmo instante apreendia triunfalmente! Assim a República se confessava impotente

para manter o prestígio das suas próprias leis, a Constituïção e a Lei de Imprensa. Como bombistas, eram presos os redactores presentes e o administrador, levados arbitràriamente papéis e objectos de escritório, encerrando-se a sede e selando-se as portas do jornal por tempo indeterminado.

Tive logo de entrar em nova fase de conflito, dirigindo ao Presidente do Ministério e Ministro do Interior a seguinte reclamação escrita, depois de baldadas tôdas as diligências pessoais, durante alguns dias:

Ex.mo Senhor Presidente do Ministério
e Ministro do Interior:

Em 7 do corrente, pelas quatro e meia horas da tarde, e sem precedência de qualquer mandado judicial, nem presença de Juíz de Paz ou Regedor, os escritórios do jornal *a Monarquia*, situados na Rua Serpa Pinto, 38-3.º desta cidade, foram invadidos por um grupo de indivíduos armados de pistolas que se diziam agentes da Polícia da Segurança do Estado, não exibindo porém qualquer documento que comprovasse essa qualidade. Em seguida, prenderam tôdas as pessoas que nos mesmos escritórios se encontravam, passando depois uma busca e apreendendo vários documentos, dinheiro, valores selados, livros de escrituração, maços de cintas do correio e outros objectos que no mesmo sítio se guardavam. Feita esta busca, sem a presença de alguém que representasse a emprêsa comercial editora (Sociedade Integralista Editora, L.da), proprietária do referido jornal e legítima arrendatária da aludida parte daquele prédio, conduziram tôdas as pessoas prêsas e objectos que diziam apreendidos para o Govêrno Civil, selando as portas da casa, e conservando-as guardadas até ao momento presente.

Por tais factos, já o signatário teve ocasião de reclamar pessoalmente perante V. Ex.ª, e protesta desde já pedir pelos meios competentes a respectiva responsabilidade civil e criminal aos seus autores.

Constando-lhe, porém, agora, extra-oficialmente, que as diligências relativas à busca terminaram, como tal situação não pode prolongar-se sem grave prejuízo e ofensa dos interêsses legítimos da referida Emprêsa, vem requerer a V. Ex.ª que se digne ordenar às autoridades suas subordinadas de quem o caso depende, façam ao signatário, na qualidade de representante da emprêsa editora e director do jornal, entrega imediata das chaves do referido 3.º andar, bem como dos objectos apreendidos, dinheiro, valores selados, livros de escrituração, que não podem incluir-se na categoria de papéis suspeitos ou de bombas explosivas, requerendo mais que a essa entrega esteja presente o prêso Licínio de Miranda, administrador do jornal *a Monarquia*, única pessoa competente para saber o que nos referidos escritórios existia, se bem que conservando-o sempre sob custódia.

O requerente, obtida a necessária entrega, desde já requere que êsse acto e o levantamento de selos sejam feitos na presença da autoridade administrativa em quem V. Ex.ª delegar essa atribuïção, lavrando-se de tudo auto público que será assinado por testemunhas presentes e pessoas circunstantes, fazendo constatar todo o ocorrido.

E. D.

Lisboa, 15 de Janeiro de 1921.

O suplicante,
Hipólito Raposo

Oferece o advogado:
Gomes Mota

Passados doze dias, vim a receber em casa os seguintes documentos:

MINISTÉRIO DO INTERIOR
DIRECÇÃO GERAL
DA SEGURANÇA PÚBLICA
L.º 3-A — N.º 12-21
Copiador n.º 6 a fls. 387

SERVIÇO DA REPÚBLICA

Ex.mo Sr. Dr. J. Hipólito Raposo
Rua Pedro Nunes n.º 7 r/chão
LISBOA

Encarrega-me o Ex.mo Ministro do Interior, por seu despacho lançado no competente processo, de levar ao conhecimento de V. Ex.ª a resposta do Director da Polícia de Segurança do Estado, dada ao Chefe do Gabinete do mesmo Ex.mo Ministro, àcêrca do requerimento de V. Ex.ª de 15 do corrente, apresentado e dirigido por V. Ex.ª e Ex.mo Sr. José Gomes Mota a S. Ex.ª o Ministro do Interior sôbre os factos passados com o jornal *a Monarquia*.

Rogo a V. Ex.ª se digne acusar-me a recepção da cópia adjunta a êste ofício, por mim autenticada.

Saúde e Fraternidade.

Direcção Geral de Segurança Pública, em 28 de de Janeiro de 1921.

O Director Geral,
a) *Carneiro de Moura.*

SERVIÇO DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
DIRECÇÃO GERAL
DA SEGURANÇA PÚBLICA
L.º — N.º
Copiador n.º a fls.

CONFIDENCIAL URGENTE

Lisboa, 25 de Janeiro de 1921.

Ao Ex.mo Sr. Chefe da Repartição do Gabinete de S. Ex.a o Ministro do Interior

LISBOA

Tenho a honra de devolver a V. Ex.a o adjunto requerimento, assinado por J. Hipólito Raposo e José Gomes Mota, que me foi enviado por determinação de S. Ex.a o Ministro, cumprindo-me informar, àcêrca da matéria contida no mesmo, o seguinte:

I — O requerimento não está em têrmos, por lhe faltar o sêlo verba *(sic)* exigido por lei;

II — Não representa a expressão da verdade, fazendo acusações ofensivas da dignidade desta corporação, que carecem absolutamente de fundamento, porquanto: — É falso que os agentes tivessem entrado na sede da redacção do jornal *a Monarquia*, exibindo pistolas, o que aliás, se necessário fôsse, era legítimo e legal; que fôssem apreendidos quaisquer valores selados ou dinheiro, e ainda, a busca fôsse efectuada sem a presença do representante do jornal *a Monarquia*, por isso que os agentes que ali entraram em serviço foram devidamente dirigidos pelo adjunto desta polícia, que imediatamente preguntou pelo director do jornal, apresentando-se-lhe como seu representante, um indivíduo que declarou chamar-se Josino Augusto Costa. Nestes têrmos, foi a busca efectuada

na sua presença e na do administrador do jornal *a Monarquia*, de nome Licínio de Miranda, tendo êste sido intimado a encerrar dentro dum cofre que ali existia, todo o dinheiro e demais valores, o que efectivamente fêz, fechando o cofre em seguida e arrecadando a respectiva chave, declarando que no mesmo cofre ficavam devidamente guardados todos os valores quer em dinheiro, quer em documentos. E assim, verifica-se, pelos depoimentos dos citados argüidos, que constam do processo que corre por esta Direcção, que os signatários do requerimento, Drs. Hipólito Raposo e José Gomes Mota, cometeram o crime de difamação, previsto e punível pelo artigo 407.º combinado com o art.º 411.º do Código Penal, cabendo ainda ao primeiro a responsabilidade da doutrina contida numa local do jornal *A Época*, n.º 591 de 14 do corrente mês, pelo que o respectivo processo vai ser enviado ao tribunal competente. Quanto à entrega das chaves da respectiva sede, sita na Rua Serpa Pinto, n.º 38-3.º andar, desta cidade, não acho inconveniente em que as mesmas sejam restituídas a quem de direito. Aproveito ainda a oportunidade de informar V. Ex.ª que o material apreendido, e o jornalista a quem foi reconhecido o motivo de pronúncia, já foram postos à disposição do Tribunal de Defesa Social.

Saúde e Fraternidade.

O Director,

a) *Joaquim Marreiros.*

Está conforme o original.

Direcção Geral da Segurança Pública, 28 de Janeiro de 1921.

O Director Geral,

a) *Carneiro de Moura.*

A êste ofício gago, redigido em prosa de cabo de esquadra, enviei no dia imediato a seguinte resposta:

Ex.mo Senhor Director Geral
da Segurança Pública:

Tenho a honra de notificar a recepção do ofício de V. Ex.ª, referido ao Livro 3-A n.os 12-21, com data de ontem, no qual V. Ex.ª se digna comunicar-me a cópia da resposta dada pelo Director da Polícia Segurança do Estado ao Chefe do Gabinete de S. Ex.ª o Ministro do Interior, sôbre o requerimento que ao mesmo Ex.mo Ministro dirigi em 15 dêste mês, àcêrca dos factos ocorridos nos escritórios do jornal *a Monarquia*, em 7 do corrente.

Sem apreciar os propósitos anunciados com tanto rigor jurídico, pelo Director da Polícia de Segurança do Estado, visto que nem aquela Corporação nem o Ministério do Interior são o fôro próprio para discussão e julgamento desta questão, rogo a V. Ex.ª que se digne transmitir a S. Ex.ª o Ministro do Interior o objecto imediato e principal da minha reclamação: que dos escritórios e oficinas do jornal *a Monarquia*, invadidos para uma busca nos dias 7 e subseqüentes dêste mês, selados e guardados até hoje pela polícia, nos seja feita entrega, mediante uma diligência da autoridade administrativa do respectivo bairro, a fim de inventariar todos os objectos que nos mesmos escritórios e oficinas se encontram ao presente.

O alto critério de homem de leis a quem tenho a honra de me dirigir, como funcionário superior do Estado, dispensa-me de justificar a exigência desta formalidade, absolutamente indispensável para a defesa dos interêsses da emprêsa de que faço parte, parecendo-me ainda que, em face das afirmações do Director da Polícia de Segurança do Estado, a referida diligência só trará maior prestígio à digni-

dade daquela corporação, não subsistindo, portanto, nenhuma razão que pudesse legitimamente opôr-se-lhe em qualquer caso.

Nestes têrmos, no interêsse da Sociedade Integralista Editora, Ltd. e no do meu direito, como actual director do jornal *a Monarquia*, ouso exprimir a V. Ex.ª a certeza em que fico, de que essa diligência será superiormente ordenada no mais curto prazo de tempo, evitando-se assim a continuação dos graves prejuízos, irreparáveis pela maior parte, que a referida Emprêsa há vinte-e-três dias está sofrendo, com a suspensão do jornal e com a forçada paralização de todos os seus serviços administrativos.

Saúde e Fraternidade.

Lisboa, 29 de Janeiro de 1921.

a) *José Hipólito Raposo.*

A êste arrazoado legal e justiceiro, nunca foi dada resposta nem qualquer satisfação, como era de prever. Mas tornava-se necessário que o jornal não interrompesse a sua publicação por êste atropêlo policial que nos privava do contacto com os leitores, da casa, da oficina, e de todos os elementos de trabalho. Em dois anos de vida do diário, já se contavam três assaltos à escrita, e os nossos recursos só eram grandes em dedicação, o que não bastava para reparar ou suportar tantos prejuízos materiais.

Com o propósito de não soçobrar por efeito desta nova arremetida do major Marreiros, consegui obter da emprêsa do *Diário de Notícias*, a concessão de me servir das suas dependências e das suas oficinas para compor o jornal, visto têrmos um quadro tipográfico

fielmente dedicado ao nosso serviço. Ali se instalaram os tipógrafos e alguns redactores. E a 4 de Março seguinte, saía o jornal *a Monarquia* da sua sede provisória, sem serviço de assinantes, porque as listas e a escrita estavam nas salas seladas à ordem da polícia e por ela guardadas dia e noite.

É necessário dizer que à estima do Dr. Augusto de Castro devo as possibilidades de tal concessão, por honrosa compreensão dos seus deveres de solidariedade jornalística que já por então andavam muito esquecidos, como temos visto e provado. Registando o caso, aqui lhe renovo em público o meu reconhecimento.

É do jornal dessa data, com a fisionomia mudada pela nova disposição e tipo, mas com a mesma alma e a mesma fé, o artigo que nêle foi impresso:

NO MESMO PÔSTO

Há perto de oito meses que um incidente, hoje vulgar entre a classe dos homens de honra, atirou comigo para uma fortaleza militar, só pelo crime de ser monárquico e de combater os crimes da República.

Pela prisão e pela doença, vi-me obrigado a abandonar o pôsto de combate em que me colocaram as exigências do meu dever de integralista e o encargo da amizade de Alberto Monsaraz e António Sardinha, ambos exilados no estrangeiro e que tanto brilho deram à primeira fase dêste jornal.

Não faltou quem vantajosamente me substituísse e o meu afastamento trouxe-me uma das maiores e mais consoladoras certezas da vitalidade do nosso movimento — que dentro dêle todos são precisos, mas nenhum é imprescindível.

Os leitores dêste jornal recordam-se ainda por certo dos dois jornalistas ilustres que sucessivamente aqui me substituíram

e fàcilmente me fizeram esquecer, os doutores Pires de Lima da Fonseca e F. Rolão Prêto.

Numa hora grave, êles, prontamente, bravamente e generosamente, tomaram a direcção da *Monarquia* que em certo período da sua agitada vida, chegou a ter exilados o director e o redactor principal, presos no Limoeiro dois redactores e em São-Julião-da-Barra o autor destas linhas, sem que a sua publicação fôsse perturbada ou de algum modo diminuísse a sua combatividade e a sua fé nos destinos do Integralismo Lusitano.

A êsses dois amigos ilustres cumpro o dever de agradecer neste lugar as provas inexcedíveis de lealdade e de sacrifício pelos nossos princípios, apontando-os como dois belos exemplos de dedicação e disciplina.

Foi ainda durante a minha ausência, que pela primeira vez honrou estas colunas com o seu nome, o ilustre jornalista portuense Sr. Dr. Francisco Veloso, um dos valores mais categorizados do meio católico português e uma das inteligências mais vivas e cultas da geração nova, a quem desta linha de batalha saúdo afectuosamente como seu companheiro de armas.

*
* *

O Integralismo Lusitano muda hoje de trincheira, mas não de atitude. Diante das violências do regime, em desafio permanente à pistola e à navalha dos seus sicários, continua a erguer aos céus pela honra e pela vida de Portugal, o seu grito de alarme, cada vez mais angustioso, cada dia mais alto e mais acusador.

Como os leitores sabem, depois de um assalto preparado e feito pelos mais zelosos cães de guarda do regime, os escritórios do jornal *a Monarquia* continuam em poder da Polícia, há perto de dois meses.

Alegou-se então e alega-se hoje ainda que da sede daquele jornal foram retirados objectos que não eram precisamente as bombas que a polícia lá nos mandou de presente; reclamou-se contra abusos violentos que os anais da República costumam classificar de actos de civismo e que a terminologia anacrónica

do Código Penal insiste em denominar crimes de furto; requere-se uma entrega por inventário do resto dos haveres que lá deixaram, sendo reconhecida a legalidade da petição e ordenada a referida entrega nos têrmos da lei, pelo Sr. Ministro do Interior.

Mas a polícia resiste, o Sr. Marreiros exercita contra o Ministro o seu ameaçador apelido e o Ministro, guarda da Lei, presidente do govêrno, sustentáculo da ordem, vê dobrar-se a sua espada, como se fôsse de cortiça, diante da arremetida de um chefe de esquadra!

Por muitos que tenham sido os incómodos, os prejuízos e as contrariedades que semelhante situação nos tem causado, temos de confessar que poucas vezes a República terá sido mais lógica consigo mesma...

Mudámos de trincheira, porque a nossa foi inundada pela lama da República e viemos juntar-nos aqui todos, irmãos mais velhos com os mais novos, neste voluntariado de sacrifício, para continuarmos a bradar o mesmo álerta de salvação!

Para acusar as quadrilhas da política e da finança, para chamar às armas contra o saque de que mùtuamente se acusam Ministros e Deputados, não precisamos da casa de que a polícia nos esbulhou, pensando que assim se assegurava do nosso silêncio.

Nem as montarias do Rossio ordenadas e executadas por verdadeiros facínoras, coadjuvados por agentes fardados (!), nem a pilhagem, nem as atrocidades dos calabouços podem conseguir calar o nosso protesto de portugueses contra os bandos de malfeitores que tornaram esta pobre terra uma Calábria inabitável.

As prisões da República já não bastam para encarcerar todos aquêles que não se vendem, que não transigem nem capitulam. Os inimigos da República, por honra nossa, são uma legião em que se alinham seis milhões de portugueses. Se todos não têm espírito combativo, nenhum deixa de aplaudir, de secundar esta batalha que dura há mais de dez anos e que só terminará pela paz definitiva da nossa vitória.

Neste País há hoje duas classes de homens — portugueses e republicanos. Entre uns e outros, não pode haver confusão neste estertorar macabro em que só se ouvem gritos de ódio por entre o matraquear de dentes de gorilas esfaimados. Não há govêrno, não há ordem, não há moralidade nem vergonha.

O vocabulário político tem hoje uma violência de expressão de que já se não pode prescindir. Quando os deputados querem ser justos para os ministros, chamam-lhes ladrões no parlamento; sempre que um ministro quere biografar politicamente um deputado, chama-lhe ladrão no seu ministério; o financeiro que compra os dois, chama ladrões a ambos. E por último, ministros, deputados e financeiros assentam-se todos em convívio à roda do mesmo banquete, como sócios da mesma quadrilha.

Hoje, como ontem, fiéis ao compromisso com que honrámos a nossa mocidade, aqui estamos a bradar por socôrro, porque a casa portuguesa está a arder, e é preciso que lhe acudam a boa vontade, o esfôrço e o sacrifício de todos os homens honrados de Portugal.

República, no dicionário contemporâneo, é sinónimo de crime. Crime foi na origem, matando um Rei e seu Filho; crime na sua vida, matando, saqueando e incendiando impunemente; criminosa nos seus fins, criminosa nos seus processos — o maior dever da hora presente é combater sem tréguas, os homens, as idéias, as instituïções da República e trabalhar dia e noite, com a fé de uma cruzada nova, contra novos mouros, para que na terra de S. Nuno, escrava hoje dos poderes ocultos da Maçonaria desnacionalizadora, da finança sem pátria e dos políticos sem consciência nem dignidade, se possa erguer um dia o grito salvador:

Viva a Monarquia!

Hipólito Raposo.

No dia seguinte, em artigo de fundo, fazia-se o perfil do novo chefe do govêrno nos seguintes têrmos que desmentiam em muito a habitual serenidade de quem o assinava:

O TITEREIRO

Esta ascensão de Bernardino Machado ao poder, depois de uma crise dolorosa para os últimos crentes da República, é um índice de adiantada decomposição política e moral do

regime abjecto que leva a Nação Portuguesa a uma agonia de opróbrio.

A pouco mais de dois anos de distância, êsse presidente ridículo, caricatura de si mesmo, que apenas Sidónio Pais e os seus companheiros numa hora de heroísmo tomaram a sério, para logo o removerem para o estrangeiro entre o fumo dos canhões — êsse presidente caído entre a gargalhada de um povo inteiro e o desprêzo dos próprios partidários, retoma seus ares de mandante, instala-se no govêrno com quási tôda a comparsaria do ministério anterior e pensa recuperar seus foros de tiranete na ópera-bufa da vida política.

Bernardino restaura-se, a última vítima do dezembrismo que ainda não tivera reparação, depois de andar por tablados de teatros e nos casarões suspeitos do parlamento, a uivar sôbre um cadáver, dá o primeiro salto para a presidência da República pela presidência do ministério.

O estrangeiro do Brasil que depois de expulso de Portugal, entre gargalhadas e execrações, pediu aos governos aliados a sua intervenção nos negócios internos de Portugal, aí está de novo, no meio de políticos tão desacreditados como êle, a presidir à marcha do ódio que cada vez mais separa os portugueses.

Não nos afligimos, não nos surpreendemos: o que acontece é lógico, e nada neste mundo, nem mesmo a República, foge ao seu destino.

Para nós, nacionalistas, inimigos de todos os poderes visíveis ou ocultos que escravizam a Pátria, a chamada de Bernardino deve considerar-se o mais expressivo de todos os aspectos da falência republicana.

No edifício político do regime só se erguem paredes de lôdo, sem duração nem consistência. Se algum republicano honesto por aí vive ainda esquecido dêste cortejo de crimes, de violências e de iniqüidades em que se tem traduzido a vida dos governos de há dez anos até hoje, êle acordará para a última das surprêsas e para a mais definitiva das liquidações.

Na «feira da ladra» do Terreiro do Paço exibe-se agora o grande títere, entre o foguetório dos apaniguados e o ruído da canalha, festejando e aclamando quem a sustenta. Ainda não se conhece o programa do espectáculo que daqui a dois dias há-de

ser anunciado no grande circo de São-Bento com tôda a companhia formada e reluzente de lentejoulas, como saltimbancos famintos e ardilosos que procuram iludir o seu público.

Mas já a repetição do elenco fatiga, não há piruêta, cambalhota ou esgare que não tenha sido ensaiado, exibido e pateado em dez anos de comédia. Os recursos histriónicos dos insignes palhaços estão esgotados, não há que refazer a comparsaria, mudar o guarda-roupa, colar ou descolar barbas. O seu descrédito em todo o País é verdade tão assente como a da rotação da terra...

Êsses aventureiros que aí se espanejam nas almofadas de automóveis que nunca param, transportando tôdas as castas de gente equívoca, — já não causam indignação, porque são grotescos; e se de vez em quando mordem, se têm gritos de ódio para os vencidos e presos que foram e são ainda os seus espectros, nem por isso deixam de ser ridículos, porque também um gorila não deixa de ser um gorila, quando morde as grades de ferro em vez da mão que não logrou alcançar.

No festim trágico em que a Nação se sente devorada até às entranhas, há intervalos em que às digestões fartas apraz o desafôgo burlesco dos can-cans, a quermesse bêbeda dos prazeres. Então o chamado chefe do Estado, muda de titereiro e a representação continua para todos — para os que aplaudem e para os que choram nesta orgia oceânica, a dignidade, a fortuna e a honra da Pátria Portuguesa.

Daqui a três dias, a uma semana, a um mês, o repertório acaba-se, o público boceja, os palhaços ruminam. Será então outro momento de ensaiar novas partituras e inéditas contra-danças.

Para nós, Bernardino é igual a Granjo e êste idêntico a Domingos Pereira. São símbolos que se equivalem na vacuidade do espírito e na directriz das intenções. São pequenos arcos do mesmo zero, êsse zero de mediocridades, dentro do qual não é possível à República deixar de viver.

Entra agora em cena o titereiro Bernardino. Segundo a tradição antiga, eram sempre estrangeiros os chefes de títeres que acorriam às feiras e romarias célebres, para gáudio do povo e dos nobres. Estrangeiro renegado é também Bernardino.

Êle vai começar! Atenção! Atenção! Rapazes, amigos: Preparem-se todos para cuspir, em honra do titereiro-mor da República!

Hipólito Raposo.

Chegou a publicar-se a notícia de que o autor do artigo fôra prêso. Mas, se o foi, não teve tempo de dar por isso. Talvez por fôrça do hábito...

O jornal continuava a ser quási diàriamente apreendido e queimado pela canalha soberana e pela polícia.

Por têrmos tentado publicar, por duas vezes, a dolorosa e soluçada poesia — *Ao Soldado Desconhecido (morto em França)*, de Afonso Lopes Vieira, foi outras tantas vezes apreendida a fôlha, nos dias 18 e 21 dêsse negregado mês de Março.

Com estas demonstrações de hostilidade, entrou de novo a funcionar o mandado de captura permanente, e a repetir-se essa situação vexatória e intolerável que não nos deixa seguro nenhum dos nossos passos.

A comer em lugares diversos, a dormir fora de casa, a anunciar viagens para a Beira e para o Algarve, a vida tornava-se de uma insuportável irritação, por estas voltas e contras-voltas. Mais valia estar prêso, bem prêso, mas com a situação definida.

E tinha de ir ao jornal, passar junto do nariz do agente que ainda não me conhecia, entrar por uma porta, sair por outra, enfim tornar o sobressalto como regra da vida, na vigência de claras leis de garantia de liberdades individuais e em República Constitucional.

Depois, iam sendo encarcerados os companheiros de trabalho: levaram para o Limoeiro, mais uma vez, o Refoios de Meneses, já minado pela tuberculose que

poucos meses depois o deitaria à sepultura; para o Limoeiro entrava, para ser pôsto em regime de segrêdo, numa lôbrega enxovia, o Félix Correia, fé inquebrantável, audaciosa combatividade, o mais célebre cadastrado desta irmandade espiritual.

No comêço de Abril, fui à Beira, ocultamente, para assistir a uma festa de família no dia 6. Ao regressar, preveni meus irmãos de que seria prêso, apenas chegasse a Lisboa, recomendando-lhes que nada dissessem a nosso Pai.

Voltando no combóio de 8 para 9, vim encontrar em Braço de Prata a notícia da amnistia, há tanto tempo anunciada.

Dêste ciclo de perseguição me livrou a homenagem aos *soldados desconhecidos* e sua trasladação para a Batalha, pois êsse foi o pretexto julgado oportuno para amnistiar os presos e condenados políticos.

Pouco depois, entregavam-nos a chave da nossa casa, e a 18 de Abril recomeça a publicar-se *a Monarquia* na sua sede, na Rua Serpa Pinto, 38-3.º andar, à custa de um grande trabalho de reorganização da escrita e dos serviços administrativos.

A vida do jornal entrava a normalizar-se, regressavam das cadeias e do exílio muitos dos amigos e cooperadores. Enfim, o convívio dos companheiros leais fortalecia a nossa esperança e dava-nos maior entusiasmo para continuar os passos do caminho.

Pelos meados de Junho, seguia para França a reünir-me com J. Pequito Rebêlo, António Sardinha e Alberto Monsaraz, na cidade de Lourdes, onde aguardaríamos a chegada da Senhora Infanta-Regente D. Aldegundes, Duquesa de Guimarães.

O fim desta conferência era a apresentação dos nossos planos políticos, os quais se expuseram e desenvolveram durante uma semana inteira.

Dessa troca de impressões nasceu o manifesto com a declaração de princípios da Regente, em nome do Senhor D. Duarte Nuno de Bragança, documento que *a Monarquia* publicou em 5 de Julho de 1921.

Em 16 dêsse mês entregava o jornal ao Alberto de Monsaraz, dando fim à minha directoria com a publicação, pela quarta vez, das *Instruções de Organização*, aprovadas pela Junta Central, e pela inserção do seguinte artigo de prestação de contas:

ATÉ AQUI

Faz agora dois anos que, para cumprir uma ordem da Junta Central e por confiança da amizade de Alberto Monsaraz e António Sardinha, eu aceitei o encargo de fazer reaparecer êste jornal, suspenso desde 20 de Janeiro de 1919.

Havia ainda feridos nos hospitais, estavam as cadeias cheias de presos, por terras estrangeiras milhares e milhares de soldados da Monarquia sacrificavam os seus interêsses e sofriam na sua saüdade.

Por então, ainda os conselheiros eleitorais se acoitavam prudentemente, o Rei guardava um silêncio vingador e o desânimo da derrota alargava-se na alma dos aventureiros que da política, à falta de outra, se acostumaram a fazer profissão.

O jornal reaparecia em condições difíceis, no meio de uma atmosfera de terror, para a primeira voz que vinha continuar o protesto contra a República e a defender os princípios e as pessoas daqueles que tinham combatido pelas verdades da Monarquia.

E como dos dirigentes dêste agrupamento dois estavam no hospital, dois no exílio, e um, gravissimamente doente, morria dentro dum mês — tive de ser eu aquêle que o dever chamava para levantar nesta trincheira o nosso estandarte ensangüentado.

Por bom ou mau destino, foi durante êstes dois anos que o Integralismo Lusitano venceu os obstáculos maiores e conquistou as melhores razões positivas da sua missão política, colocando-me forçosamente (e quantas vezes forçadamente), nas mais extremas posições de ataque e defesa.

Preocupados apenas a ter razão, sem inquirir se os outros no-la reconhecem ou não, nós não temos sido nem seremos *políticos*, no sentido vitorioso que lhe atribuem a prudência dos Ulisses da Havanesa e as manhas dos Maquiavel de redacção. Temos de ser intransigentes, porque professamos a verdade política portuguesa e temos de ser lógicos, porque ao bom uso da inteligência fizemos sempre o sacrifício de tôdas as considerações e de todos os interêsses.

Fiel a êstes princípios, não podendo agradar a todos, procurei servir o meu dever, honrando nêle a confiança que em mim depositaram e a altíssima responsabilidade que contraíra, à custa dos maiores esforços e das mais irritantes contrariedades.

Momentos houve em que os mais agrestes temporais açoitaram esta bandeira, mas nunca ela deixou de estar erguida, com a mesma fé, com a mesma certeza de triunfo, afrontando a peleja leal e desprezando a intriga de adversários covardes ou traiçoeiros.

Neste curto período, foi êste jornal violentamente suspenso três vezes, querelado vinte, apreendido oitenta e tantas, fechados e selados os seus escritórios durante mais de três meses, presos e encarcerados os seus redactores, o seu administrador, os seus compositores.

E em tôda esta tempestade, nunca me faltou a dedicação dos nossos amigos, sobretudo a daqueles que mais de perto me acompanharam, Augusto da Costa, Félix Correia, Refoios de Meneses e aquêles que, em momentos de maior crise, tomaram temporàriamente a responsabilidade da direcção, Rolão Prêto, Pires de Lima da Fonseca e Cordeiro Ramos.

Chegou o dia de entregar nas mãos fortes de quem a recebi esta bandeira, a cuja glória consagrámos o nosso esfôrço, a nossa luta, o nosso sangue, até aos mais extremos limites da vida.

E, fazendo-o, sinto uma das maiores alegrias da minha existência, pela certeza em que vou de que ela subirá mais alto

e brilhará mais gloriosamente na luz das almas e nos céus de Portugal.

Da campanha nacionalista e que, por acaso, tive de presidir durante êste agitadíssimo período, ficam-me muitas e boas lembranças e algumas más recordações e agravos que são a mais fértil colheita dos que põem a sua sinceridade e o desprêzo do seu interêsse ao serviço dum ideal.

Mas, entre tôdas, nunca poderá esquecer-me a triste desilusão com que tantos monárquicos de responsabilidade malbarataram o único património moral de que a Monarquia poderia orgulhar-se — a honra dos vencidos do Norte e de Monsanto, indo declarar aos poderes oficiais do regime que êsses valorosos soldados haviam procedido, uns por sugestões alheias e outros estavam arrependidos do seu sacrifício, na luta da Pátria contra a República!

Não fomos cúmplices dessa vergonha com que se pediu a amnistia, nem foi a nossa cara retalhada pelo chicote da ironia do senhor presidente da República, ao receber os comissionados em Belém.

Limitámo-nos a arquivar nestas colunas êsse triste documento, alheámo-nos completamente da responsabilidade da sua elaboração e condução ao palácio da presidência. Calámos então o nosso protesto, porque, não estando presos, não nos era lícito combater qualquer processo de libertação dos que então viviam encarcerados em grande número e nas piores condições morais e materiais.

Mas tudo passou e até talvez tudo já tenha esquecido, na fugaz e inconstante duração dos sentimentos dos homens.

Felizes são êsses que podem tão fàcilmente esquecer-se...

Sinto agora o dever de confessar a todos os nossos amigos a convicção em que parto de que nenhum outro serviço igual eu poderei jamais prestar ao Integralismo Lusitano, nos reduzidos limites em que tive de fazê-lo.

Lutando aqui contra os mais diversos inimigos, sempre a minha pena foi nobre como uma espada para os combatentes leais, e um chicote implacável contra a miséria dos traidores, ainda quando eu via de perto lampejar a navalha de alguns fadistas que se disfarçam em homens da Imprensa.

Resta-me agradecer a todos os colaboradores e amigos o

valiosíssimo auxílio que me prestaram, com o mais exemplar desinterêsse, e pedir-lhes que no severo juízo dêste período da minha directoria, procurem antes avaliar da sinceridade das intenções do meu procedimento do que dos erros em que, por amor delas, terei sido obrigado a cair muitas vezes.

Sejam as minhas últimas palavras no dia de hoje, um acto de fé no destino dos nossos princípios e a afirmação da esperança, cada vez mais viva, de os ver aclamados em terra portuguesa na Pessoa de futuro Rei de Portugal, Dom Duarte II.

Hipólito Raposo,
Voluntário civil de Monsanto.

*

A partir desta data, a minha colaboração começou a ser pouco assídua, não só por haver acrescido notàvelmente o número de colaboradores, mas também por ter agora de pensar um pouco em mim próprio, descansando das fadigas e ordenando as condições da minha nova actividade, para seguir para a África, logo que pudesse. Êstes dois anos de incessante combate haviam-me absorvido a vida e a pouca fazenda que tinha. Perdera as pequenas situações que ganhara, e em Lisboa não era fácil obter colocação condigna para um rebelde, nem mesmo em emprêsas particulares, quási sempre atentas veneradoras do Poder Público.

Também não era aceitável recomeçar a viver da mesada paterna, aos trinta e tantos anos de idade.

Quando se deu a tragédia do 19 de Outubro que para sempre feria a República em pleno coração, estava eu na Beira-Baixa, a concluir o romance *Seara Nova,* em cujas páginas tinha a ilusão de continuar o apostolado de arruïnar mitos e proclamar a necessidade do regresso à Terra e às Disciplinas Tradicionais.

Para a África me chamava com segurança, a leal amizade de João Emaús. Foi assim que em Maio de 1922, após a publicação do Pacto de Paris e da suspensão do jornal *a Monarquia,* eu embarcava para Loanda, sem saber por quanto tempo, afim de poder ganhar o sustento e refazer a minha vida material bastante desorganizada.

Aqui me ficavam os afectos dos melhores amigos e companheiros, comigo levava a mesma esperança e fé, embora mais cheia e pesada a sacola das desilusões, como é do humano destino, pelos passos do tempo...

PARA O 18 DE ABRIL (1925)

Quando regressei de Angola, a imoralidade e os vícios do regime republicano haviam progredido escandalosamente, o que sempre me parecera impossível.

De todos os lados provinham manifestações de reacção, e nelas tomavam parte os integralistas, falando, escrevendo e conspirando.

Muitos portugueses, sempre exaltados em invectivas e protestos, poderiam não saber o que queriam, mas sabiam o que não deviam querer, para honra e proveito da Nação.

Como índice do estado de espírito geral, na repulsa à desordem parlamentar e administrativa, constituía-se pelos fins de 1923, o grupo dos *HOMENS LIVRES, Livres da Finança e dos Partidos,* em que, segundo a expres-

são de António Sardinha, se reüniam *criaturas provindas dos mais diversos sectores do pensamento humano*...

Não chegou a efectivar-se a minha adesão a êste grupo, por me ter sido recusada a publicação de um artigo intitulado *Nos liberi sumus*, em que abertamente combatia a personalidade política e moral do presidente da República, Manuel Teixeira Gomes. Vendo que em tal reduto não se reconhecia a todos o pleno direito de ser livre, desde logo me desinteressei do intento que, sob aliciante rótulo, congregava tantos e tão ilustres portugueses.

Por alturas do Natal dêsse ano, dois dos *Homens Livres* aceitaram o convite para fazer parte de um ministério de políticos desacreditados, daqueles que o grupo inicialmente se destinara a combater...

Alheio, como estava, aos sucessos desta união de inteligências e de vontades, nunca soube se o grupo se desfez pela estranheza da entrada no Govêrno dêstes dois componentes seus, ou se para tão inesperado fim já imperaram quaisquer outras razões anteriores.

Não é da minha atribuïção investigar êsse obscuro facto da vida do luzido e efémero agrupamento.

*

Por todo o ano de 1924, mais se generalizou o descontentamento dos portugueses de tôdas as classes e condições pela miséria e pelos escândalos, em que se aviltava a vida pública.

Para dar satisfação a êsse estado de espírito, desenvolviam-se acesas campanhas nos jornais e conspirava-se

por tôda a parte: nas redacções, nos cafés, nas praças, nas salas dos oficiais e nas casernas.

Já não havia receio de denúncias ou de prisões: faltava a autoridade moral ao poder para evitar conjuras, punir os seus acusadores e até para lhes impôr silêncio.

De entre os do nosso agrupamento, cabe a Afonso Lucas a primazia nas diligências e nos esforços para promover e muitas vezes conduzir a conspiração militar, centralizada na direcção de um triunvirato, constituído pelo general Sínel de Cordes, coronel Raúl Estêves e comandante Filomeno da Câmara.

Dêsses trabalhos era eu também conhecedor e participante, mas a actividade por mim desenvolvida fôra limitada, não só por ser de muitos considerada inconveniente, mas por especiais circunstâncias da vida familiar, não devia tentar expôr-me a qualquer perigo em tal ocasião.

Assim, a minha comparticipação foi modesta, cabendo-lhe apenas elaborar três documentos — os projectos da Proclamação ao País depois da vitória, do decreto da Junta Revolucionária que agrupava em três grandes departamentos todos os serviços públicos: Defesa Nacional, Economia e Cultura, com sub-secretários nos diversos ramos da Administração; e o Decreto da Defesa Social, para reprimir e punir os assaltos a tiro e à bomba, assim como os crimes de interrupção da água, da luz e da viação.

Êsses documentos entreguei-os uma tarde ao comandante Filomeno da Câmara, poucos dias antes do pronunciamento militar que ficaria conhecido na história política pela data da sua explosão: 18 de Abril.

Depois do insucesso dessa demonstração de pro-

testo armado, na primeira vez em que fui visitar os chefes e outros oficiais presos na fragata *D. Fernando*, preguntei a Filomeno da Câmara se ainda guardava na sua mão ou na de outrem, os papéis que lhe entregara.

Informou-me então de que, por prudência, os inutilizara com outros documentos, ao refugiar-se com os seus colegas na legação de Espanha.

Por excesso de precaução, não deixara eu cópia nem rascunho, de sorte que assim se evitou ao paciente leitor dêste livro a necessária fadiga para o conhecimento de mais uma fôlha dêste cadastro.

Mas a confissão do crime, se não faz plena prova em juízo, é a primeira atenuante do réu. Por essa consideração, aqui confesso a negra culpa, com alguma esperança de absolvição...

Os revoltados militares, um dos quais saíra com a própria unidade do seu comando, tiveram de ser julgados em conselho de guerra, para o qual o govêrno escolhera os oficiais que mais confiança lhe mereciam.

Do respectivo tribunal que funcionava na Sala do Risco do velho Arsenal de Marinha, era promotor de justiça o antigo ministro da guerra, general António de Fragoso Carmona. Com espanto da assistência, pediu a absolvição dos acusados, pois o seu procedimento justificava-se com alta dignidade cívica, porque *a Pátria estava doente.* Dita por acaso ou por feliz inspiração, esta frase bem traduzia a geral convicção dos portugueses mais patriotas dêsse tempo. A doença era o parlamentarismo com todos os erros e vícios e sem nenhuma das vantagens que por vezes pudesse ter, com tão ruim natureza e tão mau comportamento.

Os réus foram absolvidos e saíram em liberdade

do tribunal militar. E esta foi a mais decisiva demonstração da carência de prestígio do govêrno da República. Faltava apenas dar-lhe o destino de o sepultar.

A frase do general Carmona foi a senha, diremos o imperativo, de nova conjura militar. Começava-se a conspirar no dia seguinte ao do julgamento da Sala do Risco, se é que, ainda muito antes, não houve quem o fizesse, e sem mêdo... Nunca se vira em Portugal mais gloriosa derrota!

Desta sorte, o *18 de Abril* de 1925 viria a ser politicamente e militarmente, a véspera do *28 de Maio* de 1926.

*

Pelas mais diversas e contraditórias experiências, haviam-se desacreditado os chefes e as soluções políticas da República Constitucional.

As renovadas aspirações de redenção colectiva continuavam a voltar-se para a Fôrça Armada, última reserva de disciplina e guarda da honra nacional. Por maior impulso de vitalidade, iria erguer-se a Nação eterna contra os efémeros interêsses dos partidos políticos. Das cidades às vilas e aos campos, os Portugueses de boa lei outorgavam às espadas dos generais e às espingardas dos soldados, a extrema confiança de salvação pública. Com férvido entusiasmo se escrevia e falava em voz alta, difundindo nas inteligências e nos corações a alvorecente luz de uma Esperança Nova.

À semelhança dos antigos tempos de tribulação, agora como sempre, a Gente Lusitana transfigurava-se de exaltação messiânica: sonhava na vida, vivia no sonho...

Pelos quartéis, praças e escolas, por serranias, vales e planuras, dia e noite, de misteriosa distância iam ressoando nas almas dos mais fiéis Portugueses os proféticos acentos:

Oh! quem tivesse poder
Pera dizer
Os sonhos que homem sonha;
Mas hei medo que se me ponha
Gram vergonha
De mos não poderem crer.
.....
.....
.....

FIM

ÍNDICE

PÁG.

A QUEM LER XI

EM REPÚBLICA MESSIÂNICA (1911-1917)

INTRÓITO DE VIDA PRÁTICA 3
OFICIAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA 5
PROFESSOR DO CONSERVATÓRIO 8
BUROCRATA DE TODO O SERVIÇO 9
A REVISTA *NAÇÃO PORTUGUESA* 11
NORMALIDADE REPUBLICANA 12
APARECIMENTO DE *A MONARQUIA* 18
FUMOS DE UNIÃO IBÉRICA 22
SONHO DE ALIANÇA LUSO-BRASILEIRA 26

EM REPÚBLICA NOVA (1917-1919)

INTEGRALISMO E SIDONISMO 35
DUELO POLÍTICO-MILITAR 42
MONSANTO DA EXPIAÇÃO 45

PÁG.

EM REPÚBLICA CONSTITUCIONAL (1919-1925)

A LEI DO AFASTA 83
NÃO PAGAR A QUEM TRABALHOU 87
REERGUENDO A BANDEIRA 91
UM CASO TÉTRICO 96
COOPERATIVA JORNALÍSTICA 103
DEMISSÃO SEM PROCESSO 104
CRIME COM DUPLICAÇÃO DE FORO 106
PRÊSO COM HOMENAGEM 118
DIÁRIO DE SÃO-JULIÃO-DA-BARRA 132

Mês de Agôsto 132
Mês de Setembro 157
Mês de Outubro 185
Mês de Novembro 203

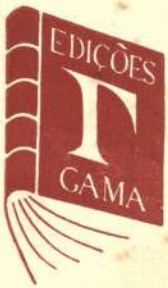
NO MESMO PÔSTO 214
PARA O 18 DE ABRIL (1925) 234

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL

MENDA SIC EMENDA

Pág.	Linha			
18	27	.....	*António Sardinha*	por — João do Amaral
38	19	.....	*seguiram fastos*	» — seguiram nos fastos
44	14	.....	*atrás*	» — aliás
164	15	.....	*levada*	» — levedada
164	23	.....	*vivo*	» — vivas
175	6	.....	*Abranches*	» — Avranches
179	8	.....	*Pereira*	» — Parreira
187	25	.....	*Freitas*	» — Tristão

ACABOU-SE A IMPRESSÃO DÊSTE LIVRO
NA TIP. A. PEREIRA & SANTOS, L.DA
RUA DA CONCEIÇÃO, 46—PÔRTO
EM DEZEMBRO DE 1944



OFICINA GRÁFICA, LIMITADA/R. OLIVEIRA DO CARMO, 8/LISBOA